



DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VALENÇA 2024

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Valença 2024

Entidade Promotora



Câmara Municipal de Valença
Praça da República, 4930-702 Valença
www.cm-valença.pt

Documento elaborado por:

Equipa Técnica da Ação Social Município de Valença

Colaboração:



Rede Social de Valença
Núcleo Executivo do CLAS de Valença

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Valença



Índice

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras.....	4
Lista de Siglas.....	11
1. Apresentação.....	13
2. Nota Introdutória.....	14
3. O Programa Rede Social.....	15
4. Nota Metodológica.....	22
5. Síntese Diagnóstica.....	24
6. O Contexto Nacional.....	34
7. Retrato Municipal.....	42
8. Concelho de Valença: Contexto de Intervenção.....	46
9. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social.....	156
10. Referências Bibliográficas e Sites Consultados.....	197
11. Anexos.....	201



ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2018 e 2022 e sua variação.....	48
Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro de 2022), por território, nos anos de 2011, 2018 e 2022 e sua variação (N.º e %).....	48
Tabela 3 – População residente no concelho de Valença, segundo o género, nos anos de 2011, 2018 e 2022 (N.º).....	49
Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2011-2018 (%).....	51
Tabela 5 – Indicadores de população (2021).....	52
Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2022).....	57
Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Valença por freguesias (2021) (%).....	58
Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias e ramo de atividade (N.º).....	59
Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Valença, por freguesias e situação na profissão (2021) (N.º).....	60
Tabela 10 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego entre 2019 e 2023 (situação no fim do mês de Julho de 2023) (N.º).....	63
Tabela 11 - Caracterização das pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, por freguesia (situação em abril de 2024) (N.º).....	65
Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2021) (N.º).....	68
Tabela 13 – Edifícios, por freguesia (2011 e 2021) (N.º e %).....	69
Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2021) (N.º).....	69
Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Valença.....	70
Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º).....	72
Tabela 17 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º e %).....	74
Tabela 18 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual, por freguesia (2021) (N.º e %).....	74
Tabela 19 – Edifícios e fogos de habitação social Município de Valença.....	75
Tabela 20 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal.(Julho de 2024) (N.º).....	76



Tabela 21 – Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (período de referência dos dados 2023) (€)..	76
Tabela 22 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º).....	80
Tabela 23 A – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Valença (2024).....	81
Tabela 24 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, por Unidades Funcionais (julho 2024) (N.º).....	82
Tabela 25 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2016 Pro) (N.º).....	84
Tabela 26 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2017/2021 (‰)).....	86
Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2018 e 2021) (‰).....	88
Tabela 28 – Morbilidade - Proporção de inscritos com doenças crónicas, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%).....	89
Tabela 29 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%).....	90
Tabela 30 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º).....	91
Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2017, 2020 e 2021 (N.º)).....	91
Tabela 32 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€).....	95
Tabela 33 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2022) (N.º).....	97
Tabela 34 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018 - 2022) (%).....	98
Tabela 35 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2023) (N.º).....	99
Tabela 36 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2022)....	100
Tabela 37 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2022).....	101
Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2022) (N.º e €) (Cont.)....	102
Tabela 39 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e €).	103
Tabela 40 – Beneficiários de CSI no concelho de Valença, por sexo, (2011, 2013, 2015, 2017/2018) (N.º).....	103
Tabela 41 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2022) (N.º)....	104



Tabela 42 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por oferta educativa (2023/2024).....	107
Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por grau de ensino e n.º de alunos inscritos (2023/2024).....	108
Tabela 44 – Total de alunos inscritos na rede escolar pública do município de Valença – Ano letivo 2017/2018 e 2023/2024 (N.º).....	109
Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública - Ano letivo 2023/2024 (N.º).....	109
Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Valença, por freguesia (2011) (%)...110	
Tabela 47 – Indicadores de Educação (2021-2022) (%).....	111
Tabela 48 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2021) (N.º).....	113
Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2021) (N.º).....	114
Tabela 50 – Vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Valença, acompanhadas pelo CAVVD, por género e média de idade (2020, 2021, 2022 e 2023) (N.º).....	120
Tabela 51 – Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais (201, 2017, 2018 e 2019) (N.º).....	120
Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Valença (2021) (N.º).....	122
Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2021) (N.º).....	123
Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2021) (N.º).....	124
Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%).....	127
Tabela 56 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2021).....	128
Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens dos municípios da Região do Alto Minho (2020, 2021, 2022, 2023) (%).....	129
Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Valença nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023	129
Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018 (N.º).....	131
Tabela 60 – Situações sinalizadas à CPCJ, por freguesia, em junho de 2023 (N.º).....	132
Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário.....	135



Tabela 62 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2021).....	136
Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2021, 2022, 2023) (%).....	138
Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.....	141
Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2025 – 2035).....	142
Tabela 66 – População residente no concelho de Valença segundo a naturalidade da população (2021) (N.º).....	143
Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Valença, por nacionalidade e grupo etário (2021) (N.º).....	144
Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com estatuto legal de Residência (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022,) (N.º).....	144
Tabela 69 – Residentes no concelho de Valença, segundo nacionalidade (2019, 2020, 2021 e 2022) (N.º).....	145
Tabela 70 – Caracterização da comunidade cigana residente no concelho de Valença (2020-2024).....	146
Tabela 71 – Grupo etário e qualificações da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (Julho de 2024).....	147
Tabela 72 – Situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (Julho de 2024) (N.º).....	147
Tabela 73 – Situação habitacional dos agregados de etnia cigana residentes no concelho de Valença (Julho de 2024) (N.º).....	148
Tabela 74 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2021) (N.º).....	150
Tabela 75 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, que não consegue efetuar a ação, por freguesia e por tipo de dificuldade (2021) (N.º).....	153
Tabela 76 – População residente no concelho de Valença, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º).....	154
Tabela 77 - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016).....	165
Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal).....	180
Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	182
Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º (Cont.)).....	182



Tabela 81 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	183
Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º).....	183
Tabela 83 – Pessoas idosas que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas, identificadas pela GNR.....	185
Tabela 84 – Composição dos agregados familiares por número de elementos que os constituem (N.º).....	192
Tabela 85 – Distribuição dos jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença, por ocupação (N.º).....	193
Gráfico 1 – População residente no concelho de Valença, segundo a freguesia, nos anos de 2011 e 2021 (N.º).....	50
Gráfico 2 – População residente no concelho de Valença, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º).....	51
Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género (N.º).....	61
Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º).....	62
Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019 e julho de 2023) (N.º).....	63
Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade (N.º)	64
Gráfico 7 – Densidade de alojamentos no concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º de Alojamentos/Km2).....	71
Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Valença (2021) (%)	73
Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (2022) (‰).....	83
Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2020, 2021, 2022, 2023) (‰).....	85
Gráfico 11 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2018, 2020 e 2022) (‰).....	85
Gráfico 12 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2020-2021-2022, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%).....	87
Gráfico 13 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) (%).....	90



Gráfico 14 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º).....	96
Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2022) (N.º).....	98
Gráfico 16 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Valença, segundo a idade (2023) (%).....	100
Gráfico 17 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2022) (N.º).....	105
Gráfico 18 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2011 e 2021) (%).....	112
Gráfico 19 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias (2021) (N.º).....	115
Gráfico 20 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Valença entre 2012 e 2018 (‰).....	117
Gráfico 21 – Taxa de criminalidade no concelho de Valença por categoria de crime em 2022 (‰).....	118
Gráfico 22 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Valença, por categoria de crime, entre 2021 e 2023 (%).....	119
Gráfico 23 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2018 e 2023 (N.º).....	126
Gráfico 24 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001, 2011 e 2021 (N.º).....	127
Gráfico 25 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2021, 2022 e 2023 (Nº).....	130
Gráfico 26 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2021, 2022 e 2023 por género (%).....	131
Gráfico 27 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (N.º).....	134
Gráfico 28 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (N.º).....	135
Gráfico 29 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (%).....	137
Gráfico 30 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (N.º) (2021).....	137
Gráfico 31 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos, a residir só (2024) (N.º).....	139
Gráfico 32 – População estrangeira residente no concelho de Valença, com Título de Residência, segundo o género (2021) (nº).....	146



Gráfico 33 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º).....	151
Gráfico 34 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º).....	152
Quadro 35 - Problemas identificados pelos atores locais como prioritários de intervenção na área “Saúde” e “Saúde Mental”	163
Gráfico 36 – Taxa de mortalidade padronizada por suicídio, por 100 000 habitantes na Região Norte (%).....	167
Gráfico 37 – Nível de escolaridade das crianças de etnia cigana, em idade pré-escolar, residentes no concelho de Valença (N.º).....	190
Gráfico 38 – Taxas de escolarização no 1º, 2º e 3º CEB das crianças e jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença.....	191
Gráfico 39 – Distribuição das famílias de etnia cigana residentes no concelho de Valença por tipo de alojamento (N.º).....	192
Figura 1 – NUTS III	44
Figura 2 – Concelho de Valença	44
Figura 3 – Freguesias do concelho de Valença, após a reorganização administrativa de 2013/45	

LISTA DE SIGLAS

- ACES** – Agrupamento de Centros de Saúde
- AML** – Área Metropolitana de Lisboa
- APPACDM** – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- ARS** – Administração Regional de Saúde
- CAOP** – Carta Administrativa Oficial de Portugal
- CD** – Centro de Dia
- CEB** – Ciclo de Ensino Básico
- CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CSF** – Comissão Social de Freguesia
- CSI** – Complemento Solidário para Idosos
- CSIF** – Comissão Social Inter-Freguesias
- CSP** – Cuidados de Saúde Primários
- DGS** – Direção Geral da Saúde
- EB** – Escola Básica
- ENEAS** – Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
- ENICC** – Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas
- ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IGF** – Instituto de Gestão Financeira
- IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- ISS, IP** – Instituto da Segurança Social, I.P.
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- JI** – Jardim de Infância
- NEET** – “Not currently engaged in Employment, Education or Training”
- NGPH** – Nova Geração de Políticas de Habitação
- NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- Pe** – Valor preliminar



PIB – Produto Interno Bruto

PIEF – Percurso Integrado de Educação e Formação

PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

Pro – Valor provisório

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

RNCCISM – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

RSI – Rendimento Social de Inserção

Rv – Valor revisto

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TMP – Taxa de Mortalidade Padronizada

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

UE28 – Países da União Europeia (UE) a 28 membros

ULS – Unidade Local de Saúde

ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho

USAG – Unidade de Serviços e Apoio Geral

USMC – Unidade de Saúde Mental Comunitária

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

UCC – Unidade de Cuidados Continuados

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Social constitui um processo de análise e avaliação das condições sociais, económicas, culturais e ambientais de uma comunidade ou grupo social. Trata-se de um instrumento de referência da maior importância no âmbito da intervenção social, visto que nos permite identificar problemas, necessidades, potencialidades e recursos disponíveis, com o objetivo de planejar e promover políticas públicas, programas e ações sociais que promovam o desenvolvimento e o bem estar social da nossa população.

Este trabalho não seria possível sem a colaboração dos parceiros da Rede Social, que veio fortalecer a capacidade de resposta às necessidades da comunidade, promover a integração de diferentes perspetivas e recursos e contribuir para a construção de soluções mais eficazes e sustentáveis. Sendo um processo colaborativo de avaliação das condições sociais de uma comunidade, envolve diversas entidades e atores sociais. Esta colaboração enriqueceu o diagnóstico proporcionando uma visão mais abrangente e multidimensional dos problemas, necessidades e recursos, cujo resultado espelha os contributos dos vários parceiros, parte integrante do processo de intervenção e o resultado das reais necessidades do Concelho de Valença.

A estrutura do documento é simples e obedece à sequência das atividades no terreno, na lógica do “Conhecer bem para melhor Intervir”: O percurso metodológico desenvolvido congregou técnicas de recolha e análise de informação de base quantitativa (recolha e análise de dados estatísticos) e qualitativa (fórum comunitário com agentes locais em sessão de participação-ação, Focus Grupo). O balanço crítico advém da pesquisa de dados estatísticos publicados, retirados de fontes oficiais e dos relatórios de projetos/serviços locais, numa análise longitudinal, com pendor territorial.

Esta opção teve como objetivo cruzar e complementar a informação estatística da avaliação diagnóstica com o debate e reflexão junto dos parceiros locais, representantes de respostas sociais ligadas à infância, à população mais envelhecida e mais vulnerável, à saúde, à segurança, à intervenção comunitária e educação, sobre os constrangimentos e potencialidades subjacentes à intervenção que desenvolvem junto da comunidade.

A Vereadora da Ação Social

Ana Paula Xavier

2.NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Diagnóstico Social do concelho de Valença é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio. Um diagnóstico social é, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Valença resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos stakeholders locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Valença passem a ter: um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias; um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos stakeholders locais e onde todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

3.O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de 'sociedade em rede'.

Esta RCM designa por Rede Social "... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social", alicerçando o conceito na "... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada" do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou intra concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:



Princípio da Integração

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”

Princípio da Articulação

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“Neste contexto, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas.”

Princípio da Inovação

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no



sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

Princípio da igualdade de género

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate



aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma,

garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Rede Social de Valença

A Rede Social do concelho de Valença é composta por um CLAS e o respetivo Núcleo Executivo. O CLAS é constituído por representantes de 42 entidades públicas e privadas do concelho, que têm como objetivo promover o desenvolvimento social local, analisando e discutindo todo o trabalho realizado nesta matéria. O CLAS é presidido pela vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Valença. São objetivos específicos da Rede Social de Valença:

- ▶ Induzir o diagnóstico social e o planeamento participados;

- ▶ Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e das freguesias;
- ▶ Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em risco ou em situação de exclusão social;
- ▶ Formar e requalificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- ▶ Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- ▶ Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

O CLAS de Valença tem a seguinte composição:

Câmara Municipal de Valença
Junta de Freguesia de Boivão
Junta de Freguesia de Cerdal
Junta de Freguesia de Fontoura
Junta de Freguesia de Gandra
Junta de Freguesia de Ganfei
Junta de Freguesia de Friestas
U.F. de S. Julião e Silva
Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre
U.F. de Valença, Arão e Cristelo Covo

Fundação Caixa Agrícola do Noroeste
ADRIMINHO
Perfeita Âncora
Old Care

Centro de Saúde de Valença
Agrup. de Escolas Muralhas do
Minho
ETAP
Bombeiros Voluntários de Valença
G.N.R. – Posto territorial de Valença
I.E.F.P. – Delegação Valença
I.D.T – Delegação Viana do Castelo
IPVC – Polo de Valença
Segurança Social ISS, IP

Pastoral Social de Valença

Iris Inclusiva

Centro Social e Cultural de S. Pedro da
Torre

Centro Social e Paroquial de Cerdal
Comunidade Associativa Arcanjos S. Miguel
e S. Gabriel – IPSS

Santa Casa da Misericórdia de Valença

Ass. Cultural e Desp. S. Salvador de
Gandra

Ass. Cultural de Verdoejo

Ass. de Habitantes de Chamosinhos

Ass. de Pais do Agrup. Muralhas do Minho

Ass. de Reformados e Aposentados de
Valença

Rotary Club de Valença

Sociedade Recreativa Segadanense

Ass. Musical de S. Pedro da Torre

A.C.A.P.O - Delegação de Viana
APPACDM – Delegação de Valença
Cruz Vermelha – Núcleo de Valença

Fonte: Site da Câmara Municipal de Valença



4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Valença foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementares entre si. A saber, as percepções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Valença, e os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As percepções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em três etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, . Através deste instrumento, as etapas. Num primeiro momento foi enviado a todos os parceiros, um e-mail para recolha de contributos sobre as várias áreas prioritárias para o concelho (foram obtidas 50% das respostas). Num segundo momento, e simultaneamente com As respostas obtidas aos email's, foram realizadas sessões de grupos de trabalho “word Café” com os atores locais, onde foram identificados os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas (ver anexo I, listagem de entidades parceiras presentes nos *grupos de trabalho*).

Num terceiro momento, foi realizado um grupo focal com o núcleo executivo da Rede Social para discussão dos resultados obtidos nas etapas anteriores e aprofundar informação relevante para caracterização das áreas prioritárias. O processo de construção do Diagnóstico Social contou assim, com o contributo destes atores que possibilitou um conjunto de informações complementares permitindo uma leitura mais aprofundada, e também mais adequada às realidades específicas do concelho.

Complementarmente à recolha de percepções referidas nas três etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas percepções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que



integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento. Enquanto limitações sentidas na análise da informação, destacamos o período decorrente desde o último momento censitário (2021) e no qual nos fundamentámos para caracterizar as freguesias do concelho, bem como, alguma disparidade de dados entre fontes oficiais (INE; PORDATA).

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Valença, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.





5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Começamos, então por um conjunto de conclusões de âmbito mais genérico, que terão reflexo no que foram consideradas posteriormente, áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho e que também resultam da perceção da maioria dos atores chave contactados.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos pontos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se um infograma, que intitulámos por “Retrato Municipal”.

Continuando a reflexão em torno do que são dados demográficos, é importante destacar que o concelho de Valença entre 2018 e 2024 regista um aumento populacional. Estima-se que no final do primeiro semestre de 2023, residiam no concelho 13.900 habitantes. Destes, existe um aumento significativo da população com idade igual ou superior a 65 anos, uma diminuição da população com idade entre os 15 e 64 anos e uma diminuição da população com idade igual ou inferior a 14 anos. Consequentemente, é de sinalizar que Valença, à data de junho de 2024, é o primeiro concelho menos envelhecido da Região do Alto Minho, descendo três lugares desde 2020, ainda assim com um índice de envelhecimento de 219,00 valor superior à média nacional (188,1) e da região norte (197,4) significando com isso problemas associados, designadamente ao nível do acompanhamento e da qualidade de vida desta população (INE-Índice de envelhecimento com atualização a 18 de Junho de 2024).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, salienta-se que a proporção da população empregada fora do concelho de Valença é de 27,9%, significando que um número significativo dos residentes se desloca para outros municípios para desempenhar a sua atividade laboral. Ao nível do desemprego, verifica-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego no concelho, tendo vindo a decrescer desde



2020 até 2023 (553,8 e 406,8) respetivamente. sendo que a maioria da população que se encontra desempregada está em idade ativa (35-54 anos), seguida da faixa etária entre os 25 e 34 anos de idade, contrariando a tendência anterior que se fixava no grupo etário acima dos 55 anos de idade.

Os dados revelam alguma fragilidade ao nível do edificado, com elevada percentagem de edifícios antigos e que necessitam de obras de reparação. Salienta-se que, no que se refere à habitação social, Valença é o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social, sendo que a maioria dos quais se encontram arrendados. Apesar das políticas municipais, este concelho mantém algumas zonas de habitação ilegal e de barracas, algumas das quais associadas à comunidade cigana. O aumento do valor das rendas que se tem vindo a sentir por todo o território nacional, afetou também o concelho de Valença, o que aliado à pouca oferta de habitação para arrendar e adquirir a custos controlados tem contribuído para a saída de população do território.

Relativamente à saúde, este concelho não apresenta défice, no que diz respeito ao número de médicos por 1000 habitantes (2 médicos por cada 1000 habitantes). As Unidades de Saúde existentes no concelho respondem à grande maioria da população residente, (à data de Julho de 2024). Do ponto de vista da saúde mental e dos consumos e dependências, não existem muitos dados sobre esta área, contudo parece existir um aumento de problemas a este nível, segundo a perceção dos atores sociais (nomeadamente doença mental).

No que se refere à proteção social, os dados confirmam que o concelho tem grupos populacionais com vulnerabilidades, sendo a precariedade económica e a pobreza sinais dessa situação com reflexo em diferentes dimensões. Assim, apesar de Valença surgir como o quinto concelho da Região do Alto Minho com menor número de pensionistas por velhice, é o terceiro concelho desta sub-região com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, bem como o terceiro concelho com maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), dos quais aproximadamente 35,6% tinham menos de 25 anos. Considerando que o limiar de risco de pobreza (anual), em 2022, foi de 7.095€ e os valores médios anuais das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e de subsídio de desemprego no concelho de Valença, foram de 6.471,92€, 3.441,06€, 6079,92€ e 7027,80€, respetivamente, (valor mensal atual) é possível inferir sobre a fragilidade económica destes mesmos grupos populacionais.



Ao nível da população estrangeira os dados revelam que esta tem vindo a aumentar entre 2019 e 2024, sendo maioritariamente proveniente do continente americano seguido do continente Africano e Asiático.

No que respeita à área da deficiência e/ou incapacidade, em 2021, cerca de 17,47% da população residente referiu ter pelo menos uma dificuldade ao nível físico e/ou cognitivo, sendo as mais prevalentes na população as dificuldades associadas à mobilidade, “andar ou subir escadas”, à visão, à audição e à memória/concentração.

Apesar de registar o menor número de crianças e jovens dos últimos 17 anos, Valença tem continuado a investir na promoção e qualidade da educação. Em 2022, o concelho regista uma taxa bruta de escolarização elevada no ensino básico (99,4%), superior à registada a nível nacional. Apresenta uma taxa de retenção e desistência de aproximadamente 3,2% no Ensino Básico (sendo mais elevada de todos os municípios do Alto Minho). Existe uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º Ciclo do Ensino Básico, repercutindo-se no nível de vida de muitas famílias. Face aos dados é por isso importante realçar que tem vindo a aumentar o volume global processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valença (CPCJ), sendo que as tipologias que mais se evidenciam são: exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança, criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem oposição adequada dos pais e situações de negligência, (problemática que se mantém desde o ano de 2018).

A taxa de criminalidade no concelho tem registado, também, um aumento, tendo atingido uma taxa superior a 2018, em comparação com 2022 (47,7% e 48,3%, respetivamente) sendo os crimes contra o património, contra a integridade física e a vida em sociedade, os que ocorreram em maior número no território, no ano de 2022. Ao nível dos crimes de violência doméstica, foram registados pelas autoridades policiais, entre 2020 e 2023, mais crimes desta natureza, verificando-se um aumento significativo; (2020;38 e 2023;49).

Sendo este diagnóstico um instrumento de apoio ao planeamento é importante evidenciar a necessidade de que se possa seguir a construção de um guia de recursos ou carta social do concelho, onde constem os equipamentos, respostas sociais e projetos por área temática; a realização de planos específicos para levantamento das reais necessidades da população, nomeadamente ao nível da população migrante e minorias, população com deficiência e/ou incapacidade e idosos em situação de isolamento geográfico e/ou social.



A partir da análise documental e da auscultação aos atores, gostaríamos ainda de salientar algumas conclusões que surgiram ao longo deste processo e que são a nosso ver, importantes para o planeamento estratégico.

O concelho de Valença, pela sua localização geográfica, encontra-se inserido numa zona privilegiada de recursos naturais, patrimoniais, culturais e também económicos, os quais são reconhecidos como promotores do desenvolvimento do território.

O concelho apresenta uma rede de equipamentos sociais que responde às necessidades do território, movimento associativo e recursos nas várias áreas de intervenção (saúde, educação, emprego, deficiência, entre outros), no entanto existe a perceção de que um maior conhecimento dos mesmos e a definição de uma ação concertada e articulada entre todos seria fundamental para a intervenção e desenvolvimento social do concelho.

Apesar dos esforços municipais, identifica-se que algumas das respostas são inexistentes (nomeadamente na saúde mental) ou estão desajustadas face às necessidades da população. Para melhor planear a intervenção, será necessário investir em conhecer a realidade atual, nomeadamente através da realização de diagnósticos específicos na área do envelhecimento, saúde mental, deficiência, comunidade cigana.

O aumento da população idosa é significativo. Sendo esta a tendência nacional, seria importante um planeamento a longo prazo que permita criar respostas para as necessidades atuais, mas também para aquelas que já se sabem que existirão daqui a 5-10 anos.



A fragilidade de competências pessoais, sociais e parentais, as situações de doença mental, a carência económica e a pouca valorização da escola pelas famílias, têm implicações nas dinâmicas familiares e muitas vezes repercutem-se em situações de negligência parental. Existe a perceção que estas situações têm sido mais relevantes nos últimos anos e são também entendidas como uma ocorrência intergeracional em alguns agregados familiares, sendo por isso fundamental uma intervenção sistémica centrada na família que permita a ruptura de padrões comportamentais.

A rede de transportes pública é percecionada como claramente insuficiente, com fortes repercussões ao nível do isolamento social, do acesso ao emprego e a serviços. É por isso fundamental repensar como aumentar a sua capacidade e uma melhor distribuição territorial

A fixação de empresas no concelho potenciou a criação de postos de trabalho e impulsionou o desenvolvimento económico da região, no entanto existem constrangimentos à fixação das pessoas no território, nomeadamente a falta de habitação. É fundamental o investimento numa política local de habitação em prol do desenvolvimento social.

A valorização e o envolvimento de todos os atores locais e designadamente do tecido empresarial, pode trazer contributos positivos no que se refere às necessidades do concelho. A adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses dos jovens poderá contribuir para o aumento do emprego e da fixação da população jovem no território.

Finalmente, e como resultado da análise de toda a informação recolhida, sistematizada e analisada, é possível identificar um conjunto de prioridades, recomendações e recursos que decorrem da elaboração do Diagnóstico. Para facilitar a leitura e a incorporação destes em futuros documentos de reflexão ou mesmo operacionais, decidimos sistematizar a informação a partir das áreas prioritárias identificadas neste processo (indicadores e perceções dos atores locais e propostas de intervenção).

PESSOAS IDOSAS

- O n.º de pessoas idosas tem vindo a aumentar no concelho de Valença;
- Verifica-se um agravamento de situações de dependência e um aumento de diagnósticos de demência;
- O suporte familiar é muitas vezes insuficiente;
- As respostas sociais existentes apresentam taxas de ocupação elevadas. Podem a curto e médio prazo ser insuficientes para responder às necessidades da população idosa (SAD, ERPI, CD e CC).
- Não existem respostas no concelho especializadas ao nível das demências;
- Existe a perceção de existir um n.º elevado de pessoas idosas em situação de isolamento social;

- ▶ Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas; (em curso o programa Radar Social, com início em Março de 2023 até 31 de Março de 2026)
- ▶ Elaboração de um plano municipal para área do envelhecimento;
- ▶ Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede solidária e ajudas técnicas, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência). Em curso a previsão de abertura de nova ERPI em São Pedro da Torre);
- ▶ Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo;
- ▶ Desenvolver rede de cuidadores informais e formais;
- ▶ Sensibilização e formação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Dinamizar rede de “Teleassistência” de cuidado diário com a população isolada; (este serviço está em funcionamento em parceria com o Município e a Cruz Vermelha Portuguesa)
- ▶ Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades.

POPULAÇÃO DE ETNIA CIGANA

- No ano de 2024, estima-se que a população de etnia cigana residente no concelho de Valença representava 0,4% a 0,5% da população residente (aproximadamente 121 pessoas);
- A maioria da população adulta tem baixa escolaridade (1º CEB completo);
- Dos 34 agregados, 18 vivem em barracas, 9 residem em Habitação Social, 2 em casa Própria e 5 em casa arrendada;
- Apresentam vulnerabilidade ao nível da sua situação económica (alguns são beneficiários de RSI, (113) outros encontram-se desempregados (61));
- Existem constrangimentos à integração da comunidade cigana também devido a preconceitos e estereótipos negativos por parte da comunidade maioritária.

- ▶ Realização de diagnóstico local sobre a comunidade cigana residente no concelho;
- ▶ Conceção de um Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas;
- ▶ Criação e implementação de uma resposta comunitária, de proximidade (ex.: mediador local);
- ▶ Campanhas com os *media* locais para combater os estereótipos;
- ▶ Ações de sensibilização no âmbito da integração da comunidade cigana direcionados para a comunidade em geral e para os serviços públicos e privados;
- ▶ Ações de sensibilização para a comunidade cigana para potenciar uma melhor integração da mesma (importância da educação, direitos/ deveres, integração no mercado de trabalho).

HABITAÇÃO

- Dificuldade de acesso a habitações sociais ou a custos controlados;
- Aumento significativo do valor das rendas no território;
- Número insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado;
- Pouca oferta de habitação social;
- Parque habitacional antigo e a necessitar de obras de requalificação;
- Dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais, nomeadamente:
 - Vítimas de violência doméstica
 - Acolhimento temporário para crianças e jovens
 - Situações de doença mental
 - Pessoas em situação de sem-abrigo
 - Pessoas com deficiência / incapacidade

- ▶ Levantamento e caracterização dos edifícios disponíveis (devolutos ou não);
- ▶ Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento; (em funcionamento)
- ▶ Programa Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana;
- ▶ Revisão da política de habitação social do concelho;
- ▶ Reabilitação de edifícios públicos para situações de emergência;
- ▶ Criação de uma estrutura de acolhimento de emergência para dar resposta às situações de emergência pontuais (com equipa multidisciplinar que promova a autonomização).

SAÚDE MENTAL

- Respostas insuficientes face às necessidades ao nível da saúde mental;
- Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento;
- Insuficiência das respostas comunitárias de acompanhamento regular;
- Sobrecarga dos cuidadores informais;
- Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica e isolamento social que podem potenciar situações de maior vulnerabilidade ao nível da saúde e da saúde mental em particular;
- Falta de informação / iliteracia em saúde mental;
- Insuficiente rede de transportes públicos que garantam o acesso aos serviços de saúde.

- ▶ Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento;
- ▶ Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;
- ▶ Fomentar equipamentos com respostas para a população com doença mental (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc);
- ▶ Capacitação de cuidadores formais e informais;
- ▶ Constituição de redes de apoio a cuidadores informais;
- ▶ Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento;
- ▶ Promoção de programas de prevenção e promoção da saúde;
- ▶ Formalização de parcerias entre entidades no concelho para constituição de uma resposta adequada às necessidades da população com perturbação mental e comportamental;
- ▶ Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde.

AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E COMUNIDADE

- Falta ou fragilidade de competências parentais, sociais e pessoais na população;
- Situações de negligência parental e violência doméstica sinalizadas à CPCJ;
- Perceção de um aumento do n.º de situações de doença mental;
- Situações de fragilidade económica das famílias;
- Situações de absentismo e abandono escolar;
- Insuficiente participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos;
- Perceção negativa das famílias sobre o percurso escolar;
- Horários laborais dos Encarregados de Educação poderão condicionar a sua participação em atividades escolares.

- ▶ Promoção de uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental;
- ▶ Programas de desenvolvimento de competências parentais / formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha;
- ▶ Programas de prevenção e formação em saúde em meio escolar;
- ▶ Ações de formação no âmbito da gestão familiar, doméstica e salubridade habitacional;
- ▶ Criação de equipas multidisciplinares que realizem um acompanhamento de proximidade às famílias sinalizadas;
- ▶ Melhorar / reforçar os canais de comunicação entre as diferentes organizações que intervêm com as famílias;
- ▶ Diagnóstico sobre motivos para a participação insuficiente dos Encarregados de Educação na vida escolar;
- ▶ Sensibilização das entidades patronais para a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

6. O CONTEXTO NACIONAL

Apesar do país se encontrar num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

O desafio da evolução demográfica

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Mas hoje, a população portuguesa tem visto esse fenómeno acentuar-se, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida, que no triénio 2021-2023 foi estimada em 81,17 anos para os homens e de 83,67 anos para as mulheres, o que é positivo - quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2021 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,3 anos, face a 2007, em que este indicador registava o valor de 28,2 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2024, recuou para 1,35 filhos face a 1,41 filhos em 2020).

Portugal foi o décimo terceiro país com maior número de nascimentos entre os países da UE28, no ano de 2018 (87.020). Apesar de se verificar um aumento da natalidade nos últimos anos (desde 2022), contabilizando 1,46 nascimentos por mulher, este não é significativo face à diminuição que se tem vindo a observar desde a década de 90.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade relativamente à qual Portugal não é exceção. O índice de envelhecimento mais do que duplicará (317 pessoas idosas por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões do país.

O envelhecimento da população contribui igualmente, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2024 registava-se no concelho de Valença, uma taxa de atividade de 44,87% na população com 15 e mais anos de idade. No

mesmo ano, a taxa de inatividade/desemprego era de 7,48%, tendo-se registado uma diminuição face a 2011, (12,39%). Assim, entre 2018 e 2022, verificou-se um aumento do número de pensões de velhice do regime da segurança social, (mais 630 indivíduos).

O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2022, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês).

O aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior). A taxa de risco de pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p e a da população idosa aumentou 0,1 p.p.

O crescimento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres (mais 0,9 p.p., de 16,8% em 2021 para 17,7% em 2022) do que os homens (mais 0,3 p.p., de 15,9% em 2021 para 16,2% em 2022).

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025).

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a população portuguesa está ainda mais envelhecida; os resultados provisórios do Censos 2021 revelam um “aumento expressivo” da população idosa e um decréscimo da população jovem em Portugal. Neste momento, **por cada 100 jovens portugueses, há 182 idosos**. Segundo o Instituto Nacional da Estatística, se os idosos são quase um quarto de toda a população residente (23,4%), os jovens não chegam aos 13%. A maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

O desemprego e a exclusão social

A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século, agravando-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento na economia portuguesa, verificando-se contudo uma ligeira inversão desta tendência desde 2015, não podendo afirmar-se ainda se será uma mudança conjuntural ou estabilizada (4,6 % no início de 2024, 7% no final de 2019 e 2018, 8,9% no final de 2017; 11,1% em 2016; 12,4% no final de 2015 [...]) (segundo o INE). O desemprego de longa duração, afetando atualmente cerca de metade da população desempregada (33,5% em 2024, 49,9% em 2019, 51,1% em 2018, 57,5% em 2017 e 49,0% em 2007) constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia.

A situação dos jovens no mercado de trabalho merece igual nível de preocupação, sobretudo pelo acréscimo muito relevante de jovens que não estão em situação de emprego, nem de ensino ou formação (hoje habitualmente designados por NEET: 'Not currently engaged in Employment, Education or Training', em português: 'É um jovem que não está nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação').

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que estão para além das questões estritas do acesso ao rendimento.

A evolução do desemprego e da situação social do país tem impactos assimétricos na população e no território, atingindo de forma diferenciada os seguintes grupos: desempregados de longa duração, destacando-se os adultos seniores e os jovens adultos (nomeadamente os que se encontram à procura do primeiro emprego); assalariados com baixas qualificações e remunerações; crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral ou a famílias monoparentais e/ou numerosas. Existem, ainda, outros grupos vulneráveis como os trabalhadores da economia informal, as mulheres (pelas discriminações de que são alvo, nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional), as pessoas idosas (em particular os de idade mais avançada), as pessoas com deficiências ou incapacidades, os imigrantes e grupos étnicos e as pessoas sem-abrigo. Estes são grupos com forte incidência relativa de baixos rendimentos, em que as redes de apoio informal tendem a ser especialmente frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Portugal apresenta atualmente elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social, refletindo-se em aspetos como: incidência da pobreza infantil, conjugada tanto com elevados níveis de persistência, como de intensidade, potenciando a reprodução intergeracional da pobreza; vulnerabilidade acrescida dos agregados com crianças, em particular as famílias monoparentais e as numerosas; situações de insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas; crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária e de desigualdade de rendimentos; existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os já referidos anteriormente. Tem-se verificado ainda que o fenómeno do sobre-endividamento corresponde a um dos fatores emergentes de empobrecimento e de agravamento das situações de pobreza monetária.

O processo de reestruturação da economia portuguesa tornou mais prementes as alterações estruturais ao nível do mercado de trabalho, particularmente em relação às qualificações, mas também, e numa perspetiva de médio prazo, na capacidade de inclusão no mercado de trabalho de públicos mais vulneráveis e afetados pela crise económica, nomeadamente os trabalhadores com mais idade, para os quais se torna mais relevante a questão das qualificações e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado, assim como os mais

jovens, com dificuldades acrescidas de inserção profissional e as pessoas com deficiência, mais afastadas da plena participação no mercado de trabalho.

Privação material severa

A privação material severa registou um decréscimo contínuo desde 2008, ano em que registou uma taxa de 9,7%, até 2012 (8,6%). Contudo, esta situação agravou-se em 2013 e 2014 (atingindo valores de 10,9% e 10,6% respetivamente). A partir de 2015 o valor voltou a descer, apresentando os valores de 9,6%, 8,4%, 6,9%, 6%, 5,6% , 6%,respetivamente em 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2024. A tendência atual é positiva, existindo, no entanto, um número muito significativo de agregados familiares nestas condições e a vivenciarem ainda as consequências do aumento destes valores nos anos anteriores. Portugal registou uma taxa de 20,1%, a 13.ª mais alta entre os 27 Estados-membros e abaixo da média da UE (INE – Junho 2024)

Qualificações

O nível médio de qualificações da população é baixo, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país. Na estrutura de qualificações portuguesa predominam ainda os níveis mais baixos de educação formal, em contraste como o modelo económico que tem vindo a consolidar-se no seio da UE, assente em médias e altas qualificações. Embora a situação seja substancialmente mais favorável entre as novas gerações, Portugal continua muito aquém dos padrões europeus. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar precoce (6,5% em 2021, 8,9% em 2020; 10,6% em 2019, 11,8% em 2018, 12,6% em 2017, 14% em 2016, 13,7% em 2015 [...] 36,5% em 2007), o aumento da taxa real de escolarização ao nível do ensino secundário (126,8% em 2022-2023, 79,3% em 2018, 77,6% em 2017, 75,3% em 2016, 74,6% em 2015, 74,3% em 2014 [...] 60,0% em 2007) e o aumento do peso da população com o ensino superior entre os 30 e 34 anos.

Apesar destas atuais tendências, e de acordo com a análise e enquadramento europeu (UE28) realizado pelo Observatório das Desigualdades, Portugal apresenta, em 2021, os níveis de escolaridade mais baixos da União Europeia. Mais de metade da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos não tinha ido além do ensino básico, resultado apenas comparável com Malta. Nos países da UE28, o valor deste indicador é de 22%. A

proporção da população residente em Portugal que não foi além do ensino secundário ou pós-secundário fixou-se em cerca de 24%, um pouco mais de metade do valor apurado para o conjunto de países da UE28, sendo que, apenas Espanha apresenta resultados piores em relação ao ensino de nível intermédio.

Por último, refira-se que a proporção da população adulta que em Portugal tem o ensino superior concluído é idêntica à da população que não foi além do ensino secundário. Se se comparar com os 20 países europeus que apresentam melhores resultados, 80% ou mais da população tem pelo menos o ensino secundário concluído, enquanto em Portugal esse valor é de cerca de 50%.

A situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à sua empregabilidade.

Economia

Nos últimos anos verificou-se uma forte quebra do investimento empresarial, acompanhada de uma significativa redução do investimento público e de uma contenção do consumo privado devido: i) à perda de rendimentos reais das famílias, associado ao aumento da carga fiscal, à redução de salários e ao aumento do desemprego; ii) à perceção por parte das famílias de que a perda de rendimentos assumiria uma natureza permanente; iii) e aos elevados níveis de endividamento.

Inversamente, as exportações líquidas de bens e serviços deram, durante o período 2010 – 2015, um contributo positivo para o desempenho do PIB nacional, tanto pelo lado das exportações (que subiram 15,8% em 2023), como pelo lado das importações (que diminuíram 4,1% em 2023).

A partir de 2015 verificou-se uma inversão em alguns destes indicadores, como no caso do consumo privado, na riqueza produzida (PIB), no nível de confiança dos agentes económicos

ou, como referido anteriormente, na taxa de desemprego, o que é claramente positivo. Permite a Portugal retomar um percurso de crescimento, não sendo, todavia, ainda uma mudança estrutural estabilizada que permita concluir por uma inversão das tendências de longo prazo.

É neste contexto socioeconómico exigente, mas de viragem positiva de tendências, que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Valença.

Tendências de Evolução Macroeconómicas

Na medida em que o contexto poderá determinar, ou pelo menos influenciar, os níveis de sucesso e as expectativas relativamente às estratégias de intervenção futuras a serem definidas no âmbito da Rede Social, refira-se aqui também quais as tendências macroeconómicas que irão caracterizar o país nos próximos anos. Para tal, identificam-se as principais previsões de evolução demográfica (realizadas pelo INE em 2021, para o período 2021 a 2080) e as últimas previsões relativas à evolução da economia portuguesa (May 15, 2024 — *A economia portuguesa* deverá crescer 1,7% este ano, segundo as previsões de Primavera da Comissão Europeia).

Demografia:

- O processo de envelhecimento demográfico irá manter-se, e só tenderá a estabilizar daqui a aproximadamente 40 anos.
- Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando, em 2031, abaixo do limiar de 10 milhões.
- O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões. Resultando de uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade.
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões.
- A população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas.
- O índice de sustentabilidade¹ poderá diminuir de forma acentuada. Este índice passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos, entre 2015 e 2080.

¹ **Índice de Sustentabilidade:** quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos

Economia:

- Até 2026 a economia portuguesa deverá crescer, 2,2% em 2025 e 2% em 2026, traduzindo mais procura externa e mais oferta.
- O consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, refletindo a melhoria no mercado de trabalho, a manutenção de níveis de confiança elevados e o crescimento contido dos salários reais, permanecendo condicionado pela necessidade de redução do nível de endividamento das famílias.
- Até 2026, existirá um aumento contido dos salários reais (abaixo do verificado em 2020), sendo que o valor do salário mínimo a partir de janeiro de 2024 é de 820€, o que simboliza um aumento de 60€.
- O crescimento do emprego será acompanhado de variações ligeiramente positivas da população ativa, associadas ao regresso de alguns indivíduos inativos ao mercado de trabalho, ao aumento progressivo da idade de reforma e à entrada de novos emigrantes.
- A conjugação dos dois fatores identificados no ponto anterior implicará um perfil com um mercado de trabalho a manter uma evolução favorável, com um aumento anual do **emprego** de 0,9% **até 2026**. A **taxa de desemprego** permanece em 6,5%. Jun 7, 2024, (valores provisórios).



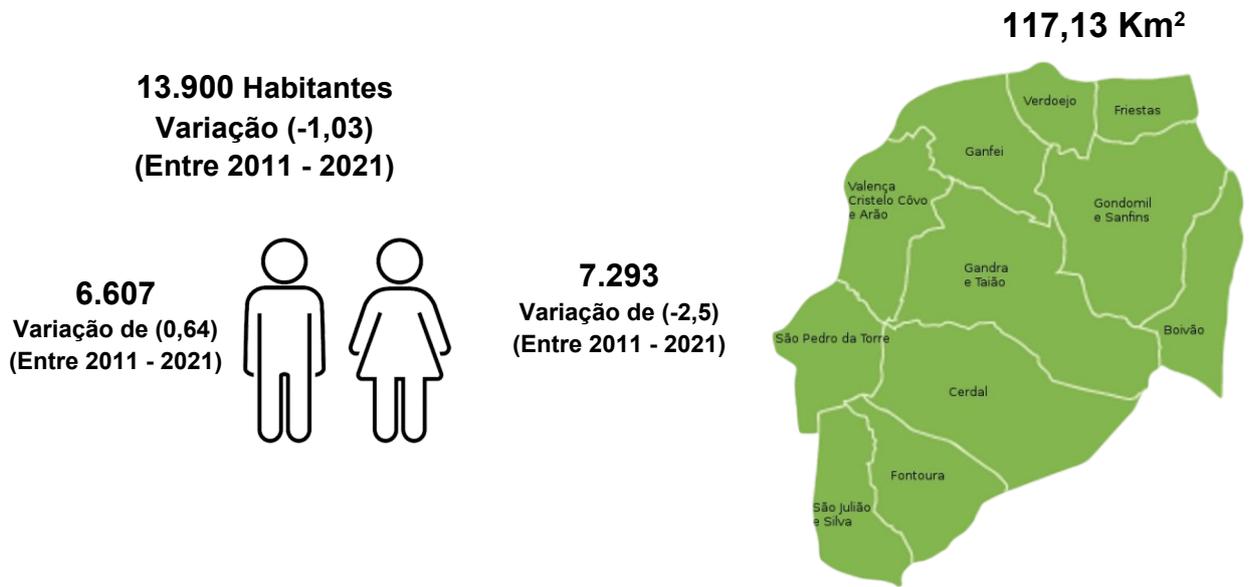
7. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, onde se apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Valença e a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, pareceu-nos importante apresentar o que designámos como “Retrato Municipal” pela leitura rápida que fornece.

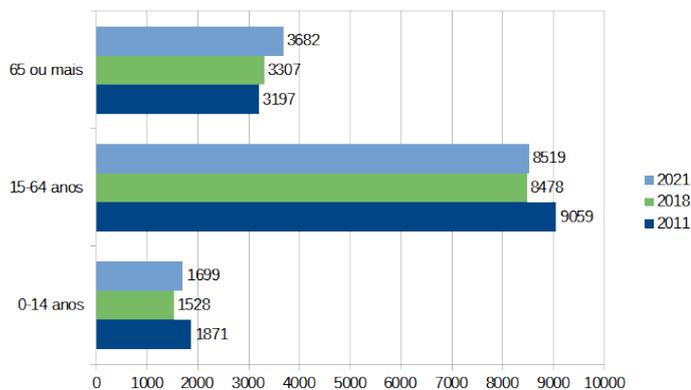
Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a Julho de 2024 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais. Este retrato municipal poderá ser consultado no site do INE, sendo que anualmente são realizadas atualizações aos dados que constam no mesmo, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.

Caracterização Socioeconómica do Concelho de Valença – Síntese (INE, 2021)



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS



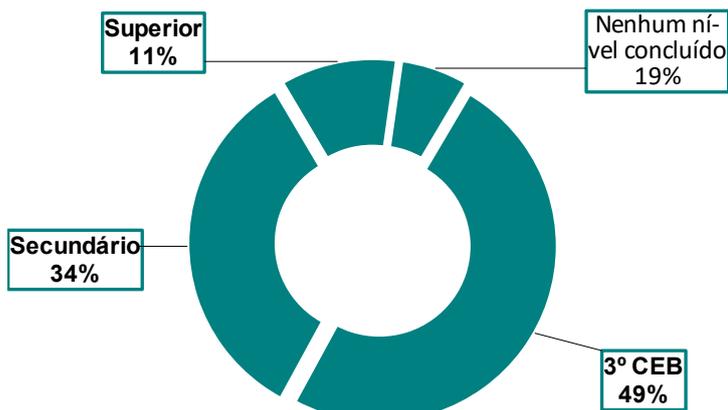
TAXA BRUTA DE NATALIDADE

7,5‰

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

14,4‰

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2021)



POPULAÇÃO COM IDADE ≥ 10 ANOS ANALFABETA (2021)

4,39%



**FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS
(2021)**

5,72%



**FAMÍLIAS
NUMEROSAS
(5 OU + PESSOAS)**

0,7%

**ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DOS JOVENS** **19,9%**

**ÍNDICE DE
DEPENDÊNCIA
DOS IDOSOS** **43,6%**

**ÍNDICE
DE
ENVELHECIMENTO** **219%**



**TAXA DE
ATIVIDADE
(2021)** **44,87%**

**TAXA DE
DESEMPREGO
(2021)** **7,48%**

501 DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (IEFP, ABRIL 2024)

**4º MUNICÍPIO DA REGIÃO DO
ALTO MINHO COM MENOR
NÚMERO DE EDIFÍCIOS
FAMILIARES
(15 JULHO 2022)**



**63,75% DE EDIFÍCIOS DE RESIDÊNCIA
HABITUAL**

**21.95% EDIFÍCIOS DE USO SAZONAL
OU SECUNDÁRIO**

14.29% EDIFÍCIOS VAGOS



**4.3€/M² VALOR MÉDIO DA
RENDA
DE NOVOS CONTRATOS DE
ARRENDAMENTO DE
ALOJAMENTOS FAMILIARES
(1º SEMESTRE 2024)**

**83 FOGOS DE HABITAÇÃO
SOCIAL MUNICIPAL (2024)**

2 MÉDICOS / 1000 HABITANTES (2024)
3 FARMÁCIAS / 1000 HABITANTES (2024)



1 UCC **1USAG**
1 UCSP **1 SAC**

14 562 UTENTES INSCRITOS NAS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE (1º TRIMESTRE 2024)

100% DOS UTENTES TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA (JULHO, 2024)

30.02% PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA) (2022)

1.98% BENEFICIÁRIOS DE RSI, NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA³

(1º SEMESTRE 2024)



**TAXA BRUTA DE
ESCOLARIZAÇÃO**
99,4%

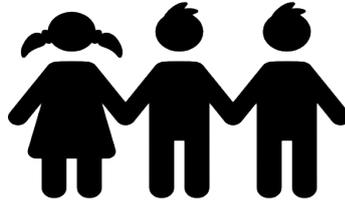
**TAXA BRUTA DE
ESCOLARIZAÇÃO
ENSINO BÁSICO**
98,1%

**TAXA BRUTA DE
ESCOLARIZAÇÃO
ENSINO SECUNDÁRIO**
83,6%

**TAXA BRUTA DE
CONCLUSÃO ENSI
SECUNDÁRIO**
89%

% (2021)

156 PROCESSOS
(VOLUME PROCESSUAL, CPCJ
2024)



28,02% VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

23,07% NEGLIGÊNCIA

**12,8% EXPOSIÇÃO A
COMPORTAMENTO QUE POSSAM
COMPROMETER O BEM ESTAR DA
CRIANÇA /JOVEM**



48,3%
TAXA DE CRIMINALIDADE
(2022)



**1263 ESTRANGEIROS COM
TÍTULO DE RESIDÊNCIA**
(2022)

295 SALDO MIGRATÓRIO
(2023)



2.474 RESIDENTES COM PELO MENOS UMA INCAPACIDADE (17,47%)

(2021)

8. CONCELHO DE VALENÇA: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Procuramos neste capítulo, contextualizar a intervenção social, caracterizando o concelho de Valença no que consideramos serem as principais dimensões de análise, designadamente nas seguintes áreas: demografia, atividades económicas e emprego, habitação, saúde, segurança e criminalidade, ação social e educação, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e minorias e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

8.1 Áreas de Intervenção Social

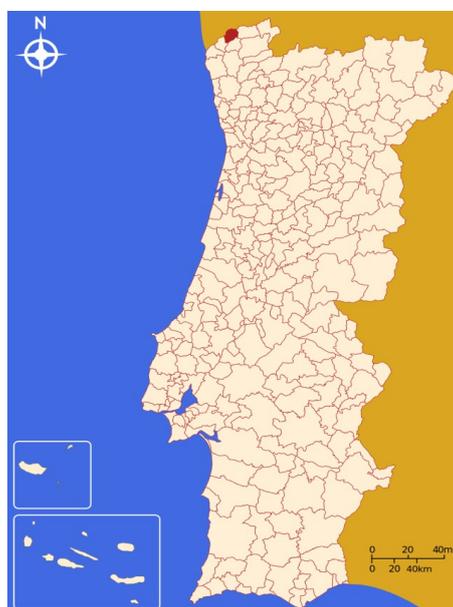
8.1.1 Análise Demográfica

O território de Valença localiza-se na Região Norte (NUTS II), na Sub-Região de Alto Minho (NUTS III) e pertence ao Distrito de Viana do Castelo. O concelho apresenta uma área total de 117,13km², sendo o segundo município com menor área da Região do Alto Minho.

Figura 1 – NUTS III



Figura 2– Concelho de Valença



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 11 freguesias: Uniões de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, Gandra e Taião, Gondomil e Sanfins, São Julião e Silva e

pelas Freguesias de Boivão, Cerdal, Fontoura, Friestas, Ganfei, São Pedro da Torre e Verdoejo.

Figura 3 – Freguesias do concelho de Valença, após a reorganização administrativa de 2013



O concelho é limitado a norte e noroeste pela Galiza (município de Tui), a sul pelo concelho de Paredes de Coura, a oeste pelo concelho de Vila Nova de Cerveira e a leste pelo município de Monção.

No ano de 2024, estima-se que o número médio de habitantes por Km², no concelho de Valença tenha sido 116,31hab/Km² sendo o terceiro município com maior densidade populacional da Região do Alto Minho.

Tabela 1 – Densidade populacional por território, nos anos de 2018 e 2022 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km ²)		Varição (%)
	2018 (v.e.) ²	2022	2018 – 2022
Portugal	111,5	112,15	0,65
Região Norte	167,9	168,5	0,35
Região do Alto Minho	104,4	168,5	61,32
Arcos de Valdevez	47,0	46,29	1,51
Caminha	116,4	115,71	0,6
Melgaço	34,4	32,63	5,14
Monção	85,1	84,31	0,92
Paredes de Coura	62,1	62,46	0,57
Ponte da Barca	61,8	60,64	1,87
Ponte de Lima	129,9	128,54	1,04
Valença	113,7	116,31	2,29
Viana do Castelo	265,9	268,88	1,12
Vila Nova de Cerveira	81,8	82,24	0,53

Fonte: INE (última atualização 19 de Março de 2024)

Entre 2018 e 2022 verificou-se um aumento da população residente a nível nacional e também na Região Norte. No município de Valença, bem como na maioria dos municípios da Região do Alto Minho, verificou-se uma variação positiva (2,29%).

Tabela 2 – População residente (estimativas a 31 de dezembro de 2022), por território, nos anos de 2011, 2018 e 2022 e sua variação (N.º e %)

Território	2011	2018	2022	Varição 2011 - 2022 (%)
Portugal	10.542.398	10.276.617	10.467.366	- 0,71
Região Norte	3.687.224	3.572.583	3.631.502	- 1,51
Região do Alto Minho	244.149	230.954	232.220	- 4,88

² v.e. – Valor estimado (INE, Série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à CAOP 2013 e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015).

Arcos de Valdevez	22.709	20.970	20.692	- 8,88
Caminha	16.645	15.873	16.116	- 3,17
Melgaço	9.137	8.144	7.603	- 16,78
Monção	19.186	17.902	17.877	- 6,83
Paredes de Coura	9.166	8.560	8.668	- 5,43
Ponte da Barca	12.018	11.210	11.094	- 7,69
Ponte de Lima	43.482	41.499	40.996	- 5,71
Valença	14.045	13.283	13.900	- 1,03
Viana do Castelo	88.522	84.636	86.099	-2,74
Vila Nova de Cerveira	9.239	8.877	9.175	- 0,69

Fonte:INE (Última atualização destes dados: 15 de junho de 2023)

Estima-se que no final do ano de 2023 residiam no concelho de Valença 13.900 habitantes, 52,47% dos quais mulheres (7.293) e 47,53% homens (6.607).

Entre os anos 2011 e 2022 registou-se uma maior variação percentual negativa na população feminina (menos 2,5 mulheres em cada 100), comparativamente com a população masculina (mais 0,64 homens em cada 100).

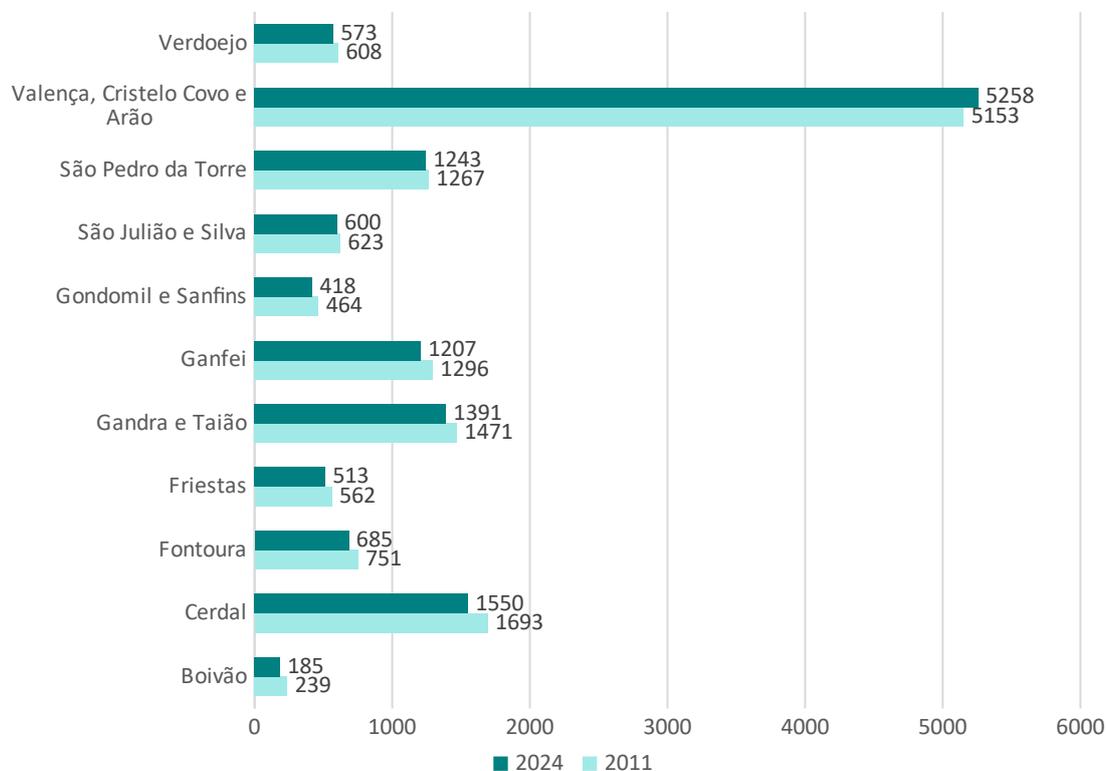
Tabela 3 – População residente no concelho de Valença, segundo o género, nos anos de 2011, 2018 e 2022 (N.º)

Território	2011		2018 (v.e.)		2022		Variação 2011-2022 (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Valença	6.565	7.480	6.132	7.151	6.607	7.293	0,64	- 2,5

Fonte: INE (Última atualização destes dados: 15 de junho de 2023)

Territorialmente, e aquando dos Censos 2021, a freguesia com maior número de residentes do concelho era a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, com 5.258 residentes e a freguesia com menor número de residentes era a freguesia de Boivão, com 185 habitantes.

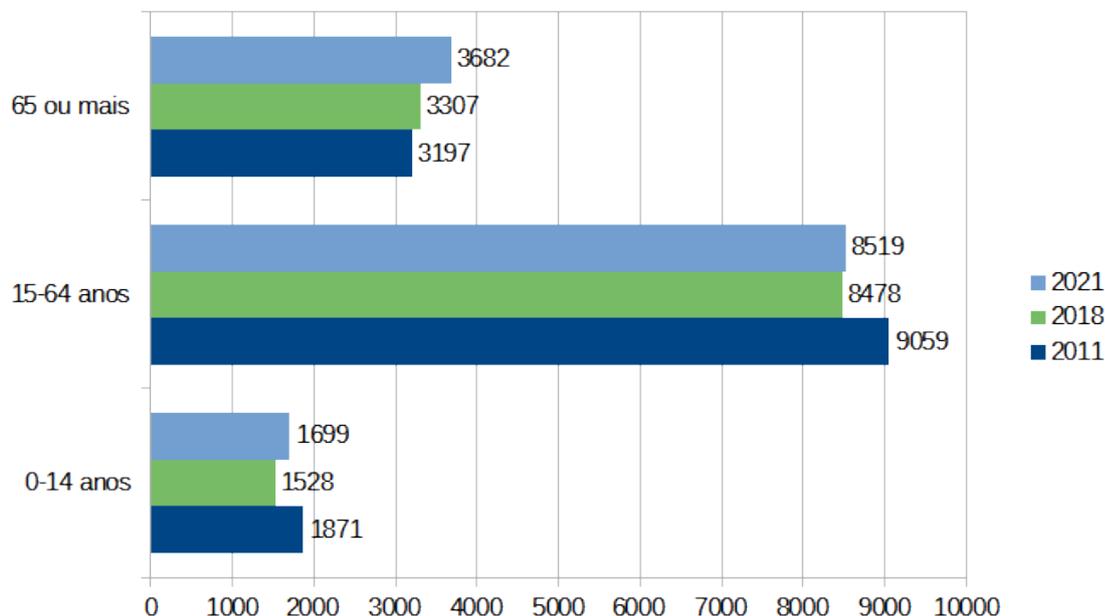
Gráfico 1 – População residente no concelho de Valença, segundo a freguesia, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 – última atualização em abril 2024

A maioria das freguesias registou uma diminuição populacional, entre os anos de 2011 e 2021, tendo-se verificado na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão um relativo aumento, embora na sua maioria pouco expressivo.

Gráfico 2 – População residente no concelho de Valença, segundo grupos etários, nos anos de 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021;

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (8519, 61,3%, em 2021), seguido do grupo dos 65 e mais anos (3682, 26,5%, em 2021) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (1699, 12,2%, em 2021).

Tabela 4 – Variação percentual dos grupos etários 2011-2018 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 - 2011	2011 - 2018
0 – 14 anos	-10,4	-17,2
15 – 64 anos	-0,1	-7,3
65 e mais anos	4,6	6,5

Fonte: PORDATA – última atualização 2018

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, é possível observar que desde o ano 2011, se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do número de residentes com idades compreendidas entre os 0-14 anos (aproximadamente, menos 17

crianças e jovens em cada 100, entre 2011 e 2028) e um aumento significativo do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos com o aumento de, aproximadamente, 7 residentes em cada 100).

O grupo etário entre os 15 e os 64 anos sofreu uma variação percentual negativa, com diminuição de cerca de 7 pessoas em cada 100.

Tabela 5 – Indicadores de população (2021)

Território	Taxa de crescimento efetivo ³	Taxa bruta de natalidade ⁴	Taxa bruta de mortalidade ⁵
	%	‰	
Portugal	0,44	8	11,9
Região Norte	0,59	7,3	10,7
Região do Alto Minho	0,15	6,7	14,2
Arcos de Valdevez	0	5,5	17,5
Caminha	1,04	6,1	13,2
Melgaço	-1,18	2,6	24,5
Monção	0,11	6,6	17,7
Paredes de Coura	-0,17	5,2	16,3
Ponte da Barca	-0,4	7,8	15,8
Ponte de Lima	-0,35	7	13,4
Valença	0,71	7,5	14,4
Viana do Castelo	0,11	7,3	11,8
Vila Nova de Cerveira	1,86	6,6	13,8

Fonte: INE

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo positiva (0,71) . No mesmo ano, registaram-se aproximadamente oito nascimentos por cada mil habitantes (7,5‰).

Dos nove concelhos do Alto Minho, Valença apresenta uma taxa bruta de natalidade de 7,5‰ por cada mil habitantes, sendo o nono concelho da região que apresenta uma taxa de natalidade mais alta.

³ **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁴ **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

⁵ **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

A taxa de mortalidade é superior à registada a nível nacional e nas Regiões Norte e do Alto Minho, sendo a sexta mais elevada da Região do Alto Minho, com 14 óbitos em cada mil habitantes (14,4‰), no ano de 2021.

Em Síntese:

- ▶ Dos 10 municípios da Região do Alto Minho, Valença é o segundo município com menor área territorial (117,13Km²);
- ▶ O concelho é composto por 11 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013;
- ▶ Valença registou um decréscimo populacional entre 2011 e 2022, (14.045 e 13.900 respetivamente) com uma taxa de variação negativa de -1,03%. Nesse período registou-se um decréscimo populacional a nível nacional, regional e concelhio, sendo o valor de Valença superior ao nacional; (- 0,71%);
- ▶ O município de Valença é o terceiro com maior densidade populacional da Região do Alto Minho (116, hab./ Km²);
- ▶ Segundo os dados do INE (atualização em junho de 2023), o número estimado de população residente no concelho de Valença foi de 13.900 (7.293 mulheres e 6.607 homens);
- ▶ A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão é a que tem um maior número de residentes em 2011 e 2021, com cerca de 5.153 e 5.258 habitantes, respetivamente;
- ▶ A maioria das freguesias do concelho registou uma diminuição populacional, entre os anos de 2011 e 2021; com exceção da União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, que registou um aumento de 105 habitantes.
- ▶ No final de 2021, 61,28%, da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 26,5% tinha 65 e mais anos e 26,5% tinha entre 0 e 14 anos;
- ▶ Entre 2011 e 2018, o número de residentes com idade inferior a 15 anos diminuiu de forma significativa, verificando-se um ligeiro aumento em 2021. O número de residentes entre os 15 e os 64 anos de idade também diminuiu entre 2011 e 2018 e regista-se um pequeno aumento no ano de 2018 a 2021. O número de residentes com 65 e mais anos tem vindo a aumentar;
- ▶ Em 2021, a taxa de crescimento efetivo foi positiva (0,71%), apresentando um aumento populacional superior à média nacional (0,44%) e da Região Norte (0,59%) invertendo-se esta tendência face a 2018;
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa bruta de natalidade foi de 7,5‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 14,4‰.

8.1.2 Atividades Económicas e Emprego

A região do Alto Minho, localizada no noroeste de Portugal, é caracterizada por uma diversidade de atividades económicas que contribuem significativamente para a economia local e a geração de emprego. Aqui estão algumas das principais atividades económicas da região:

Agricultura e Pecuária

A agricultura é uma atividade tradicional no Alto Minho, com destaque para a produção de vinhos, especialmente o Vinho Verde, que é muito famoso na região. A viticultura é uma fonte importante de emprego, tanto na produção como na transformação do vinho. Além do vinho, a região produz outros produtos agrícolas como milho, batatas, hortícolas e frutas. A pecuária, incluindo a criação de bovinos, suínos e aves, também é relevante.

Silvicultura

A exploração florestal, especialmente do pinheiro e eucalipto, é uma atividade significativa na região. A silvicultura não só fornece matéria-prima para a indústria da madeira e papel, mas também gera emprego em atividades de plantação, manutenção e corte de árvores.

Indústria

No Alto Minho, a indústria é variada, abrangendo desde a transformação de produtos alimentares até à produção de têxteis, calçado e mobiliário. A indústria metalomecânica e a produção de componentes para automóveis têm vindo a ganhar importância, criando muitos postos de trabalho.

Turismo

O turismo é uma atividade em crescimento, graças ao património natural e cultural da região. O Alto Minho atrai turistas com as suas paisagens deslumbrantes, parques naturais, praias, e um rico património histórico e arquitetónico, incluindo castelos, igrejas e aldeias históricas. O turismo rural e o ecoturismo são particularmente importantes, proporcionando empregos em alojamento, restauração e serviços turísticos.

Pesca e Aquicultura

A pesca artesanal tem relevância nas zonas costeiras da região, particularmente em localidades como Viana do Castelo. A aquicultura também está a crescer, com a criação de espécies como o robalo e a dourada.

Comércio e Serviços

O comércio e os serviços são setores vitais para a economia do Alto Minho, abrangendo desde o comércio tradicional até serviços modernos, como educação, saúde, administração pública, finanças e tecnologia. O crescimento dos serviços digitais e o teletrabalho também têm impacto na criação de novos tipos de emprego na região.

Energias Renováveis

A região do Alto Minho tem um grande potencial para a produção de energias renováveis, especialmente energia eólica e hídrica. A instalação de parques eólicos e a exploração de recursos hídricos para a produção de eletricidade são importantes para a economia regional, oferecendo empregos em áreas como a engenharia, manutenção e operação de infraestruturas energéticas.

Artesanato

O artesanato é uma atividade tradicional que continua a ter importância cultural e económica. Produtos como os bordados, a cerâmica e a cestaria são não só parte da herança cultural do Alto Minho, mas também atraem turistas e geram renda para as comunidades locais.

Essas atividades económicas são cruciais para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Minho, proporcionando uma base diversificada para o emprego e contribuindo para a qualidade de vida das suas populações. (Dashboard sub-regional do Alto Minho 2030)

Valença é o terceiro concelho da região do Alto Minho com maior densidade de empresas por Km² (17,6 empresas/Km²). A maioria das empresas sediadas no concelho tem menos de 10 trabalhadores (96,7%).

Tabela 6 – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2022)

Território	Densidade de empresas Densidade de estabelecimentos	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores
	N.º/Km ²	%
Portugal	15,7	96,3
Região Norte	22,7	95,8
Região do Alto Minho	14,5	96,7
Arcos de Valdevez	6,6	96,2
Caminha	18,1	97,4
Melgaço	5,3	98,6
Monção	15,3	97,4
Paredes de Coura	8,5	97,8
Ponte da Barca	7,6	97,3
Ponte de Lima	16,9	96,5
Valença	17,6	97,6
Viana do Castelo	34,8	95,9
Vila Nova de Cerveira	10,7	96,1

Fonte: Pordata (última atualização 09-02-2024)

É possível verificar que, das 2.062 empresas sediadas no município, a maioria enquadra-se no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (80%), seguidas as empresas de industria transformadora (65%) e em terceiro lugar as que se dedicam a atividades administrativas e serviços de apoio (48,2%).

No que respeita à dimensão, encontram-se sediadas no concelho 3 grandes⁶ empresas, que empregam 250 ou mais trabalhadores. (Fonte INE; última atualização 15 de dezembro de 2023)

⁶ **Grande Empresa:** Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço e/ou empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

Tabela 7 – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Valença por freguesias (2021) (%)

Território	Taxa de Atividade ⁷	Taxa de desemprego ⁸
Valença (concelho)	44,87%	7,48
União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	47,81%	8,51
Boivão	27,57%	0
Cerdal	41,74	8,04
Fontoura	43,99	4,52
Friestas	43,85	9,63
União das freguesias de Gandra e Taião	44,93	7,68
Ganfei	43,99	5,84
União das freguesias de Gondomil e Sanfins	35,65	6,04
União das freguesias de São Julião e Silva	43,5	4,98
São Pedro da Torre	43,85	7,89
Verdoejo	41,71	4,6

Fonte: INE, Censos 2021 (última atualização 23 de novembro de 2022)

Relativamente ao **mercado de trabalho** no concelho de Valença, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2021, era de 7,48%, sendo inferior à registada a nível nacional (8,13%).

No ano 2021, a taxa de atividade registada no concelho e respetivas freguesias foi inferior a 50%, ou seja, em cada 100 pessoas residentes no concelho, menos de 50 encontravam-se em idade ativa e a trabalhar. Nesse mesmo ano, em cada 100 pessoas em idade ativa, cerca de 7, encontravam-se em situação de desemprego.

A população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelos sectores secundário e terciário (1.338 e 2.643 pessoas empregadas, respetivamente).

A diferença entre o número de empregados por género não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados (2868 homens e 2787 mulheres). (*Última atualização destes dados: 23 de novembro de 2022*).

O número de desempregados registados em abril de 2024, era de 501. (Fonte: IEF – Junho 2024)

⁷ **Taxa de atividade:** Taxa que permite definir o peso da população ativa (população com 15 e mais anos de idade) sobre o total da população (INE).

⁸ **Taxa de desemprego:** Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa (INE).

Tabela 8 – População empregada, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias e ramo de atividade (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Valença (concelho)	5655	2868	2787	135	2181	3339	1181	2158
Boivão	51	29	22	6	23	22	9	13
Cerdal	595	321	274	15	264	316	106	210
Fontoura	317	170	147	16	145	156	44	112
Friestas	197	104	93	0	44	153	66	87
Gandra e Taião	577	292	285	13	243	221	112	209
Ganfei	500	244	256	17	176	307	140	167
Gondomil e Sanfins	140	77	63	2	69	69	25	44
São Pedro da Torre	502	237	265	3	208	291	94	197
São Julião e Silva	246	136	112	23	110	115	32	83
Valença, Cristelo Covo e Arão	2300	1144	1156	32	807	1461	795	966
Verdoejo	228	114	114	8	92	128	58	70

Fonte: INE, Censos 2021 – (última atualização 23 de novembro de 2022).

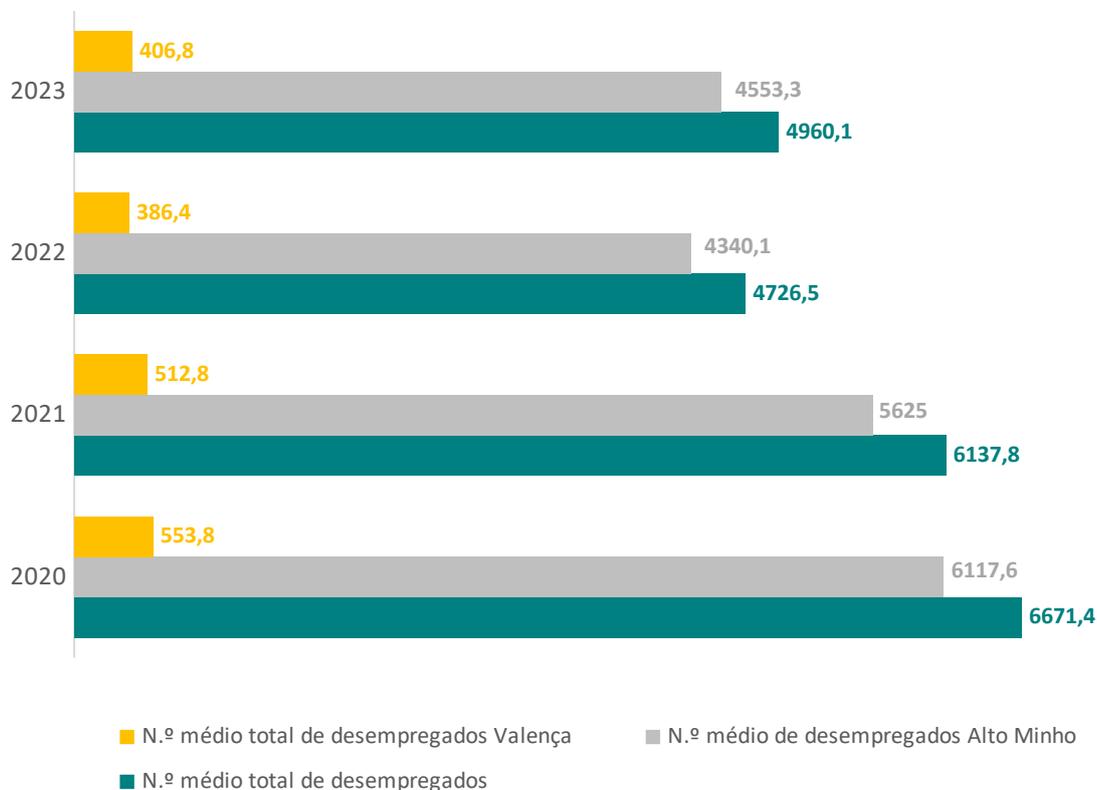
Da população empregada, destaca-se o facto de que a maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (4.222 pessoas), sendo ainda significativo o número de trabalhadores que são empregadores (672 pessoas, o que representa 11,88% do número total da população empregada).

Tabela 9 – População empregada, residente no concelho de Valença, por freguesias e situação na profissão (2021) (N.º)

Território	Empregador	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador por conta de outrem	Outra situação
Valença (concelho)	672	613	4222	148
Boivão	4	9	35	3
Cerdal	42	72	463	18
Fontoura	36	42	229	10
Friestas	18	21	154	4
Gandra e Taião	77	72	418	10
Ganfei	61	49	380	10
Gondomil e Sanfins	9	29	97	5
São Pedro da Torre	56	43	392	11
São Julião e Silva	13	39	193	8
Valença, Cristelo Covo e Arão	339	215	1682	64
Verdoejo	17	27	179	5

Fonte: INE, Censos 2021 – (última atualização 23 de novembro de 2022).

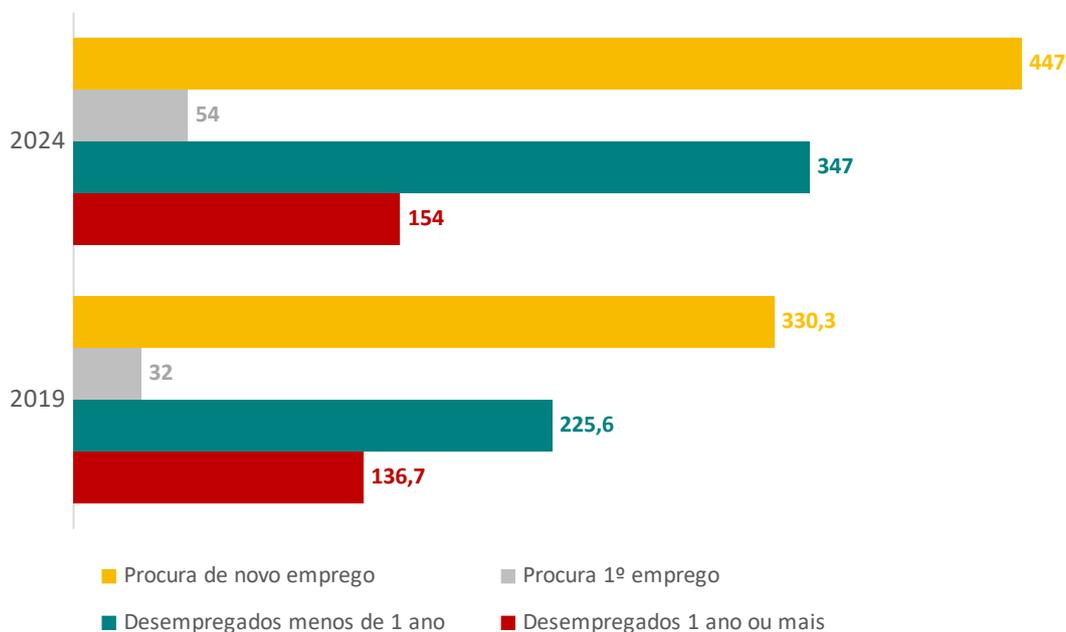
Gráfico 3 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o Género (N.º)



Fonte: PORDATA / IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (Estatísticas Mensais por Concelhos – última atualização 09-02-2024)

Verifica-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, tem-se mantido constante, apenas com um pequeno decréscimo de 2021 e 2022. De 2021 até ano de 2022, verificou-se uma variação percentual negativa de 24,66%, no número médio anual de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego. Já entre 2022 e 2023 verificou-se um ligeiro aumento no número médio de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego com uma variação percentual de 5,28%.

Gráfico 4 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)



Fonte: PORDATA / IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Analisando os dados desde 2019 até 2024, constata-se que, em média, a grande maioria das pessoas em situação de desemprego se encontrava à procura de novo emprego.

Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que em 2024, o número médio de pessoas em situação de desemprego, à procura de um novo emprego e desempregados há menos de um ano, aumentou face a 2019 sendo a diferença de 117 e 121.4, respetivamente.

Tabela 10 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego entre 2019 e 2023 (situação no fim do mês de Julho de 2023) (N.º)

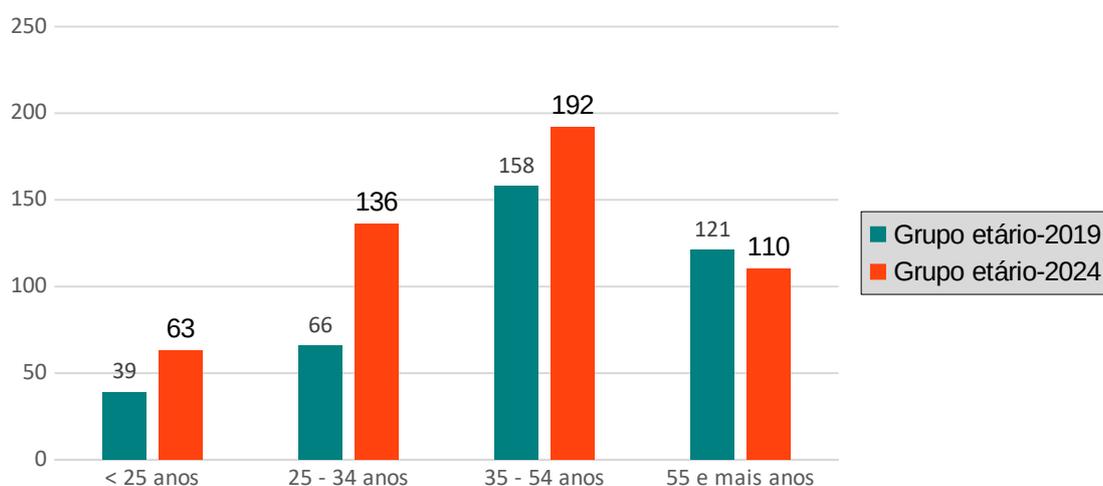
Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
2019	178	206	242	142	35	349	384
2024	221	280	347	154	54	447	501

Fonte: PORDATA / IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Dos desempregados do concelho de Valença, em 2019 e 2024 verifica-se que continuam a ser em maior número os indivíduos do sexo feminino as pessoas que procuram um novo emprego.

Ao nível da faixa etária a maioria está na faixa etária dos 35-54 anos, seguida da faixa etária entre os 25 e os 34 anos. No entanto, em 2019 a maior taxa de desemprego situava-se nos mais de 55 anos e maioritariamente mulheres.

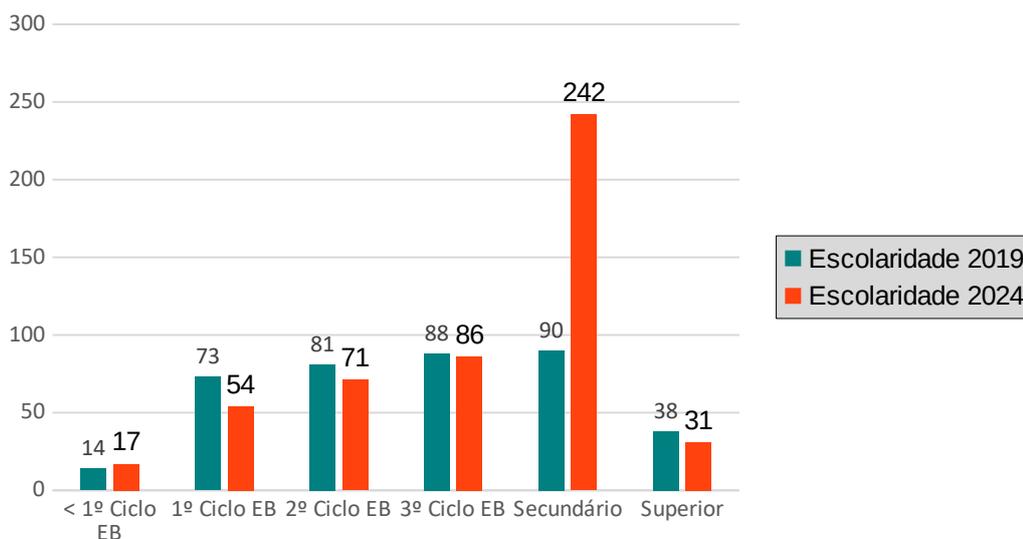
Gráfico 5 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo o grupo etário (situação no fim do mês dezembro 2019 e julho de 2023) (N.º)



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação dos desempregados, a maioria possui o ensino secundário, sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) e com mais qualificações (Ensino Superior) a que se encontra em menor número face à situação de desemprego, à data de dezembro de 2024.

Gráfico 6 – Desemprego registado no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade (N.º).



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos - situação no fim do mês dezembro 2019 e julho de 2024)

Tabela 11 - Caracterização das pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, por freguesia (situação em abril de 2024) (N.º).

Território	Total H/M	Tempo de inscrição		Situação face à procura	
		< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego
Valença (concelho)	501	347	154	54	447
Boivão	8				
Cerdal	31	23	15	2	36
Fontoura	19	11	6	3	14
Friestas	20	13	3	1	15
Gandra e Taião	20	20	15	1	34
Ganfei	32	17	19	3	33
Gondomil e Sanfins	10			0	5
São Pedro da Torre	39	21	9	4	26
São Julião e Silva	22				
Valença, Cristelo Covo e Arão	280	113	58	15	156
Verdoejo	17				

Fonte: IEFP – Abril 2024

No final de Abril do ano 2024, o maior número de desempregados inscritos no Centro de Emprego residiam na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, nas freguesias de São Pedro da Torre e Ganfei. O número de mulheres em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, é superior ao número de homens inscritos, (280 e 221, respetivamente).

Em Síntese:

- ▶ No concelho encontram-se sediadas 2.062 empresas.
- ▶ Em 2022, 97,6% têm menos de 10 trabalhadores e 0,14% tem mais de 250 trabalhadores.
- ▶ É possível verificar que, das 2.062 empresas sediadas no município, a maioria enquadra-se no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, seguidas as empresas de industria transformadora e em terceiro lugar as que se dedicam a atividades administrativas e serviços de apoio.
- ▶ Valença é o segundo concelho da região do Alto Minho com maior número de empresas ao nível das Indústrias Extrativas;
- ▶ Relativamente ao **mercado de trabalho** no concelho de Valença, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2024, era de 7,48%, sendo inferior à registada a nível nacional (8,13%).
- ▶ No final de Abril do ano 2024, o maior número de desempregados inscritos no Centro de Emprego residiam na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, nas freguesias de São Pedro da Torre e Ganfei. O número de mulheres em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, é superior ao número de homens inscritos, (280 e 221, respetivamente).
- ▶ A população empregada, residente no concelho, está distribuída sobretudo pelos sectores secundário e terciário (1.338 e 2.643 pessoas empregadas, respetivamente).
- ▶ A diferença entre o número de empregados por género não é significativa, embora se registre um maior número de homens empregados (2868 homens e 2787 mulheres).
- ▶ Entre 2019 e 2024 verificou-se um ligeiro aumento no número médio de pessoas em situação de desemprego no concelho de Valença, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego com uma variação de 117 indivíduos.

- ▶ Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que em 2024, o número médio de pessoas em situação de desemprego, à procura de um novo emprego e desempregados há menos de um ano, aumentou face a 2019 sendo a diferença de 117 e 121.4, respetivamente.
- ▶ Quanto à qualificação dos desempregados, a maioria possui o ensino secundário, sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) e com mais qualificações (Ensino Superior) a que se encontra em menor número face à situação de desemprego, à data de dezembro de 2024.
- ▶ Ao nível da faixa etária a maioria está na faixa etária dos 35-54 anos, seguida da faixa etária entre os 25 e os 34 anos. No entanto, em 2019 a maior taxa de desemprego situava-se nos mais de 55 anos e maioritariamente mulheres.

8.1.3 Habitação

Valença é o quarto concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o quinto com menor número de alojamentos familiares clássicos. Entre 2018 e 2021 registou-se um aumento do número de edifícios e alojamentos, mais 86 edifícios de habitação familiar clássica e mais 107 alojamentos familiares clássicos.

Tabela 12 – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2021) (N.º)

Território	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2018	2021	2018	2021
Portugal	3604407	3629109	5953833	6002874
Região Norte	1234651	1 244 122	1 882 452	1902343
Região do Alto Minho	123543	124 304	153 676	154980
Arcos de Valdevez	15687	15 757	17 631	17722
Caminha	9537	9 586	14 296	14369
Melgaço	7065	7 072	7 654	7662
Monção	11865	11 922	13 576	13682
Paredes de Coura	5863	5 889	6 196	6234
Ponte da Barca	7012	7 052	8 200	8258
Ponte de Lima	20323	20 463	22 642	23043
Valença	6978	7 064	8 292	8399
Viana do Castelo	33506	33 736	48 913	49278
Vila Nova de Cerveira	5707	5 763	6 276	6333

Fontes: INE/ Anuário Estatístico da Região Norte – (última atualização 15 de Julho de 2022)

Uma análise mais aprofundada permite verificar que, à data de 2021, a maior percentagem de edifícios clássicos construídos situava-se na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (26,5%), seguida pela freguesia de Cerdal (14,7%).

De realçar que nos últimos 20 anos (2001/2021) foram gerados cerca de 1.000 unidades, mas, na última década o crescimento foi de apenas de 141 unidades o que perfaz 2%.

Tabela 13 – Edifícios, por freguesia (2011 e 2021) (N.º e %)

Território	Edifícios 2011		Edifícios 2021	
	N.º	%	Nº	%
Valença (concelho)	6817	100	6 958	100
Boivão	159	2,3	161	2,3
Cerdal	992	14,55	1026	14,7
Fontoura	415	6,09	415	6
Friestas	311	4,56	328	4,7
Gandra e Taião	716	10,50	760	10,9
Ganfei	657	9,64	664	9,54
Gondomil e Sanfins	325	4,77	326	4,6
São Pedro da Torre	653	9,58	687	9,8
São Julião e Silva	422	6,19	420	6,3
Valença, Cristelo Covo e Arão	1851	27,15	1844	26,5
Verdoejo	316	4,64	327	4,6

Fonte: INE, Censos 2021 (Última atualização destes dados: 19 de março de 2024)

Em termos do tipo de utilização dada a estes edifícios em cada freguesia/União de freguesias é perceptível que na sua grande maioria apresentam funções residenciais.

Tabela 14 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente residenciais (de 50% a 99%)	Não residenciais (até 49%)
Valença (concelho)	13088	334	0
Boivão	185	0	0
Cerdal	1550	0	0
Fontoura	685	0	0
Friestas	513	0	0
Gandra e Taião	1387	4	0
Ganfei	1207	0	0
Gondomil e Sanfins	418	0	0
São Pedro da Torre	1229	5	0
São Julião e Silva	599	0	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	4747	325	0
Verdoejo	568	0	0

Fonte: INE, Censos 2021 (última atualização de dados: 23 de novembro de 2022)

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios entre 2011 e 2021, é possível verificar que a proporção de edifícios muito degradados, diminuiu, principalmente nas freguesias de São Julião e Silva, Valença, Cristêlo-Côvo e Arão e Gandra e Taião.

Nas freguesias de Boivão, Cerdal, Fontoura, Gondomil e Sanfins, São Pedro e Verdoejo, a proporção de edifícios com necessidade de reparação aumentou.

Desde 2008, implementou-se uma medida de apoio à execução de obras de recuperação e conservação de habitações degradadas, ao abrigo do Regulamento Municipal para a Recuperação de Habitações Degradadas de estratos Sociais Desfavorecidos. Esta medida contribuiu para a diminuição de edifícios degradados no concelho. Desde 2009 foram realizados 95 pedidos, tendo sido deferidos 47, sendo que 37 estão a aguardar resposta e 7 foram indeferidos.

O índice de envelhecimento dos edifícios nas freguesias de Boivão, Valença, Cristelo-Covo e Arão e Friestas, é muito superior ao registado no concelho (2350, 858,1; 490,9 respetivamente).

Tabela 15 – Índice de envelhecimento dos edifícios e proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação no concelho de Valença

Território	Índice de envelhecimento dos edifícios (N.º)	Proporção de edifícios muito degradados (%)		Proporção de edifícios com necessidades de reparação (%)	
	2024	2011	2016	2011	2021
Valença (concelho)	393,4	2,13	2,13	20,7	34,1
Boivão	2350	3,77	3,77	25,79	38,5
Cerdal	248,9	1,51	1,51	16,33	64,4
União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	858,1	10,94	3,03	120,71	36,8
Fontoura	300	3,61	3,61	34,7	47
Friestas	490,9	0,32	0,32	9,65	4,6
União de freguesias de Gandra e Taião	460	6,14	2,93	46,32	35,8
Ganfei	314,3	1,98	1,98	7,91	3,6
União de freguesias de Gondomil e Sanfins	168,8	0,96	0,31	22,11	31,6

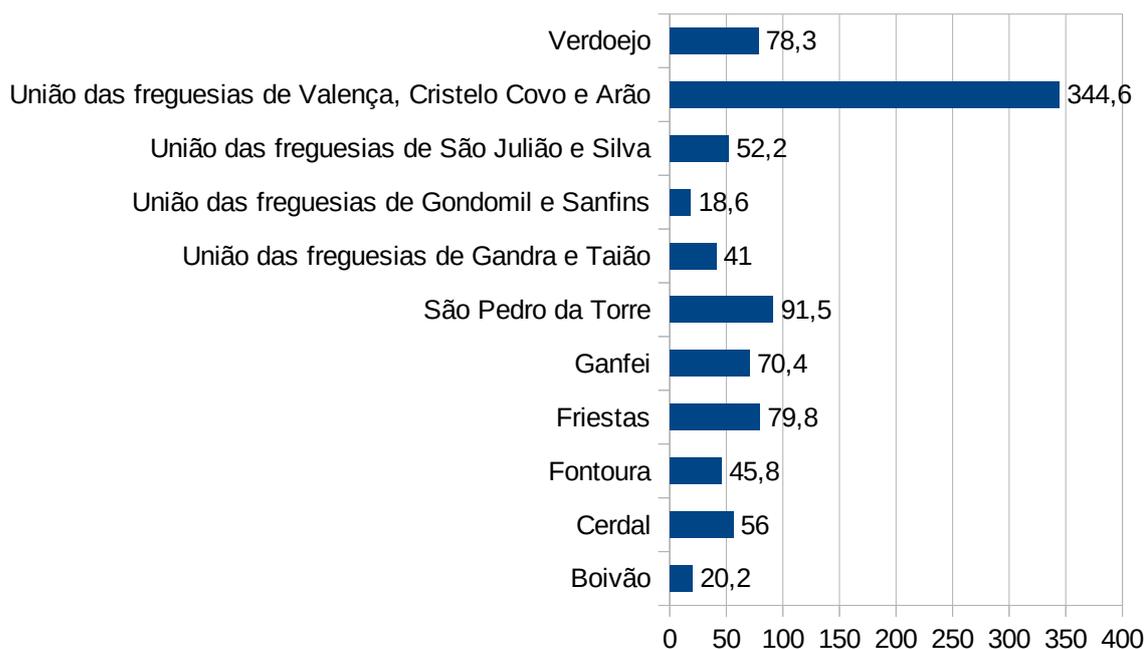
União de freguesias de São Julião e Silva	409,1	6,4	2,84	31,87	14,5
São Pedro da Torre	271,1	0,46	0,46	8,58	27,4
Verdoejo	126,3	0,63	0,63	2,22	35,5

Fonte: INE, Censos 2011 – 2021 (última atualização 19 de março de 2024) (N.º e %). Proporção de edifícios muito degradados (%) (última versão atualizada em 2016)

No ano de 2021, o n.º médio de alojamentos por Km² no concelho era de 81,67 alojamentos/Km², sendo o terceiro concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km².

Analisando a densidade de alojamentos por freguesia, referentes ao ano de 2021, é perceptível que é na União de freguesias Valença, Cristelo Covo e Arão que se encontra a maior densidade de alojamentos do concelho de Valença, com 344,6 alojamentos por Km² (valor médio), seguida da freguesia de São Pedro da Torre, com 91,5 alojamentos por Km² (valor médio), seguido de Friestas e Verdoejo com 79,8 e 78,3 alojamentos por Km². Por oposição é nas freguesias de Boivão e União de freguesias de Gondomil e Sanfins que se regista menor densidade de alojamentos por Km² (20,2 e 18,6, respetivamente).

Gráfico 7 – Densidade de alojamentos no concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º de Alojamentos/Km²)



Fonte: INE, Censos 2021 (última atualização 2 de dezembro de 2021)

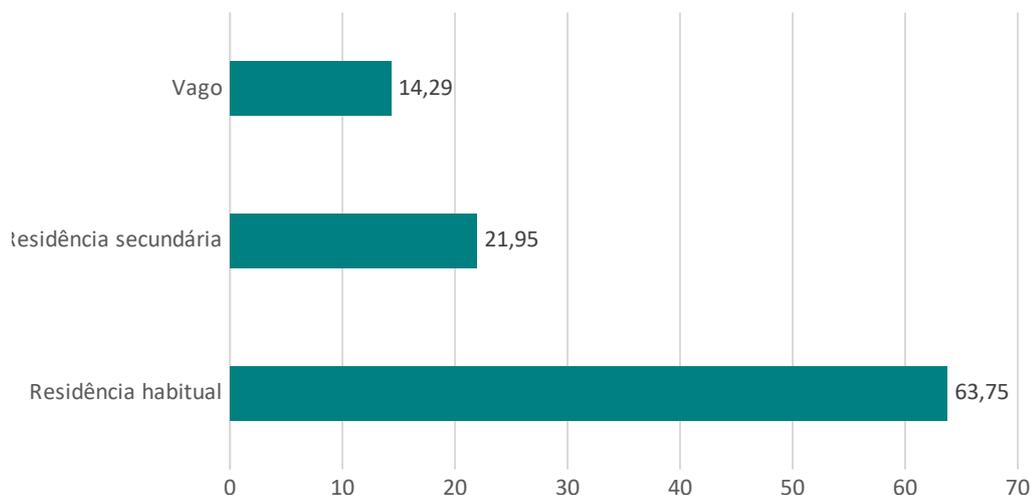
De acordo com os dados estatísticos referentes aos Censos de 2021, existiam no concelho um total de 8.528 alojamentos, dos quais 99,6% correspondiam a alojamentos familiares clássicos e 0,24% a alojamentos familiares não clássicos, os restantes correspondem a alojamentos coletivos; 0,07%. A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (n= 3.270) e as freguesias de Cerdal (n= 1051) e Gandra e Taião (n= 827), concentravam, à data, nos seus territórios o maior número de alojamentos do concelho.

Tabela 16 – Tipologia de alojamentos do concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Valença (concelho)	8528	8500	21	4	3
Boivão	161	161	0	0	0
Cerdal	1051	1051	0	0	0
Fontoura	420	420	0	0	0
Friestas	331	331	0	0	0
Gandra e Taião	827	827	0	0	0
Ganfei	667	667	0	0	0
Gondomil e Sanfins	329	329	0	0	0
São Pedro da Torre	713	710	1	2	0
São Julião e Silva	427	426	1	0	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	3270	3250	16	2	3
Verdoejo	331	328	3	0	0

Fonte: INE, Censos Habitação 2021 (última atualização 2 de dezembro de 2021)

Gráfico 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Valença (2021) (%)



Fonte: INE, Censos habitação 2021 (última atualização 30 de Março de 2023)

Como é possível verificar, Valença caracteriza-se por ser um município maioritariamente de residência, na medida em que 63,75% dos alojamentos familiares do município são utilizados como residências habituais. É na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se localiza o maior número de alojamentos com este fim (n= 3.250 no entanto é na freguesia de Verdoejo (70,12%) que existe maior percentagem de residências habituais, seguida de Ganfei (69,7%) face ao número total de alojamentos familiares existentes na freguesia.

No que respeita aos alojamentos de ocupação sazonal, estes também se encontram em maior número na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (n= 705), no entanto é na freguesia de Boivão que se encontram em maior percentagem (35,4%) relativamente ao número total de alojamentos da freguesia (n= 57).

O número de alojamentos familiares vagos existentes no concelho é significativo (n= 1215; 14,29%), sendo em maior número na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, (n= 407), no entanto é na União de freguesias de Gondomil e Sanfins que se encontra a maior percentagem de alojamentos vagos relativamente ao número total de alojamentos da freguesia (aproximadamente 20,39%).

Tabela 17 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Valença, por freguesia (2021) (N.º e %)

Território	Alojamentos familiares						
	Total	De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Valença (concelho)	8500	5419	63,75	1866	21,95	1215	14,29
Boivão	161	75	46,5	57	35,4	29	18,01
Cerdal	1051	596	56,7	259	24,6	196	18,6
Fontoura	420	267	63,57	120	28,57	33	7,85
Friestas	331	205	61,93	74	22,36	52	15,73
Gandra e Taião	827	543	65,6	146	17,66	138	16,69
Ganfei	667	465	69,7	102	15,3	100	15
Gondomil e Sanfins	329	164	49,85	98	29,78	67	20,39
São Pedro da Torre	710	485	68,31	122	17,18	103	14,51
São Julião e Silva	426	251	58,92	117	27,46	58	13,62
Valença, Cristelo Covo e Arão	3250	2138	65,8	705	21,69	407	12,52
Verdoejo	328	230	70,12	66	20,12	32	9,76

Fonte: INE, Censos 2021

No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, verifica-se que o número de alojamentos com proprietário ocupante é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário, situação que se verifica em todas as freguesias / Uniões de freguesias do concelho. A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão é a que, à data dos Censos de 2021, registava maior percentagem de alojamentos arrendados no seu território, comparativamente com as restantes freguesias.

Tabela 18 – Regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual, por freguesia (2021) (N.º e %)

Território	Total	Alojamentos com Propriedade ou copropriedade		Alojamentos Arrendados ou subarrendados		Outras situações	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Valença (concelho)	5419	4099	75,64%	977	18,10%	343	6,33%
Boivão	75	72	96,00%	0	0	3	4,00%
Cerdal	596	491	82,38%	59	9,87%	46	7,72%
Fontoura	267	235	88,10%	7	2,62%	25	9,36%
Friestas	205	159	77,56%	31	15,20%	15	7,32 %

Gandra e Taião	543	440	80,99%	66	12,14%	37	6,81 %
Ganfei	465	397	85,38%	33	7,10%	35	7,53 %
Gondomil e Sanfins	164	152	92,68%	2	1,22%	10	6,15 %
São Pedro da Torre	485	389	80,21%	69	14,23%	27	5,57 %
São Julião e Silva	251	215	85,66%	12	4,78 %	24	9,56 %
Valença, Cristelo Covo e Arão	2138	1331	62,27%	696	32,53 %	111	5,19 %
Verdoejo	230	218	94,75%	2	0,87 %	10	4,35 %

Fonte: INE, Censos 2021 (última atualização em 30 de Março de 2023)

Em termos de Património Municipal, Valença dispõe de 18 edifícios de sua propriedade, com um total de 83 fogos que permitem alojar cerca de 230 pessoas.

Trata-se de 4 Bairros edificadas entre 1997 e 2000, 5 unidades unifamiliares edificadas entre 1959 e 1962 e 1 edifício construído por volta de 1974. Este conjunto de fogos tem as seguintes tipologias:

Tabela 19 – Edifícios e fogos de habitação social Município de Valença

Tipologias	Bairros municipais			
	Passos	Bogim	S. Pedro da Torre	Friestas
T2	4	3	5	8
T3	4	17	9	9
T4	4	5	2	2
TOTAL	16	25	16	19

Fontes: Carta Municipal da Habitação do Município de Valença – Julho de 2024

Para além desta situação relativa às pré-existências à data atual, o Município tem na sua agenda da habitação promover a criação de mais oferta própria e isso consta também da identificação de alguns outros projetos na ELH.

Neste âmbito, o Município amplia a sua oferta para dobro com mais 84 fogos.

Em complemento, algumas Juntas de Freguesia vão passar também a deter fogos, ora reabilitados 2 T2, ora construídos de novo, respetivamente 2 T1 e 2 T2.

Tabela 20 – Distribuição das frações de Habitação Social Municipal.(Julho de 2024) (N.º)

Tipologias	Novas Ofertas Municipais		
	Rua Direita	Reconversão e Reabilitação	Aquisição de Terreno e Construção
T1	0	5	4
T2	4	5	32
T3	0	8	24
T4	0	0	2
TOTAL	4	18	62

Fonte: CM Valença – Carta Municipal de Habitação do Município de Valença Julho 2024

Relativamente ao escalão etário dos indivíduos residentes em habitação municipal, verifica-se que são, maioritariamente, pessoas entre os 35 e os 64 anos (47,1%: 90) e entre os 19 e os 34 anos de idade (22%: 42).

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do valor das rendas no território nacional e Valença não é exceção. O valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho, no ano de 2023, foi de 4,30€.

Tabela 21 – Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (período de referência dos dados 2023) (€)

Território	Valor mediano das rendas por m ²
Portugal	7,21
Região Norte	6,25
Região do Alto Minho	5,32
Arcos de Valdevez	3,98
Caminha	4,74
Melgaço	3,67
Monção	4,55
Paredes de Coura	3,24
Ponte da Barca	3,33
Ponte de Lima	4,93
Valença	4,3
Viana do Castelo	6,31
Vila Nova de Cerveira	3,63

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local - Última atualização destes dados: 28 de março de 2024.

Quando comparado com os dez concelhos que constituem a Região do Alto Minho, Valença é o quinto concelho com valor mediano das rendas por m² mais elevado, valor este inferior ao registado para a Região do Alto Minho e para o território nacional.

Em Síntese:

- ▶ Valença é o quarto concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o quinto com menor número de alojamentos familiares clássicos, dos quais 63,75% são para uso exclusivamente residencial. .
- ▶ A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e a freguesia de Cerdal são as que reúnem a maior percentagem de edifícios 27,15% e 14,7%, respetivamente;
- ▶ Entre 2011 e 2021 registou-se uma diminuição da proporção de edifícios muito degradados no concelho. O índice de envelhecimento de edifícios no ano 2024 foi de 393,4.
- ▶ Em dezembro de 2021, a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão registou a maior densidade de alojamentos por Km² do concelho (344,6 alojamentos/ Km², em média), seguida da freguesia de São Pedro da Torre (91,5 alojamentos/ Km²) e Verdoejo (78,3 alojamento / Km²).
- ▶ À data dos Censos de dezembro 2021 existiam no concelho 8.500 alojamentos familiares, 63,75% dos quais eram residências habituais; 21,95% de uso sazonal ou secundário e 14,29% alojamento vagos.
- ▶ Em dezembro de 2021, existiam no concelho 21 alojamentos familiares não clássicos.
- ▶ Em Março 2021, o número de alojamentos com proprietário ou coproprietário ocupante era superior em todas as freguesias / Uniões de freguesias com maior destaque na freguesia de Valença, Cristelo Covo e Arão.
- ▶ No 1º semestre de 2023, o valor mediano das rendas, por m², de novos contratos de arrendamento, foi de 4,3 €/m², sendo Valença o quinto concelho da Região do Alto Minho com valor mais elevado, no entanto encontra-se abaixo do registado para a Região do Alto Minho (5,32€ m²) e para o território nacional (7,21€ m²).

- ▶ No ano de 2015, com dados atualizados em dezembro de 2016, Valença foi o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e o sexto com maior número de fogos de habitação social;
- ▶ À data de Julho de 2024, existiam no município de Valença 18 edifícios de sua propriedade, com um total de 83 fogos que permitem alojar cerca de 230 pessoas.

8.1.4 Saúde

Caracterização dos recursos em Saúde

O concelho de Valença, apresenta o segundo rácio mais baixo de médicos por 1.000 habitantes da Região do Alto Minho (2), o qual é inferior ao valor registado a nível nacional (5,8) e na Região Norte (5,9). No concelho existem, em média, 3 farmácias por cada 1.000 habitantes, sendo simultaneamente com o concelho de Viana do Castelo o que apresenta o rácio maior da Região do Alto Minho (n= 25).

Tabela 22 – Indicadores de saúde nos municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º)

Território	Médicas/os por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	5,8	3118
Região Norte	5,9	928
Região do Alto Minho	4,3	69
Arcos de Valdevez	2,4	6
Caminha	5,5	5
Melgaço	2,8	3
Monção	3,5	6
Paredes de Coura	1,7	3
Ponte da Barca	2,6	3
Ponte de Lima	3,1	10
Valença	2	3
Viana do Castelo	6,4	25
Vila Nova de Cerveira	3,1	3

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte – última atualização Maio de 2024

O Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho (ACeS), do Nordeste e de Matosinhos encontram-se sob a gestão de Unidades Locais de Saúde (ULS) que respondem à Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte).

O ACeS do Alto Minho integra 12 Centros de Saúde, entre os quais o Centro de Saúde de Valença. No âmbito dos cuidados de saúde hospitalares a ULS do Alto Minho integra os hospitais de Santa Luzia (Viana do Castelo) e do Conde de Bertiandos (Ponte de Lima).

O Centro de Saúde de Valença é composto por uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP), uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Serviços e Apoio Geral (USAG) e Serviço de Atendimento Complementar (SAC).

Tabela 23 A – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde Primários - Concelho de Valença (2024)

	Denominação das Unidades de Cuidados de Saúde Primários
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
USAG	Unidade Serviços e Apoio Geral
SAC	Serviço de Atendimento Complementar

Fontes: SNS – BI-CSP (consultado em Julho, 2024)

Existe uma Unidade de Convalescença, que pertence à Unidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados, com capacidade de 14 camas.

O Centro de Saúde de Valença conta com duas unidades de saúde: UCC e UCSP.

A UCSP conta com 10 médicos/as, 10 enfermeiros/as. De ressaltar que dois destes médicos colaboram com a UCC, tendo uma carga horária de 4h semanais.

Conta, ainda, com 1 Assistente Social, partilhada com a UCC e a Unidade de Convalescença, 1 nutricionista (que partilha funções com a UCC).

A UCC por um vasto grupo profissional, 7 Enfermeiros/as, 1 nutricionista (que partilha funções com a UCSP), 1 Técnica de Serviço Social (que partilha funções com a UCSP e Unidade de Convalescença, 1 Psicóloga (em protocolo com o Município, 2h semanais), 1 Assistente Técnica e 1 Fisioterapeuta.⁹

A UCC tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde e concorrendo assim, de um modo direto, para o cumprimento da missão do ACES em que se integra. (Cf. nº1, artigo 3º do despacho nº 10143/2009, de 16 de abril).

Assim, a UCC de Valença tem como missão prestar cuidados de saúde, apoio psicológico e

⁹ SNS – BI-CSP (consultado em julho 2024) e Centro de Saúde Local

social de excelência de âmbito domiciliário e comunitário da população residente.

Na UCC Valença exercem atividade, outros profissionais, nomeadamente assistentes operacionais, que são partilhados com a UCSP do Centro de Saúde. Dinamizam, ainda os seguintes projetos:

Parentalidade
Saúde Escolar
Núcleo de Inserção Social (NLI)
Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR)
Equipa de Prevenção de Violência Adultos (EPVA)
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)
Saúde do Idoso
Equipa de Intervenção Precoce
Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas
Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Valença
Cuidadores Informais

O SAC, Serviço de Atendimento Complementar, está integrado na Unidade de Cuidados de saúde primários, com funcionamento ao fim de semana e aos feriados, entre as 08h00 e as 20h00, com vista à resposta da doença aguda.

O Centro de saúde, conta com consultas descentralizadas da ULSAM, ao nível das seguintes áreas: psiquiatria, psicologia, pediatria, oftalmologia, hematologia e endocrinologia.

O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, à data de julho de 2024, totaliza 14.562 utentes.

Tabela 24 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença, por Unidades Funcionais (julho 2024) (N.º)

	Total	C/ médico de família	S/ médico de família
UCSP Valença	14562	14562	0

Fonte: SNS – BI-CSP (consultado em julho, 2024)

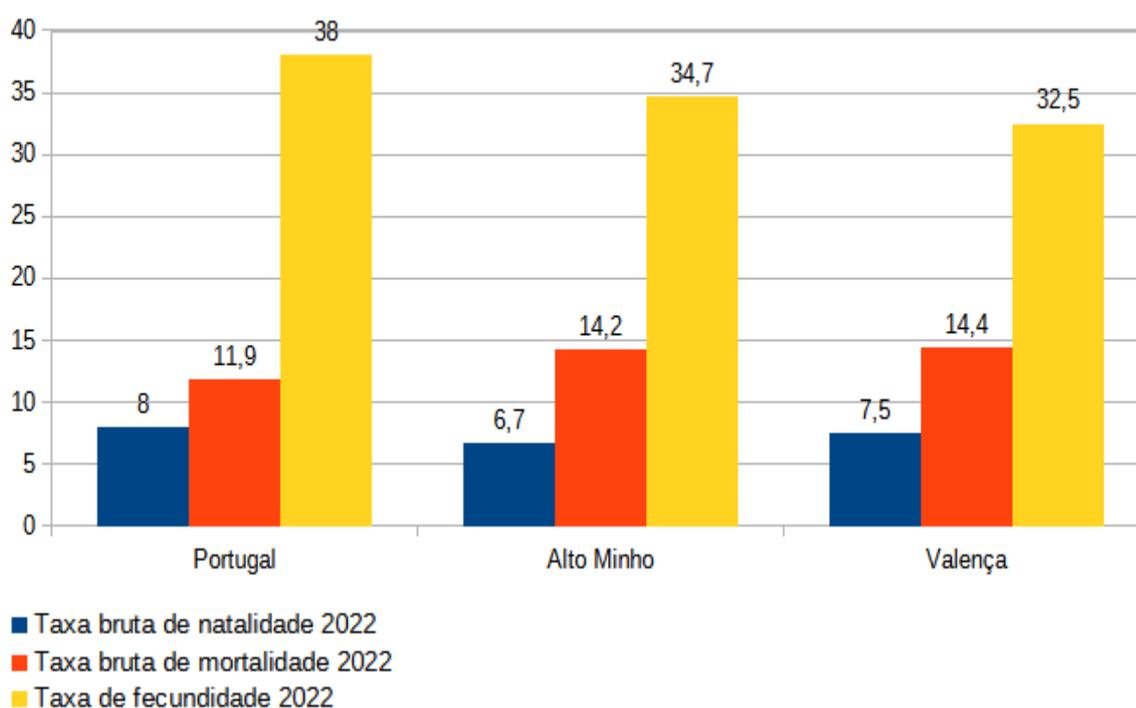
Uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos permite observar que todos os utentes inscritos têm médico de família. Pode-se referir que apesar de não existirem utentes sem

médico de família, existem utentes chamados de “esporádicos”, que permanecem no município por um curto período de tempo ou que simplesmente tiveram necessidade de recorrer ao Centro de Saúde, assim como os emigrantes e os peregrinos.

Indicadores de Saúde

As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade¹⁰ são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. Como se pode verificar, estas taxas apresentam uma relativa aproximação no ano em análise (2022)

Gráfico 9 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (2022) (‰)



É de destacar o facto de, no ano de 2022, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Valença (7,5% e 32,5% respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8‰ e 38‰ respetivamente), sendo que a taxa de natalidade é superior à da Região do Alto Minho (7,5‰ e 6,7‰ respetivamente).

Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se a tendência oposta, na medida em que a taxa no concelho de Valença (14,4‰) é superior à registada a nível nacional (11,9‰) e na Região do Alto Minho (14,2‰).

¹⁰Fontes: INE, Indicadores demográficos -**Taxa de fecundidade geral**: Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

De acordo com os últimos dados disponíveis (2022), no concelho de Valença nascem em média 7 crianças por mil habitantes e registam-se 14 óbitos por cada mil habitantes, aproximadamente.

Entre 2018 e 2023 registou-se um aumento do número de partos a nível nacional e em Valença e um decréscimo na Região do Alto Minho. Entre 2011 e 2016, constata-se que o número de Interrupções Voluntárias da Gravidez (IVG) aumentou no concelho (mais 3 IVG), contrariamente à tendência que se verifica a nível nacional e na maioria dos municípios da Região do Alto Minho.

Tabela 25 – Partos e IVG, por município de residência da mãe (2011 e 2016 Pro¹¹) (N.º)

Território	Partos		IVG	
	2018 Pro	2023	2011	2016Pro
Portugal	82800	85118	20480	15959
Região Norte	27131	25882	4826	3740
Região do Alto Minho	1551	1512	205	167
Arcos de Valdevez	109	115	20	21
Caminha	116	91	24	11
Melgaço	35	29	6	5
Monção	96	102	19	14
Paredes de Coura	64	52	9	4
Ponte da Barca	69	62	10	5
Ponte de Lima	284	287	21	30
Valença	80	97	10	13
Viana do Castelo	624	615	80	60
Vila Nova de Cerveira	74	62	6	4

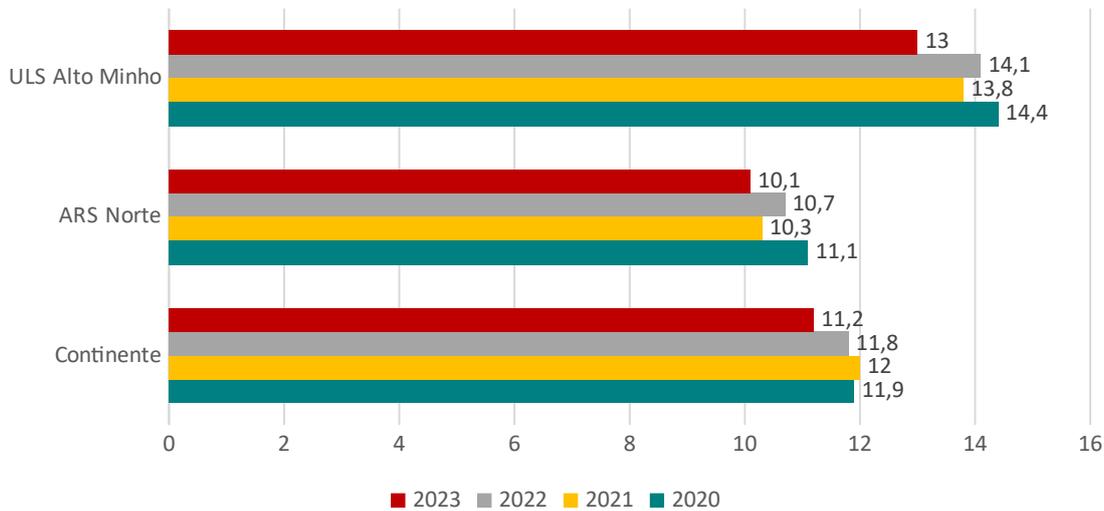
Fonte: INE, Partos e Direção Geral da Saúde 2018- Última atualização destes dados: 09 de maio de 2018

No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se que, apesar de se ter registado uma diminuição entre os anos 2020 e 2023, número tem vindo a aumentar na ULS Alto Minho, relativamente à da ARS Norte e a nível de Portugal Continental¹². No entanto, no ano 2023, o valor da taxa bruta de mortalidade na ULS Alto Minho é superior ao registado na ARS Norte e no território de Portugal Continental.

¹¹ Pro – valor provisório

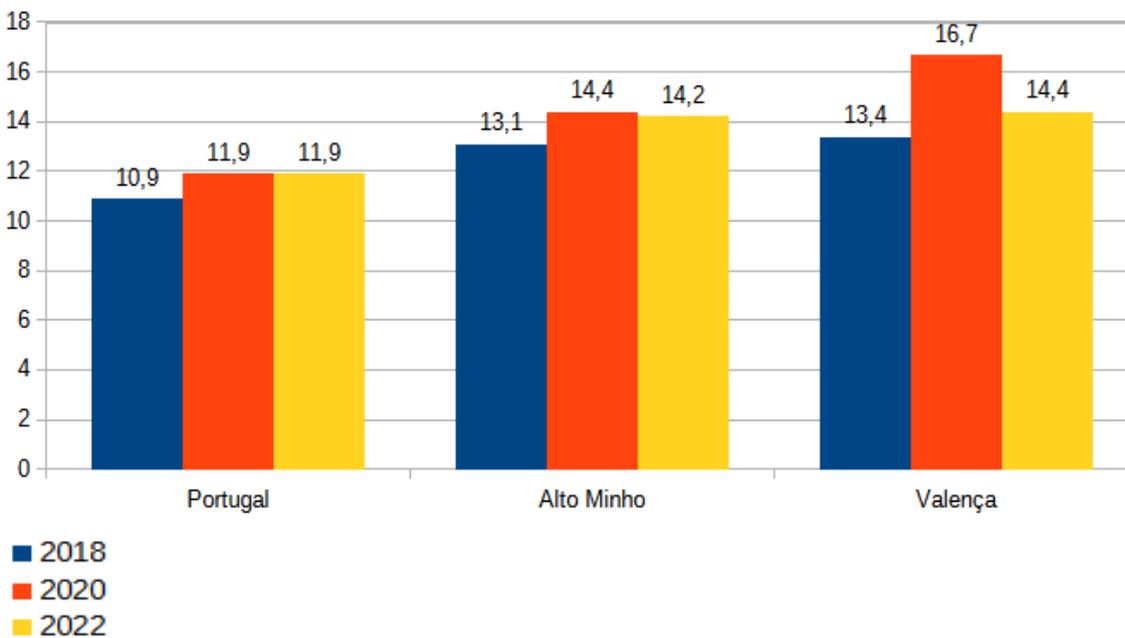
¹² Número de óbitos na ULS Alto Minho: 2023 – (Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho – extensão 2020)

Gráfico 10 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2020, 2021, 2022, 2023) (‰)



Fontes: PORDATA / Perfil Local de Saúde 2020, ULS Alto Minho - (Última atualização: 2024-06-01)

Gráfico 11 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2018, 2020 e 2022) (‰)



A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com

a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019¹³).

Tabela 26 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2017/2021 (‰))

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil ¹⁴		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ¹⁵	
	2014/2018	2017/ 2021	2014/2018	2017/2021
Portugal	3	2,7	2,1	1,9
Região Norte	2,7	2,3	2	1,6
Região do Alto Minho	4,5	3,2	3	2,3
Arcos de Valdevez	1,8	0,0	1,8	0,0
Caminha	3,9	2,0	3,9	2,0
Melgaço	0	6,5	0	0,0
Monção	6,3	2,2	6,3	2,2
Paredes de Coura	7,2	3,7	7,2	3,7
Ponte da Barca	0	3,1	0	0,0
Ponte de Lima	4,3	2,9	1,4	0,7
Valença	6,8	4,5	2,3	2,3
Viana do Castelo	5,1	4,2	3,5	3,9
Vila Nova de Cerveira	3,4	0,0	3,4	0,0

Fonte: INE, (Última atualização destes dados: 02 de setembro de 2023)

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade diminuiu no concelho de Valença (de 6,8‰ no quinquénio 2014/2018 para 4,5‰ entre 2017/2021). Contrariamente, o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade manteve-se entre os quinquénios referidos (de 2,3‰ em 2014/2018, para 2,3‰ em 2017/2021).

Valença tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2017/2021) superior à registada a nível nacional, na Região do Alto Minho é a segunda mais alta (6,8%). Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2017/2021), Valença é o quinto concelho com menor taxa na Região do Alto Minho (ainda assim superior à registada para a nível nacional, e idêntica à registada a nível da Região do Alto Minho).

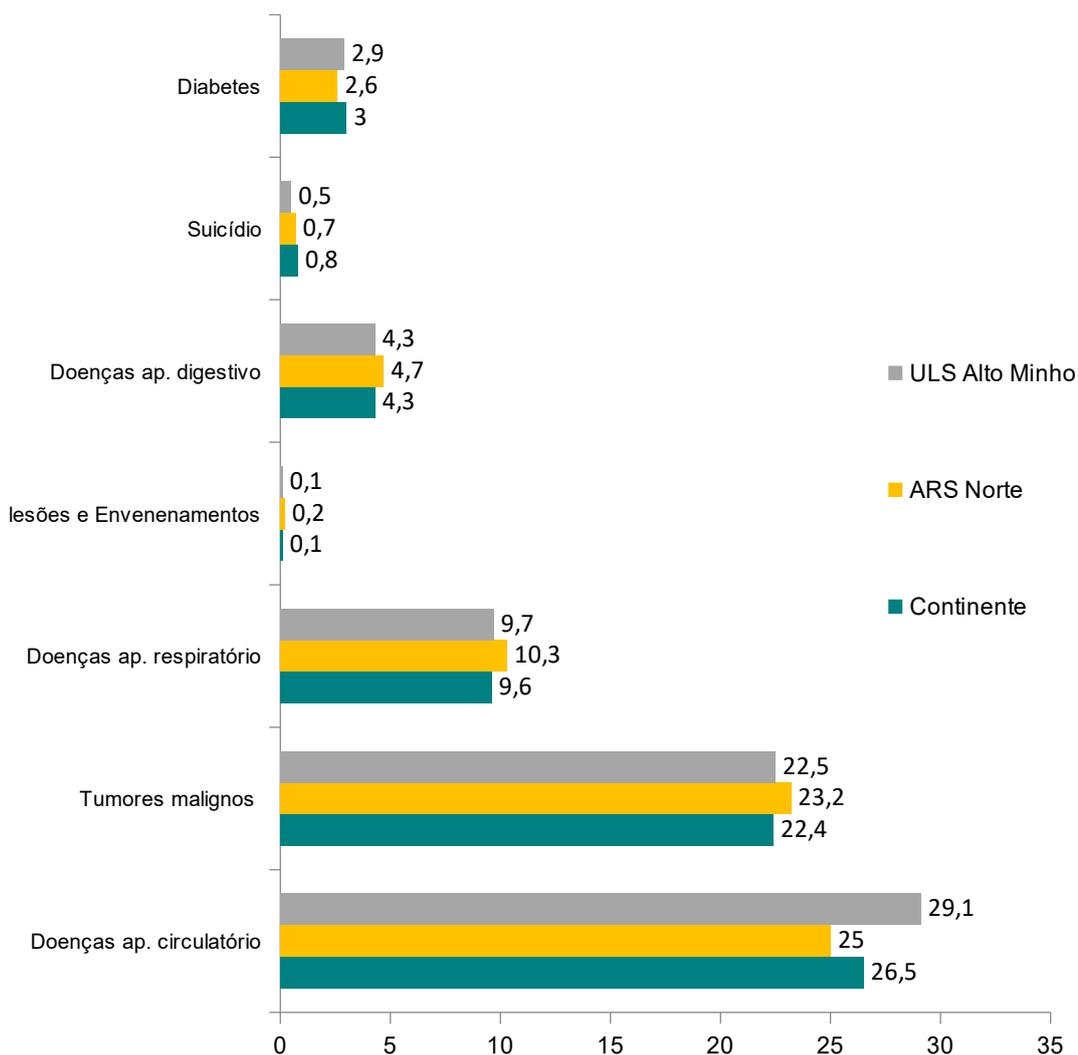
¹³ Comunicado n.º C153_01_v1, DGS, 2019

¹⁴ **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

¹⁵ **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alto Minho, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte.

Gráfico 12 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2020-2021-2022, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)



Fonte: PORDATA - Perfil Local de Saúde 2017, extensão 2020 - ULS Alto Minho¹⁶ - Última atualização: 16-04-2024.

Entre os anos 2018 e 2021, a taxa de mortalidade no concelho de Valença, por doenças do aparelho circulatório aumentou (de 3,7‰ para 3,9‰) e a taxa de mortalidade devido a

¹⁶ Nota: SSA – Sinais, Sintomas e Achados

tumores malignos diminuiu (de 3,1‰ para 2,6‰). Os valores de das taxas de mortalidade por doença do aparelho circulatório é superior à da região norte e a taxa de mortalidade por tumores malignos é inferior à da região do Alto Minho e igual ao do território nacional.

Tabela 27 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2018 e 2021) (‰)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2018	2021	2018	2021
Portugal	3,2	3,1	2,7	2,6
Região Norte	2,8	2,6	2,5	2,4
Região do Alto Minho	4,0	4	3,2	3
Arcos de Valdevez	5,0	5,1	4,1	3,4
Caminha	4,3	5,1	2,6	3,2
Melgaço	6,2	8,1	4,8	3,4
Monção	6,9	6,9	3,5	3,4
Paredes de Coura	3,6	4	3,6	3,9
Ponte da Barca	4,4	5,5	3,3	2,8
Ponte de Lima	3,2	2,8	2,6	2,5
Valença	3,7	3,9	3,1	2,6
Viana do Castelo	3,4	3	3,2	2,9
Vila Nova de Cerveira	4,4	3,6	2,9	3,2

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte (Última atualização destes dados: 02 de junho de 2023)

Os dados referentes ao concelho de Valença revelam uma diminuição relativamente aos dados relativos à ULS Alto Minho para o período de 2012 a 2014, na medida em que a maior percentagem de óbitos que estava relacionada com doenças do aparelho circulatório passou de 32,5% para 29.1% e com tumores malignos passou de 23,6% para 22.5%. (Perfil Local de Saúde 2017, extensão 2020, ULS Alto Minho).

Importa ainda referir que relativamente ao triénio 2018-2021, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, na ULS Alto Minho são as seguintes¹⁷:

- Com idade inferior a 75 anos – são os tumores malignos que se destacam, nomeadamente da laringe, traqueia, brônquios e pulmões e do estômago; doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doenças cerebrovasculares; doenças do

¹⁷ Perfil Local de Saúde 2017, extensão 2020 - ULS Alto Minho

aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado e mortes associadas a causas externas (suicídios, acidentes)

- Com idade igual ou superior a 75 anos – são as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

Para a população feminina com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística, para as doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado (14,4 e 8,7, respetivamente). Para a população masculina, com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística para a causas de morte externas (53,1), doenças do aparelho digestivo (41,7) e tumor maligno do esófago (13,2).

Tabela 28 – Morbilidade - Proporção de inscritos com doenças crónicas, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22	24,5	24,2	24,7	21,9	21,1	22,6
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	22	20,3	23,5	24,1	21,8	26,1
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	11,5	4,9	17,6	9,5	3,9	14,4
Obesidade	8	6,7	9,2	12,6	10,3	14,7	10,6	9,2	11,8
Diabetes	7,8	8,2	7,3	8,2	8,6	7,9	8,9	9,2	8,6

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Plano Local de Saúde do Alto Minho - ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,9%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Os fatores de risco, tabagismo e excesso de peso (presente em 8,8% e 4,2% do total de inscritos na ULS Alto Minho, respetivamente), também poderão contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório.

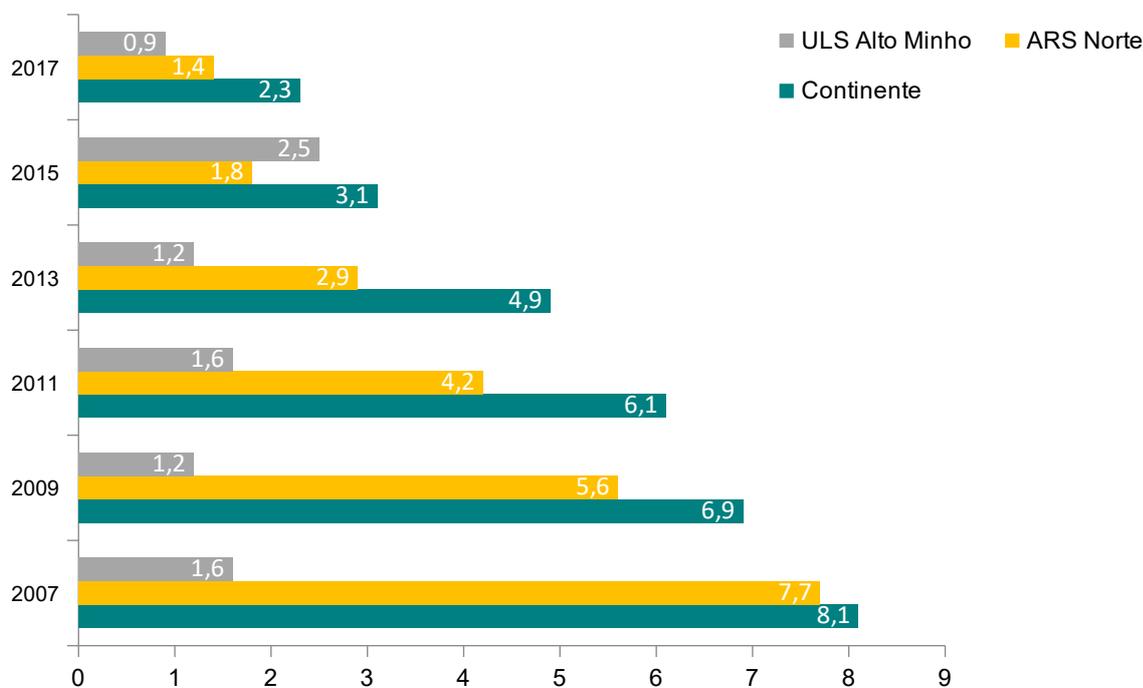
Tabela 29 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Abuso do tabaco	10,4	13,3	7,9	13,2	18,4	8,6	8,8	12,6	5,6
Excesso de peso	6,4	6,6	6,2	7,8	8,1	7,6	4,2	4,4	4,1
Abuso crónico do álcool	1,4	2,7	0,3	1,9	3,6	0,4	1,9	3,2	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,7	0,3	0,5	0,8	0,3	0,3	0,4	0,2

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

Gráfico 13 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017)¹⁸ (%)



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, extensão 2020 - ULS Alto Minho

¹⁸ Casos declarados até 30/06/2017

A taxa de incidência da infeção VIH tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e na ARS Norte, no entanto tem oscilado na ULS Alto Minho. Os valores registados na ULS Alto Minho são, desde 2007, inferiores quando comparados com os valores ao nível do continente e da ARS Norte.

Em relação à **saúde mental**, são poucos os dados estatísticos atualizados, em particular a nível dos municípios nacionais. Ainda assim, considera-se que nesta caracterização sociodemográfica é importante ter em consideração alguns indicadores de Saúde Mental no âmbito das Estatísticas da Saúde de 2017, do INE.

Tabela 30 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2017) (N.º)

Tipo de hospital	Neurologia		Psiquiatria		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Norte	207687	2,64	311839	4,0	53887	0,7

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2017

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2017, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,64% em consultas de Neurologia, 4,0% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Tabela 31 – Indicadores de saúde por municípios na Região do Alto Minho (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2017, 2020 e 2021 (N.º)

Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais			Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente		
	2017	2020	2021	2017	2020	2021
Portugal	4.030	6418	6114	1 048	941	928
Região Norte	1414	2341	2121	265	240	251
Região do Alto Minho	127	219	181	15	13	14
Arcos de Valdevez	17	38	37	2	3	1
Caminha	14	12	9	0	0	0
Melgaço	8	12	6	1	0	0
Monção	6	17	11	2	1	2

Paredes de Coura	3	8	2	1	0	2
Ponte da Barca	7	13	9	1	0	0
Ponte de Lima	28	35	34	0	2	2
Valença	8	10	12	2	--	1
Viana do Castelo	33	63	53	5	2	5
Vila Nova de Cerveira	3	11	8	1	4	1

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte - Última atualização destes dados: 21 de maio de 2024

O número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2011 em Portugal, na Região Norte, na Região do Alto Minho e em 3 dos seus municípios, nos quais se inclui Valença (8 óbitos no ano 2017). Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões autoprovocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar, tendo diminuído entre 2017 e 2021 quer no território nacional quer na Região do Alto Minho, e aumentado na Região Norte e em 4 dos concelhos da Região do Alto Minho (incluindo o concelho de Valença).

Em Síntese:

- ▶ Valença não apresenta défice de médicos por 1.000 habitantes, quando comparado com a média nacional e com a Região do Alto Minho;
- ▶ Em janeiro de 2020, a Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença respondia a um total de 14.562 utentes inscritos acompanhados por 10 médicos de família;
- ▶ Todos os utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Valença têm médico de família;
- ▶ Entre 2018 e 2023 registou-se um aumento no número de partos e um aumento no número de IVG no concelho; contrariando a tendência dos anos anteriores.
- ▶ Relativamente à taxa de mortalidade verifica-se a tendência oposta, na medida em que a taxa no concelho de Valença (14,4‰) é superior à registada a nível nacional (11,9‰) e na Região do Alto Minho (14,2‰);
- ▶ De acordo com os últimos dados disponíveis (2022), no concelho de Valença nascem em média 7 crianças por mil habitantes e registam-se 14 óbitos por cada mil habitantes, aproximadamente;
- ▶ É de destacar o facto de, no ano de 2022, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Valença (7,5% e 32,5% respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8‰ e 38‰ respetivamente), sendo que a taxa de natalidade é superior à da Região do Alto Minho (7,5‰ e 6,7‰ respetivamente);
- ▶ A taxa quinquenal de mortalidade infantil diminuiu entre 2014/2018 e 2017-2021. No entanto a taxa de mortalidade neonatal manteve-se entre os mesmos períodos;
- ▶ No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alto Minho, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte.

- ▶ Em dezembro de 2017, os diagnósticos mais prevalentes entre os utentes da ULS Alto Minho eram alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão, diabetes, perturbações depressivas e obesidade;
- ▶ Tem-se registado um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

8.1.5 Ação Social

No que se refere à dimensão da ação social e mais concretamente ao nível da proteção social, Valença apresenta um valor médio anual das pensões de velhice superior aos valores médios das restantes pensões e subsídios. Comparativamente aos valores médios registados em Portugal e na Região do Alto Minho, o concelho de Valença registou, em 2018, um valor médio anual inferior ao nível das pensões de invalidez, velhice e de sobrevivência, e um valor médio anual superior ao nível dos subsídios de desemprego e de doença.

Tabela 32 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (€)

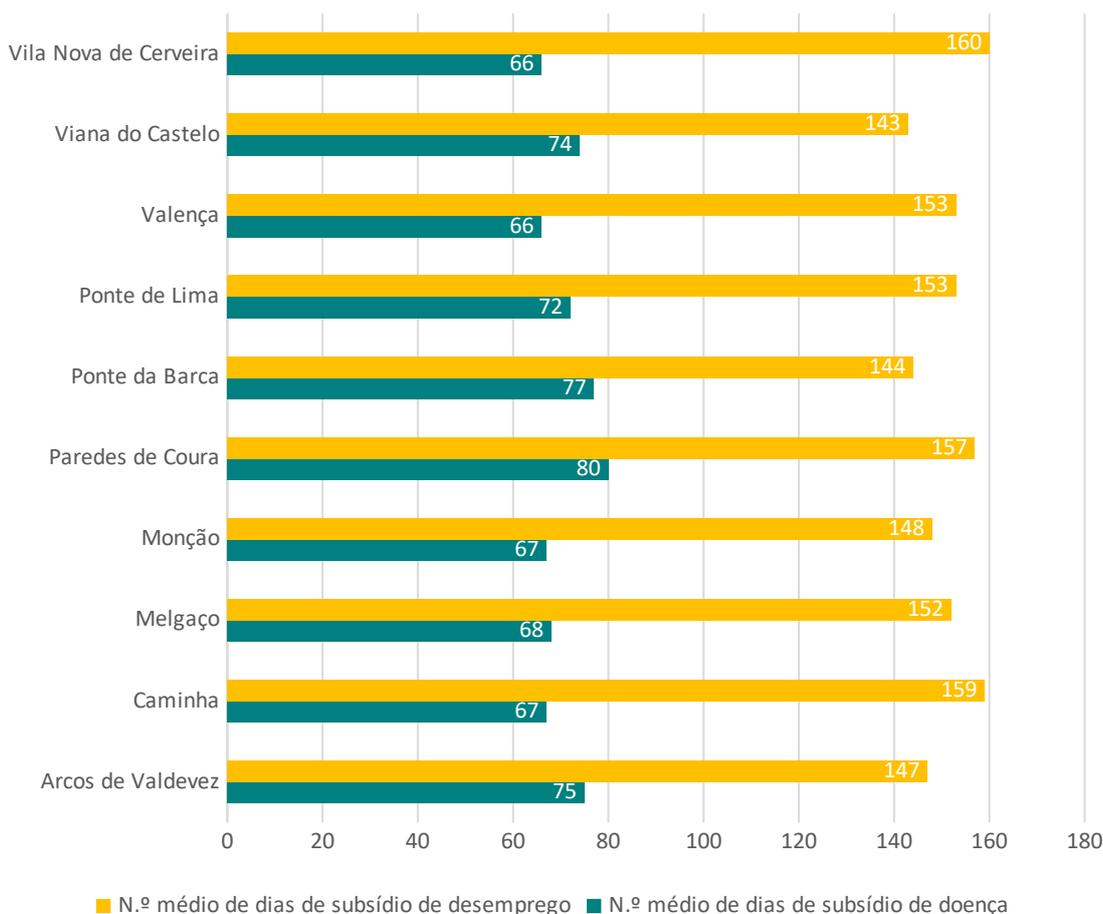
Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	5865	7123	3650	3181	1070
Região Norte	5414	6583	3402	3208	988
Região do Alto Minho	5067	5401	2906	2675	1305
Arcos de Valdevez	4523	4344	2557	2586	1254
Caminha	4910	5840	3038	2825	1314
Melgaço	4068	4220	2462	2750	1060
Monção	4479	4549	2567	2559	1080
Paredes de Coura	4691	4731	2639	2624	1391
Ponte da Barca	4418	4685	2758	2492	1245
Ponte de Lima	5028	5188	2722	2571	1224
Valença	4627	5020	2721	2682	1173
Viana do Castelo	5682	6265	3298	2718	1437
Vila Nova de Cerveira	4671	5163	2873	2808	1175

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 – última atualização Outubro 2023

Relativamente à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no concelho de Valença, é ligeiramente inferior à média nacional, 153, quando a nível nacional é de 172 e igual à média da Região do Alto Minho, a qual é de 153. Já no que se refere à duração do

subsídio por doença o concelho de Valença apresenta um número médio de dias superior à média nacional (66 quando a nível nacional é de 53) e da própria Região do Alto Minho (que se situa nos 62 dias).

Gráfico 14 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2022) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte - Última atualização destes dados: 18 de agosto de 2023

O número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez. Comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho, Valença surge como o quinto concelho com o menor número de pensionistas a nível total, como o terceiro concelho com menor número de pensionistas por invalidez, quarto concelho com o menor número de pensionistas por velhice e como o quinto concelho com menor número de pensionistas de sobrevivência.

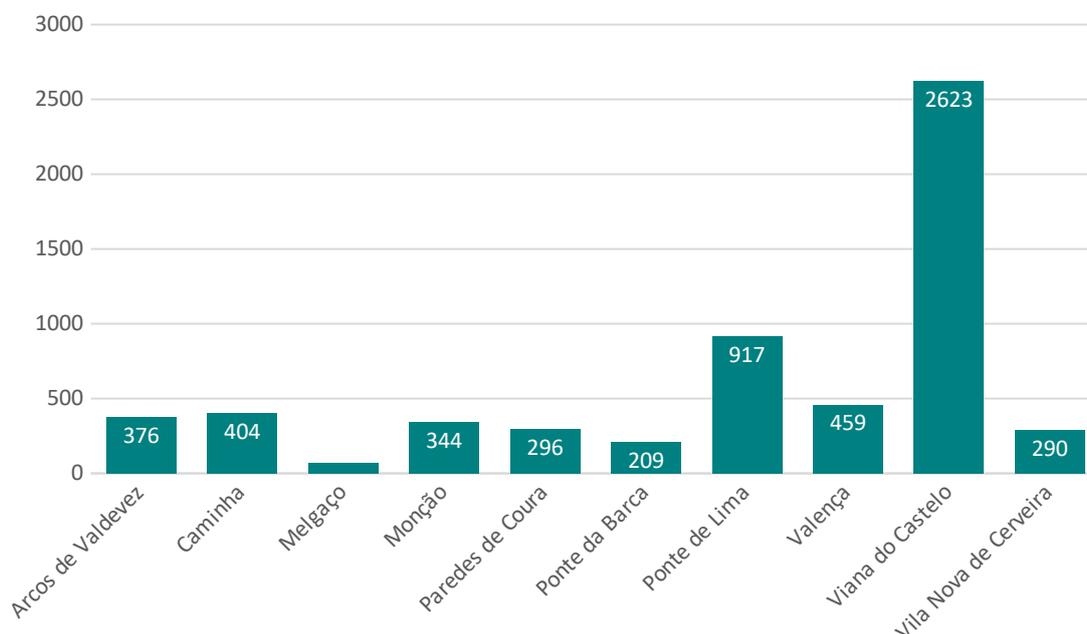
Tabela 33 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (2022) (N.º)

Território	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.	Total	Pens. em 31 dez.
Região do Alto Minho	74294	70655	4862	4667	51175	48896	18257	17092
Arcos de Valdevez	7558	7153	455	439	5137	4880	1966	1834
Caminha	5416	5184	291	284	3811	3663	1314	1237
Melgaço	2390	2242	122	113	1750	1652	518	477
Monção	6045	5721	287	272	4213	4004	1545	1445
Paredes de Coura	2868	2707	226	218	1947	1844	695	644
Ponte da Barca	3854	3678	303	298	2567	2457	984	923
Ponte de Lima	12735	12064	1082	1036	8494	8084	3159	2944
Valença	4172	3933	219	208	2822	2683	1131	1042
Viana do Castelo	26331	25186	1729	1662	18441	17721	6161	5803
Vila Nova de Cerveira	2925	2788	148	137	1993	1908	784	743

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Ao nível do subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2022, o concelho de Valença apresenta-se como o quarto município com maior número de beneficiários. Face à população residente em idade ativa no concelho (entre os 15 e os 64 anos), o número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, representava em 2022, 4,6% deste grupo populacional.

Gráfico 15 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2022) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022

Tabela 34 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2018 - 2022) (%)

Território	% de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa 2018	% de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa 2022
Portugal	5,4	4,6
Região Norte	6,2	5
Região do Alto Minho	3,5	3,1
Arcos de Valdevez	4,1	3,2
Caminha	3,8	3,1
Melgaço	2,9	2,8
Monção	3,1	3
Paredes de Coura	3,1	4,2
Ponte da Barca	3,6	3
Ponte de Lima	2,9	2,2
Valença	4,6	4,6
Viana do Castelo	3,7	3,2
Vila Nova de Cerveira	3,6	3,9

Fonte: PORDATA - Última atualização: 09-02-2024

Analisando os dados por sexo, verifica-se que, com exceção do concelho de Viana do Castelo, todos os restantes concelhos da Região do Alto Minho têm um maior número de beneficiárias mulheres do subsídio de desemprego.

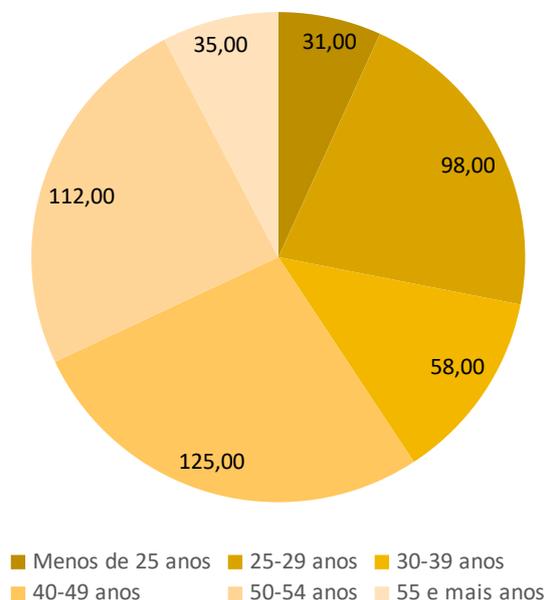
Tabela 35 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2023) (N.º)

Território	Sexo		
	Total	H	M
Região do Alto Minho	5990	2704	3286
Arcos de Valdevez	376	138	238
Caminha	404	182	222
Melgaço	72	25	47
Monção	344	126	218
Paredes de Coura	296	127	169
Ponte da Barca	209	85	124
Ponte de Lima	917	350	567
Valença	459	186	273
Viana do Castelo	2623	1348	1275
Vila Nova de Cerveira	290	137	153

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2023

Relativamente ao grupo etário, constata-se que, no município de Valença as faixas etárias com uma maior percentagem de beneficiárias/os são as pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos.

Gráfico 16 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Valença, segundo a idade (2023) (%)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2023 - Última atualização destes dados: 25 de agosto de 2023

Valença apresenta-se como o sexto município com mais beneficiárias/os por subsídio de doença, sendo também o sexto concelho em que são processados mais dias relativos a esse subsídio.

Tabela 36 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2022)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	20028	8313	11715	26130	11092	15038	1442879	571528	871351
Arcos de Valdevez	1468	601	867	1840	720	1121	110490	41686	68804
Caminha	1327	554	773	1743	784	960	88809	36880	51929
Melgaço	408	167	241	432	204	228	27635	12067	15568
Monção	1129	453	676	1219	518	701	75122	29588	45534
Paredes de Coura	848	253	795	1180	436	744	67612	25315	42297

Ponte da Barca	955	394	561	1189	450	739	73481	27443	46038
Ponte de Lima	3923	1673	2250	4803	2114	2690	282476	118546	163930
Valença	1292	525	767	1516	515	1000	85532	29181	56351
Viana do Castelo	7669	3161	4508	11021	4882	6139	565479	226804	338675
Vila Nova de Cerveira	1009	432	577	1186	468	718	66243	24018	42225

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 – última atualização 18-08-2023

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3ª pessoa e o subsídio de funeral.

Tabela 37 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2022)

Território	Abono de família para crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3ª pessoa		
	B	D	Valor processado Milhares de euros	B	D	Valor processado Milhares de euros
	N.º			N.º		
Região do Alto Minho	17558	26106	15102	209	213	275
Arcos de Valdevez	1435	2115	1232	12	12	15
Caminha	1214	1774	1056	8	8	125
Melgaço	388	561	335	5	5	7
Monção	1239	1781	1011	18	20	26
Paredes de Coura	703	1042	568	7	8	10
Ponte da Barca	894	1317	758	12	12	16
Ponte de Lima	3526	5352	2953	39	39	48
Valença	1163	1686	1062	7	7	9
Viana do Castelo	6260	9397	5502	93	94	121
Vila Nova de Cerveira	736	1081	626	8	8	11

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 - última atualização 18-08-2023

Tabela 38 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2022) (N.º e €) (Cont.)

Território	Subsídio de funeral	
	B	Valor processado
	N.º	Milhares de euros
Região do Alto Minho	301	66
Arcos de Valdevez	55	12
Caminha	10	2
Melgaço	24	5
Monção	30	7
Paredes de Coura	11	2
Ponte da Barca	14	3
Ponte de Lima	36	8
Valença	6	1
Viana do Castelo	108	24
Vila Nova de Cerveira	7	2

B- Beneficiários/as

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 - última atualização 18-08-2023

Destas três prestações familiares, a que se destaca a nível nacional, na Região do Alto Minho e no concelho de Valença, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2022, em Valença beneficiaram desta prestação familiar 1.062 indivíduos, ficando assim este concelho em quinto quando comparado com os restantes concelhos da Região do Alto Minho.

Em 2022, foram assim atribuídos 1062 milhares de euros em prestações familiares no concelho de Valença, 99,6% dos quais em abonos de família para crianças e jovens.

Relativamente ao subsídio parental inicial, em 2022 foram atribuídos aproximadamente 377 milhares de euros, a 210 beneficiários. Permanecem as diferenças relativas ao sexo ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias processados e, por conseguinte, nos valores disponibilizados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio.

Tabela 39 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2022) (N.º e €)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	3271	1533	1738	6952	1828	5123	24280 ₉	52146	19066 ₃
Arcos de Valdevez	231	109	122	460	104	356	17220	3849	13371
Caminha	222	104	118	467	103	364	15381	3264	12117
Melgaço	49	20	29	109	19	91	3931	752	3179
Monção	236	106	130	545	124	422	18694	3735	14959
Paredes de Coura	98	50	48	188	53	135	6788	1545	5243
Ponte da Barca	156	73	83	276	69	207	11702	2401	9301
Ponte de Lima	615	290	325	1297	388	909	45922	10289	35633
Valença	210	97	113	377	95	282	15205	2922	12283
Viana do Castelo	1315	623	692	2931	800	2131	97292	21108	76184
Vila Nova de Cerveira	139	61	78	301	74	227	10674	2281	8393

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 - última atualização 18-08-2023

Relativamente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), existem, em processamento, no ano 2024, no concelho de Valença 201 beneficiários/as, a maioria dos quais mulheres. Podemos aferir, tendo em conta os dados dos anos anteriores que o número de beneficiários do CSI tem vindo a diminuir.

Tabela 40 – Beneficiários de CSI no concelho de Valença, por sexo, (2023, 2024) (N.º)

Beneficiários	Nº de Beneficiários (com processamento)	
	2023	2024
Mulheres	174	143
Homens	60	58
Total	234	201

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2022, eram 275 os beneficiários do concelho de Valença, sendo desta forma o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários desta prestação social.

Tabela 41 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2022) (N.º)

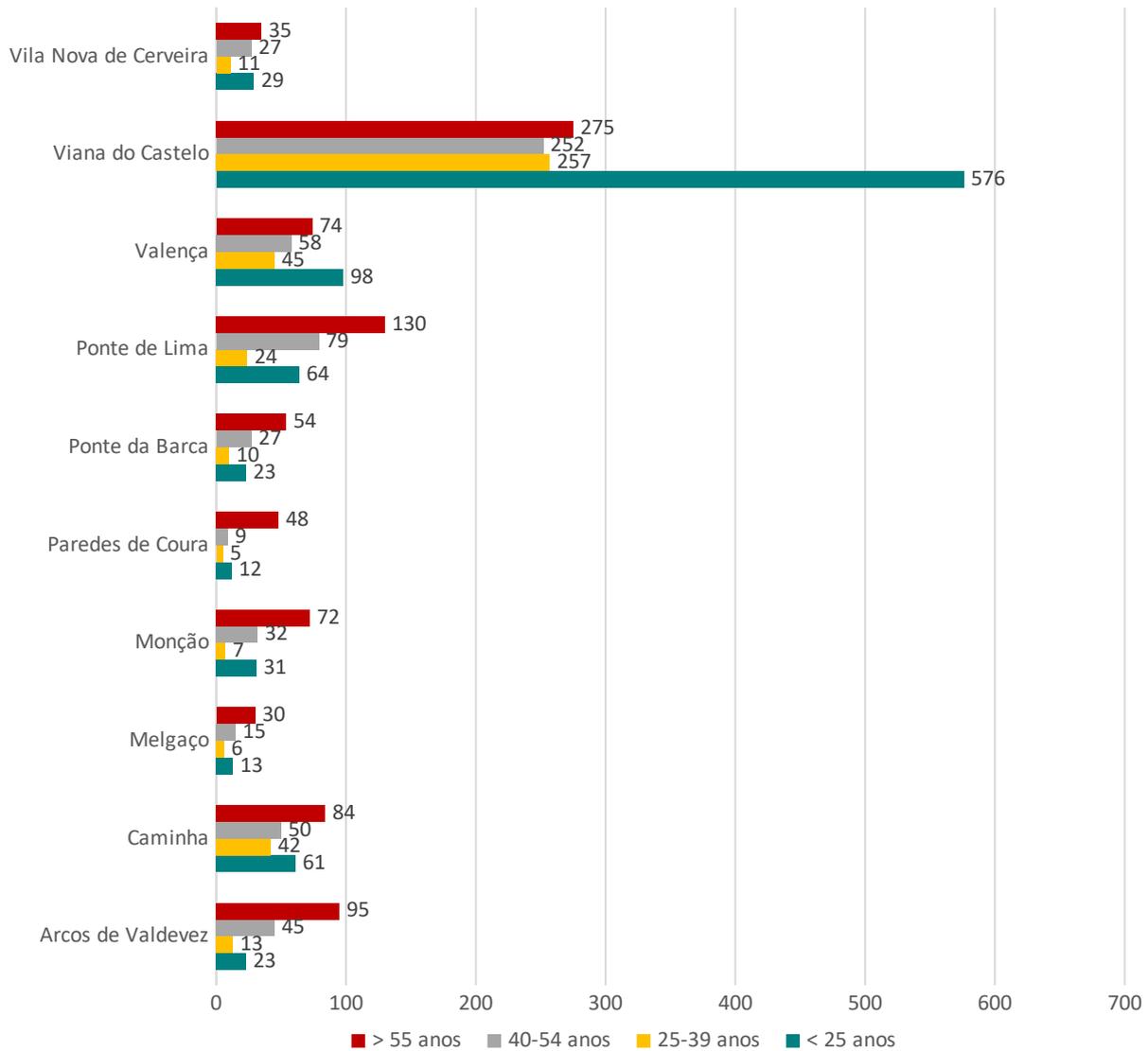
Território	Total 2018	Sexo		Total 2022	Sexo	
		H	M		H	M
Região do Alto Minho	2922	1497	1425	2841	1432	1409
Arcos de Valdevez	222	121	101	176	98	78
Caminha	181	101	80	237	113	124
Melgaço	68	37	31	64	32	32
Monção	178	93	85	142	76	66
Paredes de Coura	58	33	25	74	45	29
Ponte da Barca	134	72	62	114	55	59
Ponte de Lima	395	185	210	297	138	159
Valença	280	145	135	275	143	132
Viana do Castelo	1318	664	654	1360	680	680
Vila Nova de Cerveira	88	46	42	102	52	50

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 - Última atualização destes dados: 29 de agosto de 2023

No ano 2024 e de acordo com o Sistema de Estatísticas da Segurança Social é na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e nas freguesias de Cerdal e Friestas, que se concentra o maior número de beneficiários de RSI

Quando analisados os dados relativos ao sexo dos seus beneficiários, verifica-se que não existe diferença significativa entre homens e mulheres no concelho de Valença, sendo a faixa etária com menos de 25 anos a maior beneficiária desta prestação social.

Gráfico 17 – Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo faixa etária (2022) (N.º)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2022 - Última atualização destes dados: 29 de agosto de 2023

Em Síntese:

- ▶ Em 2022, o valor médio anual das pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência foi inferior ao registado a nível nacional e na Região do Alto Minho (contrariamente, o valor médio anual do subsídio de doença foi inferior);
- ▶ Nesse mesmo ano, Valença foi o quinto concelho da Região do Alto Minho com menor número de pensionistas (total) e o terceiro com menor número de pensionistas por velhice;
- ▶ Valença foi o quarto município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de desemprego, com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos; que corresponde quase a 50%;
- ▶ O concelho de Valença é o sexto da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de subsídio de doença;
- ▶ Valença é o quinto concelho da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários de abono de família para crianças e jovens;
- ▶ Relativamente à prestação social RSI, em 2024, Valença foi o terceiro município da Região do Alto Minho com maior número de beneficiários (275), 35,6% dos quais com idade inferior a 25 anos.
- ▶ O número de beneficiários de CSI, tendo em conta o volume de procesamento dos últimos anos, tem vindo a diminuir. Foi perceptível, no âmbito dos grupos de trabalho realizados, e do atendimento no serviço de Ação Social, que a maioria das pessoas desconhece este tipo de apoio.

8.1.6 Educação

A educação é um domínio muitas vezes considerado central quer ao nível político, quer ao nível da qualidade de vida das populações, daí que os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, sejam indicadores importantes a considerar.

No domínio da educação importa realçar a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

Atualmente, existem no concelho de Valença 10 estabelecimentos escolares, sendo a sua maioria do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-escolar. Este fator é justificado pela relação de proximidade que se pretende nestes graus de ensino, verificando-se no concelho de Valença que, com exceção das Uniões de freguesias de Gondomil e Sanfins, de S. Julião e Silva e das freguesias de Boivão e Verdoejo, todas as freguesias têm a resposta de ensino pré-escolar da rede pública.

Tabela 42 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por oferta educativa (2023/2024)

Estabelecimentos da Rede Pública de Ensino	N.º
Educação Pré-escolar	2
1º Ciclo do Ensino Básico + Educação Pré-escolar	6
1º Ciclo do Ensino Básico	1
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico + Secundária	1

Fonte: CM de Valença – Estabelecimentos de Ensino

Os estabelecimentos de ensino estão organizados num Agrupamento de Escolas, conforme tabela seguinte.

Tabela 43 – Estabelecimentos da rede escolar pública do município de Valença por grau de ensino e n.º de alunos inscritos (2023/2024)

Agrupamento de Escolas	Designação atual (Portaria N.º 30/2014 de 05 de Fevereiro)	Localidade	Grau de Ensino	Alunos inscritos (2023/2024)	
Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho	Jardim de Infância de Bogim	Cerdal	JI	40	40 (JI)
	Jardim de Infância de Bárrio	Fontoura	JI	18	18 (JI)
	EB1 de Valença	Valença	EB1 + JI	324	113 (JI) 211 (1º CEB)
	EB1 de Friestas	Friestas	EB1 + JI	73	36 (JI) 37 (1º CEB)
	EB1 de Pedreira	Ganfei	EB1 + JI	60	25 (JI) 35 (1º CEB)
	EB1 de Real	Gandra	EB1 + JI	51	20 (JI) 31 (1º CEB)
	EB1 de Vilar de Lamas	Arão	EB1 + JI	129	45 (JI) 84 (1º CEB)
	EB1 de S. Pedro da Torre	São Pedro da Torre	EB1 + JI	91	38 (JI) 53 (1º CEB)
	EB de Passos	Cerdal	EB1	64	64 (1º CEB)
	EB 2,3 / Secundário	Valença	EB 2,3 + Sec	808	256 (2º CEB) 362 (3º CEB) 190 (Ens. Sec)

Fonte: *Site* da CM de Valença – Estabelecimentos de Ensino / Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho

No ano letivo 2023/2024, a Escola Básica 2,3 e Secundária de Valença e a Escola Básica 1 de Valença, são as que apresentavam maior número de alunos inscritos, com 808 e 211 alunos, respetivamente, totalizando no Agrupamento um número de 1658 alunos.

Continua-se a verificar que a maioria dos alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública, se encontra a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico (N= 457) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (N=362).

Tabela 44 – Total de alunos inscritos na rede escolar pública do município de Valença – Ano letivo 2017/2018 e 2023/2024 (N.º)

Total de alunos inscritos na Rede Escolar Pública – Ano Letivo		
	2018/2019	2023/2024
Pré-escolar	258	335
1º Ciclo	457	515
2º Ciclo	256	256
3º Ciclo	362	362
Ensino Secundário (regular)	171	119
Ensino Secundário (profissional)	19	45
Total	1523	1703

Fonte: Câmara Municipal de Valença – Serviço de Educação

No concelho de Valença existia apenas 1 equipamento da rede privada de educação pré-escolar, que encerrou.

Tabela 45 – Equipamentos e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública - Ano letivo 2023/2024 (N.º)

	Total Rede pública	
	Equipamentos	Alunos 2023/2024
Educação Pré-escolar	8	335
Ensino Básico 1ºCiclo	7	515

Fonte: Câmara Municipal de Valença – Serviço de Educação

No que se refere ao Abandono Escolar, Valença apresentava em 2015 uma taxa de 2,63%, sendo esta superior à registada a nível nacional (1,70%) e ao nível da Região do Alto Minho (1,55%). Territorialmente, foi nas freguesias de Arão, Fontoura e São Pedro da Torre, que se verificou uma taxa mais elevada de abandono escolar, no ano de 2015. Atualmente, não nos foram facultados dados a este nível.

Tabela 46 – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Valença, por freguesia (2011) (%)

Território	Taxa de Abandono Escolar ¹⁹
Portugal	1,70
Região Norte	1,53
Região do Alto Minho	1,55
Valença (concelho)	2,63
Arão	10,64
Boivão	0
Cerdal	1,75
Cristelo Covo	0
Fontoura	5,17
Friestas	0
Gandra	2,47
Ganfei	1,37
Gondomil	0
Sanfins	0
São Julião	5
São Pedro da Torre	4,23
Silva	0
Taião	0
Valença	2,31
Verdoejo	0

Fonte: INE, Censos 2011- Última atualização destes dados: 24 de julho de 2015

O concelho de Valença, ao nível da educação regista, em 2021-2022, uma taxa bruta pré-escolarização e de escolarização elevada no ensino básico, quase 100%, pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos de idade) e escolar do ensino básico (1º ao 9º ano) está a frequentar a escola. A taxa de quase 100% poderá ser reflexo da taxa de retenção nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (3,9% e 3,7%, respetivamente).

¹⁹ **Taxa de abandono escolar:** Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (INE).

Tabela 47 – Indicadores de Educação (2021-2022) (%)

Território	Taxa bruta de pré-escol. ²⁰	Taxa bruta de escolarização ²¹		Taxa de retenção e desistência no ensino básico ²²				Taxa de transição/conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	98,3	110,4	126,9	3,1	1,8	3,1	4,5	91,4
Região Norte	98,6	108,2	126,4	1,7	0,9	1,6	2,7	94,4
Região do Alto Minho	104,6	107,9	138	1	0,7	0,9	1,5	95,3
Arcos de Valdevez	109,7	106,4	126,2	0,3	0,2	-	0,6	94
Caminha	112,3	102,4	113,8	1,2	1,2	0,4	1,6	94,1
Melgaço	111,7	109	134,1	1,1	1,2	-	1,8	97,1
Monção	114,8	113,7	143,1	0,7	1	1	0,2	95,1
Paredes de Coura	96,1	98,2	111,1	1,8	1,7	1,5	2,2	96,7
Ponte da Barca	92,9	111,2	158,7	0,4	0,3	-	0,7	95,1
Ponte de Lima	104,1	104,1	125,6	--	-	-	0,1	96,5
Valença	99,4	98,1	83,6	3,2	2,6	3,9	3,7	89
Viana do Castelo	102,6	115,5	164,3	1,3	0,7	1,2	2	95,5
Vila Nova de Cerveira	115,5	112,3	78,6	1,4	-	1,3	2,8	96,9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2021-2022 – última atualização 30-05-2024

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Valença é o oitavo concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização (99,4%), também superior à registada a nível nacional e na Região Norte, (98,3% e 98,6%, respetivamente).

²⁰ **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

²¹ **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

²² **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano lectivo (INE).

No entanto, no que concerne à percentagem de alunos que concluem ou transitam no Ensino Secundário, o concelho de Valença regista o valor mais baixo da Região do Alto Minho (95,3%), e ao registado a nível nacional (91,4,1%).

Gráfico 18 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos (2011 e 2021) (%)



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021 - Última atualização destes dados: 23 de novembro de 2022

Relativamente ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou com o 1º Ciclo de Ensino Básico, com base nos dados do gráfico 18 e da tabela 48. No entanto, os dados deverão ser interpretados com cautela, visto que se encontra incluído o grupo etário até aos 8 anos, o qual ainda não concluiu o 1º CEB devido à sua idade. Ainda assim, verifica-se, entre 2011 e 2021, uma diminuição das percentagens de pessoas sem nenhum nível de escolaridade concluído, tendo os restantes níveis de ensino verificado um crescimento efetivo, nomeadamente ao nível do ensino superior.

Tabela 48 – População residente no concelho de Valença, segundo os níveis de escolaridade concluídos, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Nenhum	3º CEB	Sec.	Superior
Valença (concelho)	2,98	54,49	37,08	11,76
Boivão	5,49	37,93	24,12	5,49
Cerdal	3,73	46,76	27,62	6,11
Fontoura	2,15	48,55	32,45	8,3
Friestas	3,31	52,76	38,22	13,74
Gandra e Taião	3,43	50,25	33,02	9,88
Ganfei	2,78	54,08	36,28	12,67
Gondomil e Sanfins	3,59	38,5	25,99	4,68
São Pedro da Torre	2,34	54,95	36,19	11,54
São Julião e Silva	3,36	43,84	28,41	5,87
Valença, Cristelo Covo e Arão	2,79	62,5	44,72	15,34
Verdoejo	2,25	50,6	33,54	13,64

Fonte: INE, Censos 2021

Ao nível das freguesias, as que apresentavam no ano 2021 a maior percentagem de residentes sem nenhum nível de escolaridade concluído face ao total de população residente em cada território, eram a União de freguesias de Boivão, Cerdal e Gondomil e Sanfins e as freguesias de Cerdal e Boivão, com 5,49%, 3,73% e 3,59% respetivamente.

As freguesias que registaram maior percentagem de população mais escolarizada (com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído), face ao total da população residente no seu território, foram a União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (62,5%) e as freguesias de São Pedro da Torre (54,95%) e Ganfei, com 54,08%.

Tabela 49 – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2021) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres
Região do Alto Minho	8544	2317	6227
Arcos de Valdevez	1423	359	1064
Caminha	393	96	297
Melgaço	429	112	317
Monção	789	187	602
Paredes de Coura	504	132	372
Ponte da Barca	621	182	439
Ponte de Lima	1726	479	1247
Valença	375	116	259
Viana do Castelo	2015	581	1434
Vila Nova de Cerveira	269	73	196

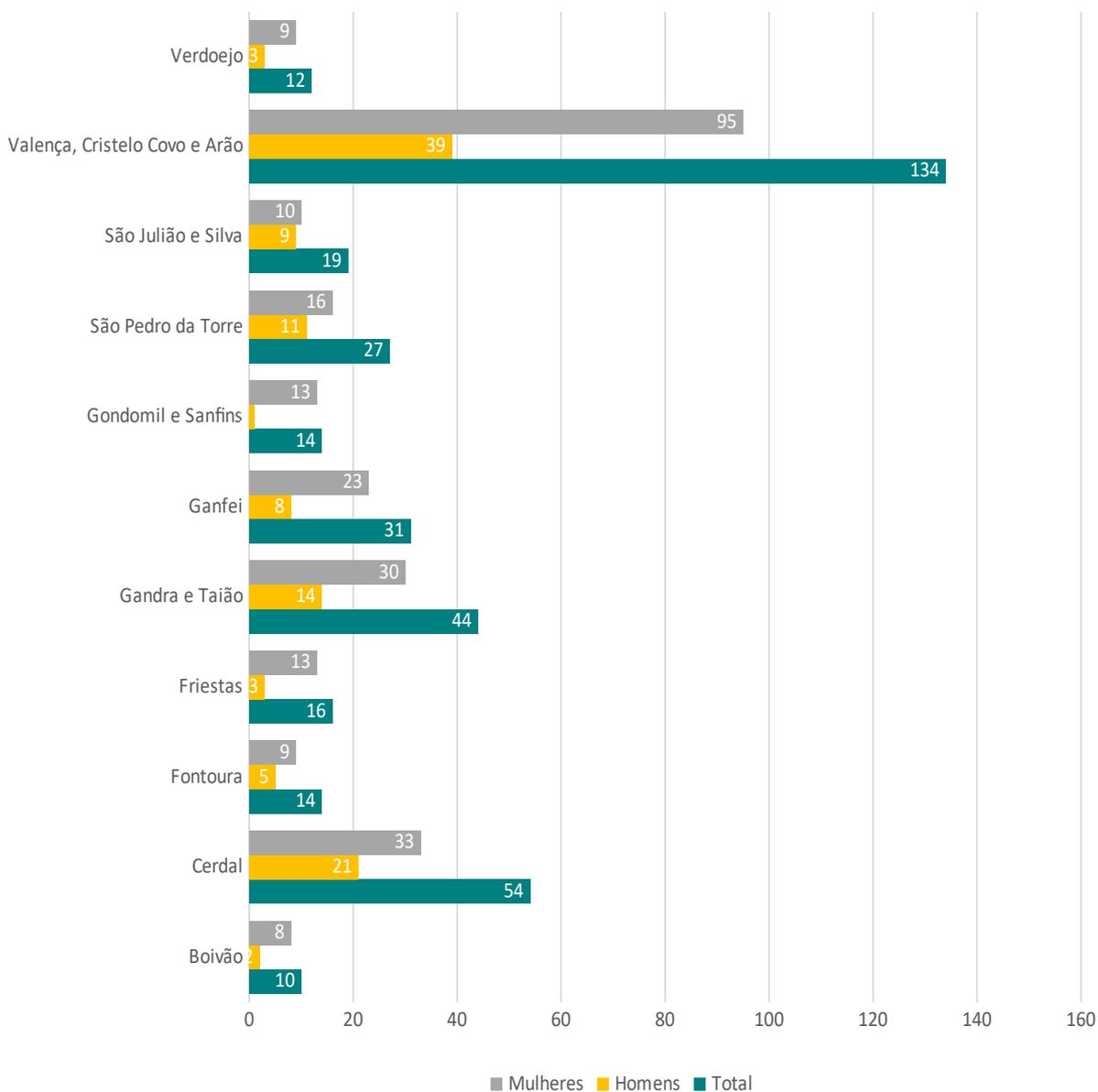
Fonte: INE, Censos 2021 – última atualização 23-11-2022

Quanto à população analfabeta residente com 10 ou mais anos, o concelho de Valença apresentava, no ano 2021, 375 de residentes nesta circunstância (o 2º concelho da Região do Alto Minho com menos residentes analfabetos). À data dos Censos 2021, 2,69,% da população residente em Valença, com idade igual ou superior a 10 anos, era analfabeta.

Relativamente ao género é, em todas as freguesias, possível verificar que no ano 2021 existiam mais mulheres analfabetas que homens com mais de 10 anos de idade. No gráfico apresentado em seguida verifica-se que o maior número de população analfabeta se encontra na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e na freguesia de Cerdal.

No entanto, as freguesias que apresentavam à data dos Censos 2021, maior percentagem de população analfabeta, face ao total de população residente no seu território, eram Boivão (5,4%) e Cerdal (3,48%).

Gráfico 19 – População analfabeta, com 10 e mais anos de idade, residente no concelho de Valença, segundo o género, por freguesias (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021 – última atualização 23-11-2022

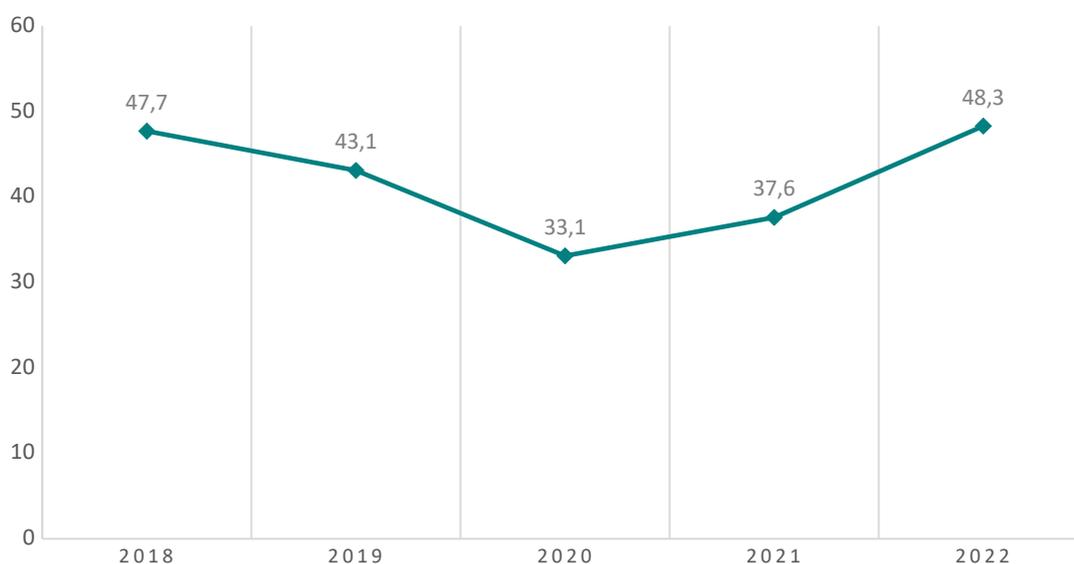
Em Síntese:

- ▶ No ano letivo 2023/24 existiam no concelho 10 estabelecimentos escolares, 6 dos quais eram Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim de Infância;
- ▶ Os estabelecimentos de ensino encontram-se distribuídos por 1 Agrupamento de Escolas. No ano letivo 2023/2024, a Escola Básica 2,3 e Secundária de Valença e a Escola Básica 1 de Valença, foram as que reuniram o maior número de alunos inscritos;
- ▶ Nesse mesmo ano letivo, os 1º e 3º Ciclos do Ensino Básico concentravam maior número de alunos (515 e 362, respetivamente);
- ▶ Em 2023, a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi quase 100%, o que significa que a população com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos se encontra a frequentar a escola.
- ▶ A taxa de escolarização ao nível do ensino secundário foi de 83,6% e a taxa de transição/conclusão neste nível de ensino foi de 89%, inferior à registada na Região do Alto Minho (95,3%) e superior à registada a nível nacional (91,4%);
- ▶ Existe uma tendência para o aumento da escolaridade da população residente no concelho, verificando-se um aumento, entre 2011 e 2021, da população com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído e uma diminuição da população com nenhum ou com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico concluído;
- ▶ No entanto, em 2021, o nível de escolaridade da população residente no concelho era baixo, sendo que 6,86% da população não tinha nenhum nível de educação concluído, 54,49% tinha o 3º Ciclo do Ensino Básico e 37,08% tinha o secundário.
- ▶ No ano de 2021, a União de freguesias de Gondomil e Sanfins e as freguesias de Cerdal e Boivão representavam os territórios com maior percentagem de população com baixa escolaridade (sem nenhum nível de escolaridade concluído). A União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão e as freguesias de Verdoejo, Friestas foram as que reuniram maior percentagem de população mais escolarizada.

8.1.7 Segurança Pública

A segurança e criminalidade, tem ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da perceção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível das denúncias e também do que é considerado crime (a violência doméstica e os crimes contra animais de companhia são exemplo desta evolução).

Gráfico 20 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Valença entre 2012 e 2018 (‰)



Fonte: INE – última atualização 16 de Junho de 2023

No que respeita à taxa de criminalidade²³, o concelho de Valença tem vindo a registar um aumento desde 2020, tendo atingido uma percentagem superior a 2018 (48,3% e 47,7% respetivamente) apesar de se ter registado uma diminuição de 14,6% entre 2018 e 2020.

O concelho de Valença, apresentava em 2022, uma taxa de criminalidade de 48,3‰, sendo os crimes contra o património os mais registados (20,5‰), seguindo-se os crimes à integridade física (8,6‰) e condução de veículo com taxa de álcool superior a 1,2g/l (4‰).

²³ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

Gráfico 21 – Taxa de criminalidade no concelho de Valença por categoria de crime em 2022 (%o)

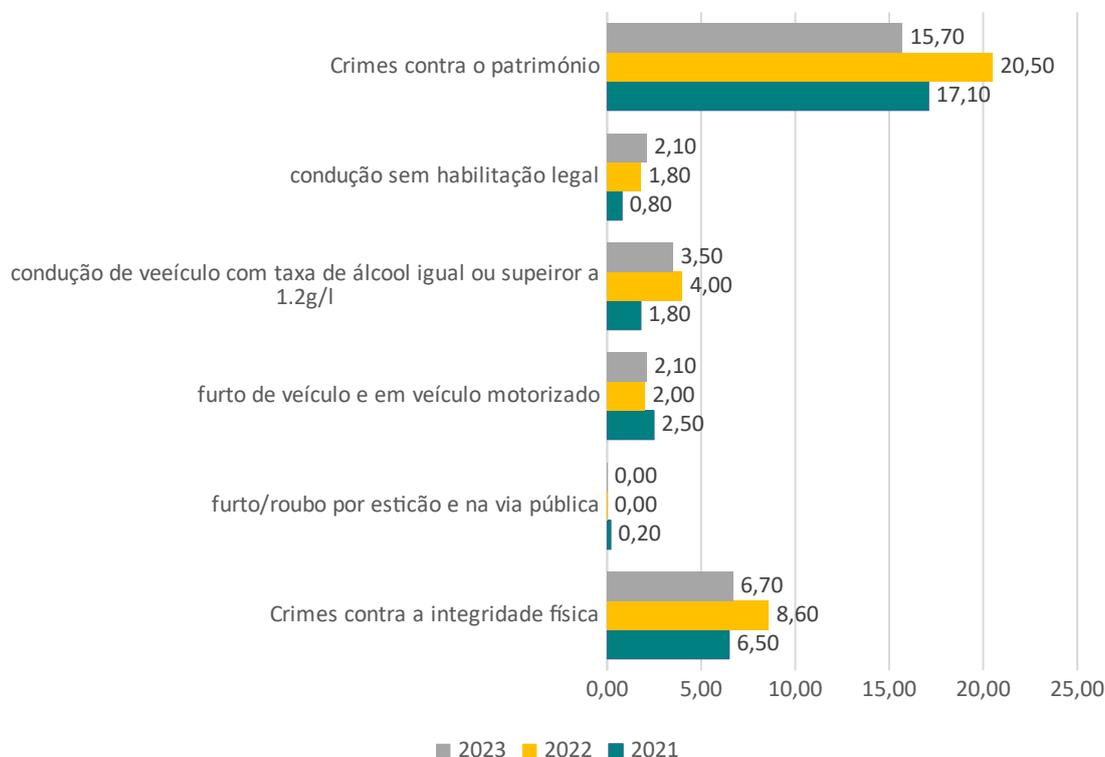


Fonte: INE - última atualização 16 de Junho de 2023

Em 2022 foram registados pelas autoridades 538 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (222), seguindo-se os crimes contra pessoas (143) e a vida em sociedade (119).

Analisando os dados disponíveis entre 2021 e 2023, pode-se verificar uma diminuição de crimes registados contra o património e de crimes contra a integridade física. Regista-se um aumento de crime com condução sem habilitação legal e crime de furto de veículo e em veículo motorizado.

Gráfico 22 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Valença, por categoria de crime, entre 2021 e 2023 (%)



Fonte: INE – Última atualização destes dados: 19 de junho de 2024

De forma a melhor se caracterizar as situações de violência doméstica no concelho de Valença, foram disponibilizados dados do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (CAVVD) do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e da GNR.

Segundo a informação disponibilizada pelo CAVVD, o número de vítimas, de sexo feminino, acompanhadas por situações de violência doméstica teve um significativo aumento entre 2020, 2021 e 2022 (n=44; n=63 e n=68 respetivamente) e uma diminuição no ano de 2023 (n=50). À data de Fevereiro de 2024, encontravam-se a ser acompanhadas 10 mulheres vítimas de violência doméstica.

No que respeita às vítimas de violência doméstica do sexo masculino, verificou-se um aumento de vítimas de 2020 para 2021 (5; 11 respetivamente) e uma diminuição no ano de 2022, tendo sido acompanhadas 5 vítimas.

A partir de 2023 até ao presente não se verificou nenhuma a vítima do sexo masculino no concelho.

Tabela 50 – Vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Valença, acompanhadas pelo CAVVD, por género e média de idade (2020, 2021, 2022 e 2023) (N.º)

Ano	Total	Homens		Mulheres	
		N.º	Idade média	N.º	Idade média
2020	44	5	38 anos	39	39 anos
2021	63	11	53 anos	52	44 anos
2022	68	5	54 anos	63	46 anos
2023	50	0	0	50	44 anos
2024 (JAN)	15	0	0	15	47 anos
2024 (FEV)	10	0	0	10	37 anos
Total	250	21	48 anos	229	43 anos

Fonte: CAVVD – Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora

A informação facultada pela GNR sobre crimes de violência doméstica ocorridos em Valença permite concluir que houve um aumento de crimes de violência doméstica de 2020 para 2022 (n=38 para n=69 respetivamente) e um decréscimo de crimes de violência doméstica para o ano de 2023 (n=49).

Tabela 51 – Crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais (201, 2017, 2018 e 2019) (N.º)

Tipo de crime	Ano			
	2020	2021	2022	2023
Violência doméstica	38	62	69	49

Fonte: GNR

Em Síntese:

- ▶ No que respeita à taxa de criminalidade²⁴, o concelho de Valença tem vindo a registar um aumento desde 2020, tendo atingido uma percentagem superior a 2018 (48,3% e 47,7% respetivamente).
- ▶ Em 2022 foram registados pelas autoridades 538 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (222), seguindo-se os crimes contra pessoas (143) e a vida em sociedade (119).
- ▶ Analisando os dados disponíveis entre 2021 e 2023, pode-se verificar uma diminuição de crimes registados contra o património e de crimes contra a integridade física. Regista-se um aumento de crime com condução sem habilitação legal e crime de furto de veículo e em veículo motorizado.
- ▶ A informação facultada pela GNR sobre crimes de violência doméstica ocorridos em Valença, permite concluir houve um aumento de crimes de violência doméstica de 2020 para 2022 (n=44 para n=68 respetivamente) e um decréscimo de crimes de violência doméstica para o ano de 2023 (n=50).

²⁴ **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

8.2 Grupos Vulneráveis

8.2.1 Famílias em Situação de Risco

Numa análise mais detalhada ao nível familiar e considerando as famílias em situação de risco, ainda que não possa ser considerado um problema, é possível afirmar que a questão da monoparentalidade é um indicador relevante. Assim, no ano de 2021, registaram-se no concelho de Valença 795 núcleos familiares monoparentais, sendo que destes, 678 são constituídas por mães e os seus filhos (85,28%).

Tabela 52 – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Valença (2021) (N.º)

Grupo etário	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	795	117	678
Menos de 20 anos	0	0	0
20 - 24 anos	7	0	7
25 - 29 anos	22	2	20
30 - 34 anos	33	5	28
35 - 39 anos	71	5	66
40 - 44 anos	104	10	94
45 - 49 anos	127	20	107
50 - 54 anos	93	17	76
55 - 59 anos	77	14	63
60 - 64 anos	50	8	42
65 ou mais anos	211	36	175

Fonte: INE, Censos 2021 - Última atualização destes dados: 19 de Março de 2024

O maior número de famílias monoparentais reside na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, representando 44,15% das famílias monoparentais do concelho.

Analisando os núcleos monoparentais do concelho de Valença por grupo etário, verifica-se que em 26,54% das famílias o progenitor tem idade igual ou superior a 65 anos.

Relativamente aos dados referentes à escolaridade, verifica-se que na maioria das famílias monoparentais, o progenitor tem o 1º Ciclo de Ensino Básico (26,16%), seguindo-se as famílias em que o progenitor detém o ensino secundário (25,78%). É na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se encontram o maior número de famílias com o ensino superior (representando 13,39% das famílias monoparentais da União de freguesias). Também se verifica nesta freguesia o maior número de famílias monoparentais sem qualquer nível de escolaridade, (representando 5,4% das famílias monoparentais da freguesia).

Tabela 53 – Núcleos familiares monoparentais, por freguesia e nível de escolaridade (2021) (N.º)

Freguesia	Nível de escolaridade							
	Total	Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Valença (concelho)	795	62	208	93	127	205	9	91
Boivão	10	1	7	0	1	1	0	0
Cerdal	74	8	26	15	10	10	1	4
Fontoura	41	1	23	5	7	4	0	1
Friestas	20	2	5	1	3	7	0	2
Gandra e Taião	82	11	12	9	15	20	3	12
Ganfei	73	7	17	7	13	17	0	12
Gondomil e Sanfins	15	1	8	3	0	2	0	1
São Julião e Silva	32	2	11	3	3	11	0	2
São Pedro da Torre	65	7	15	12	10	13	1	7
Valença, Cristelo Covo e Arão	351	19	73	35	61	112	4	47
Verdoejo	32	3	11	3	4	8	0	3

Fonte: INE, Censos 2021 - Última atualização destes dados: 19 de março de 2024

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas, se constituem como um grupo de risco. No concelho de Valença, existiam em 2021, 97 famílias com cinco (5) ou mais pessoas, sendo na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão onde se verificava um maior número das mesmas (42,26% do número total de famílias com 5 ou mais pessoas do concelho).

Tabela 54 – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2021) (N.º)

Território	Dimensão (n.º de pessoas)			
	Total	2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 ou + pessoas
Valença (concelho)	4276	2277	1902	97
Boivão	53	27	24	2
Cerdal	492	250	225	17
Fontoura	218	110	106	2
Friestas	161	84	73	4
Gandra e Taião	473	269	193	11
Ganfei	404	219	183	2
Gondomil e Sanfins	128	64	61	3
São Julião e Silva	184	108	73	3
São Pedro da Torre	379	197	172	10
Valença, Cristelo Covo e Arão	1595	839	715	41
Verdoejo	189	110	77	2

Fonte: INE, Censos 2021 - Última atualização destes dados: 19 de março de 2024

Em Síntese:

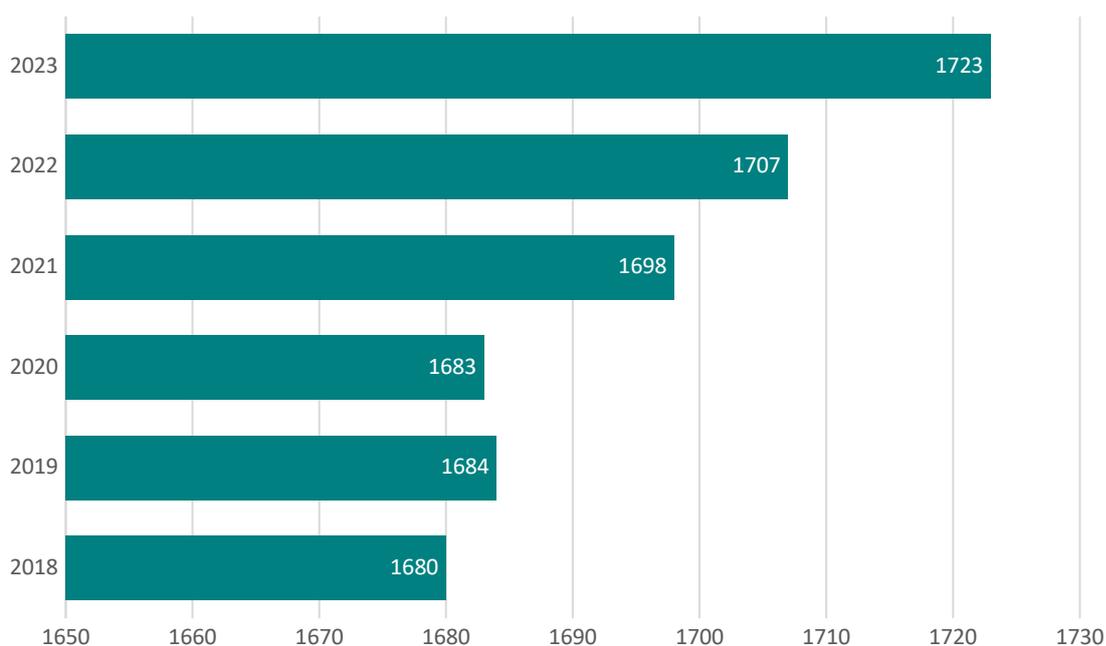
- ▶ Em 2021 existiam no concelho 795 núcleos familiares monoparentais, 85,28% destes eram constituídos por mães e seus filhos e em 26,54% das famílias o progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos;
- ▶ Em 2021, 44,15% das famílias monoparentais residiam na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, seguindo-se a freguesia de Gandra e Taião, com 10,31%, das famílias monoparentais do concelho;
- ▶ Em 2021, residiam em Valença 97 famílias com cinco ou mais pessoas, 42,26% das quais na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão.

8.2.2 Crianças e Jovens

O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Valença, tem vindo a aumentar gradualmente desde 2018.

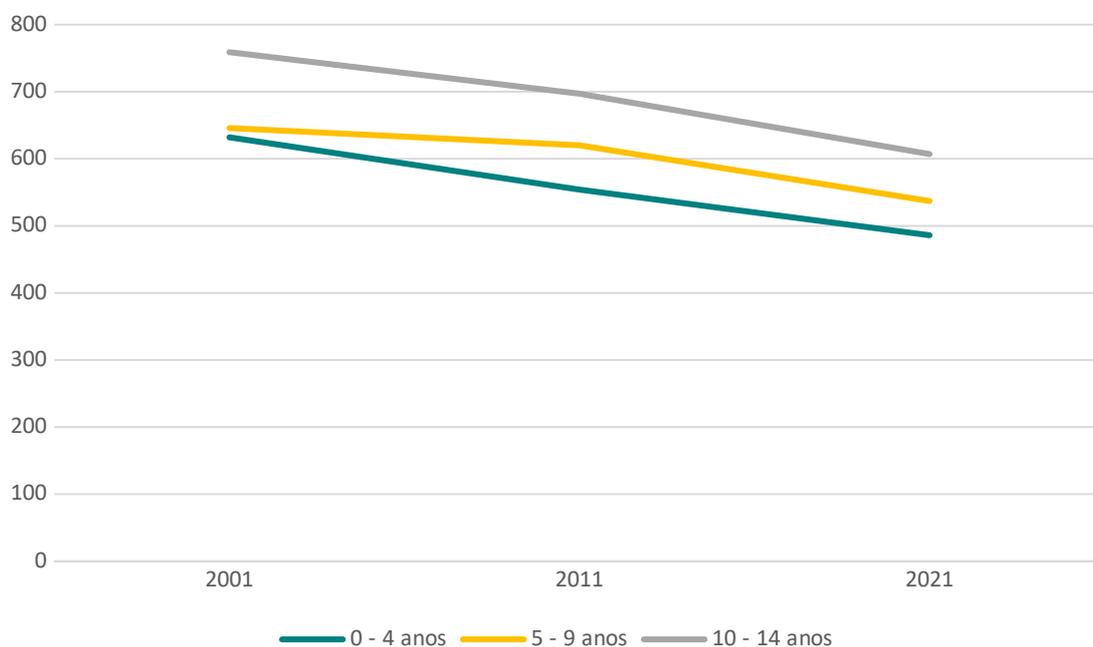
No ano 2018 residiam 1680 crianças e jovens no território, estima-se que no final de 2023 residissem cerca de 1723 pessoas até aos 15 anos de idade.

Gráfico 23 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2018 e 2023 (N.º)



Fonte: INE, Censos 2018 e 2023 – atualização a 18 de Junho 2024

Gráfico 24 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001, 2011 e 2021 (N.º)



Fonte: PORDATA - Última atualização Setembro de 2024

Ao analisar a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos vinte anos, é possível verificar que se registou uma diminuição gradual do número de crianças dos três sub-grupos etários. Entre os anos 2001 e 2011 a variação foi mais acentuada no grupo etário 5-9 anos, (-9,1) e entre os anos 2011 e 2018 a variação embora permanecesse negativa nos três grupos etários, destaca-se o grupo etário entre os 0 e 4 anos em que ao contrário dos restantes grupos etários a taxa de variação foi superior à registada entre 2001 e 2011, com uma variação negativa de 2%.

Tabela 55 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)

	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2011	-1,7	-9,1	-2,1
2011 - 2018	-2	-4,5	-0,5

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados dos Censos 2021, o maior número de residentes com idade inferior a 15 anos encontrava-se na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (representando 37,57% da população jovem do concelho). Não foram registadas diferenças de género significativas no número total de jovens residentes no concelho.

Tabela 56 – População residente no concelho de Valença, com menos de 15 anos de idade, segundo o sexo, por freguesia (N.º) (2021)

Território	Total	Masculino	Feminino
Valença (concelho)	1630	846	784
Boivão	11	5	6
Cerdal	177	91	86
Fontoura	63	37	26
Friestas	60	32	28
Gandra e Taião	171	104	67
Ganfei	140	75	65
Gondomil e Sanfins	57	26	31
São Julião e Silva	48	26	22
São Pedro da Torre	153	65	88
Valença, Cristelo Covo e Arão	679	346	333
Verdoejo	71	39	32

Fonte: INE, Censos 2021- última atualização 19 de Março de 2024

Desde o ano 2020, que o concelho de Valença tem registado valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e superiores a nível regional (Norte e Alto Minho). É também o quinto município da Região do Alto Minho com valores mais baixos. Desde o ano 2020 que o Índice de Dependência de Jovens no concelho tem vindo a diminuir, de forma muito tímida, contudo é o mais alto do Alto Minho.

Tabela 57 – Índice de Dependência de Jovens²⁵ dos municípios da Região do Alto Minho (2020, 2021, 2022, 2023) (%)

Território	2020	2021	2022	2023
Portugal	20,8	20,6	20,5	21,3
Norte	19,4	19,1	19	18,8
Alto Minho	18,9	18,7	18,5	18,3
Arcos de Valdevez	17,5	17,2	16,9	16,8
Caminha	18,8	18,7	18,6	18,5
Melgaço	15,3	15,5	15,1	15,2
Monção	17,8	17,7	17,7	17,3
Paredes de Coura	19,2	18,9	18	17,6
Ponte da Barca	18	17,7	17,6	17,5
Ponte de Lima	19,1	18,6	18,3	18
Valença	20	20,1	20	19,9
Viana do Castelo	19,5	19,3	19,2	19,2
Vila Nova de Cerveira	19,5	18,9	18,5	17,9

Fonte: INE - última atualização 18 de Junho de 2024

No que respeita à intervenção realizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Valença foi possível apurar a seguinte informação.

Tabela 58 – Volume processual da CPCJ de Valença nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023

Anos	Volume processual	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos arquivados	Processos encaminhados
2019	123	50	50	21	76	2
2020	107	44	32	25	55	6
2021	118	45	66	6	54	1
2022	146	63	68	13	72	2
2023	156	74	71	8	98	3

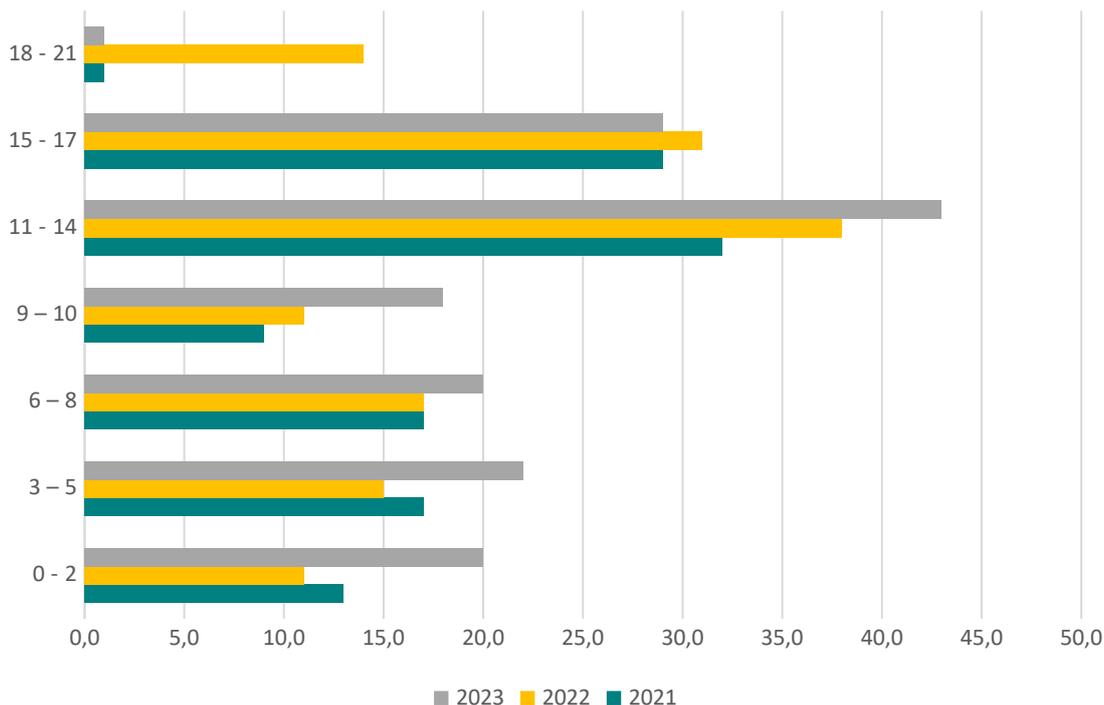
Fonte: CPCJ de Valença - última atualização Abril de 2023

No ano de 2023, o volume processual traduziu-se num total de 156 processos, dos quais 74 transitaram do ano anterior, 71 foram instaurados e 8 foram reabertos. Nesse mesmo ano foram arquivados 98 processos e 3 foram enviados a outras CPCJ.

²⁵ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

Analisando o volume processual da CPCJ de Valença dos anos 2021, 2022 e 2023, verificamos que tem existido um aumento do número de processos.

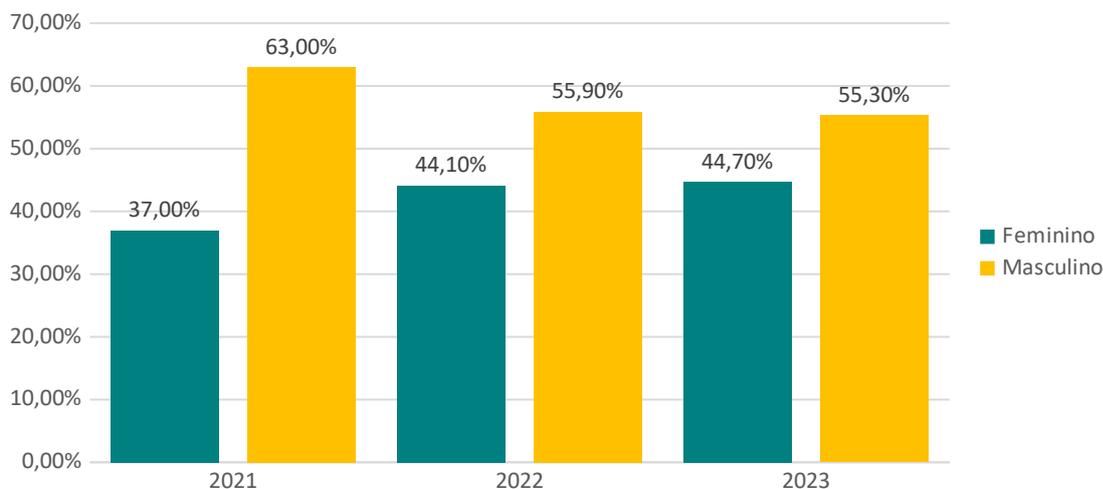
Gráfico 25 – Volume processual por grupo etário, nos anos 2021, 2022 e 2023 (Nº)



Fonte: CPCJ de Valença - última atualização Abril de 2023

A grande maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 14 anos. Importa também referir que o número de sinalizações de jovens entre os 0 e os 14 anos, tem vindo a aumentar. Já em 2023, entre os 15 e 21 anos as sinalizações diminuíram.

Gráfico 26 – Crianças e jovens acompanhados nos anos 2021, 2022 e 2023 por género (%)



Fonte: CPCJ Valença – última atualização Abril de 2023

O número de processos acompanhados nos anos 2021, 2022 e 2023 revela uma tendência para a existência de um maior número de processos de crianças e jovens do sexo masculino.

Tabela 59 – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Valença nos anos 2016, 2017 e 2018 (N.º)

	CJACAB ED ²⁶	Violência Dom.	Negligência ²⁷	Bullyng	Absentismo escolar e abandono escolar	ECPCBEDC ²⁸	Mau trato físico	Abuso e aliciamento sexual ²⁹	CAESP ³⁰
2019	14	38	22	4	16	11	3	2	4
2020	10	38	27	-----	11	3	3	2	3
2021	15	32	22	12	15	12	6	1	3
2022	17	22	18	4	14	-----	-----	-----	1
2023	20	44	36	9	16	14	3	5	6

Fonte: CPCJ Valença - última atualização Abril de 2023

²⁶ **CJACABED**: Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

²⁷ Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psico-afetivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

²⁸ **ECPCBEDC**: Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

²⁹ Inclui também as problemáticas “violação ou outro ato sexual” e “importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto”.

³⁰ **CAESP**: Criança abandonada ou entregue a si própria.

Relativamente às principais problemáticas pelas quais as crianças e jovens foram sinalizados à CPCJ de Valença nos anos 2021, 2022 e 2023, é possível constatar o seguinte: registou-se um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (nomeadamente consumo de álcool e estupefacientes); assim como um aumento de situações sinalizadas por exposição a violência doméstica.

De destacar um aumento significativo nas situações de violência doméstica; 44 processos em 2023, sendo que no ano anterior, 2022 era de 22 processos.

No ano de 2023, as sinalizações devido a situações de negligência são mais prevalentes entre os 11 e os 14 anos de idade (36 processos). Todas as situações de abuso e aliciamento sexual foram sinalizadas em jovens entre os 11 e os 17 anos (5 sinalizações). As sinalizações pela criança / jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento foram mais prevalentes entre os 15 e os 17 anos (14 processos por esta problemática).

No final de Abril de 2023, encontravam-se sinalizadas à CPCJ 145 crianças/jovens, na sua maioria residentes nas Uniões de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, e na freguesia de Cerdal

Tabela 60 – Situações sinalizadas à CPCJ, por freguesia, em junho de 2023 (N.º)

Freguesia	N.º de sinalizações
Boivão	0
Cerdal	20
Fontoura	4
Friestas	5
Gandra e Taião	9
Ganfei	5
Gondomil e Sanfins	2
São Pedro da Torre	9
Silva e São Julião	4
Valença, Cristelo Covo e Arão	87
Verdoejo	8

Fonte: CPCJ Valença – última atualização Abril de 2024

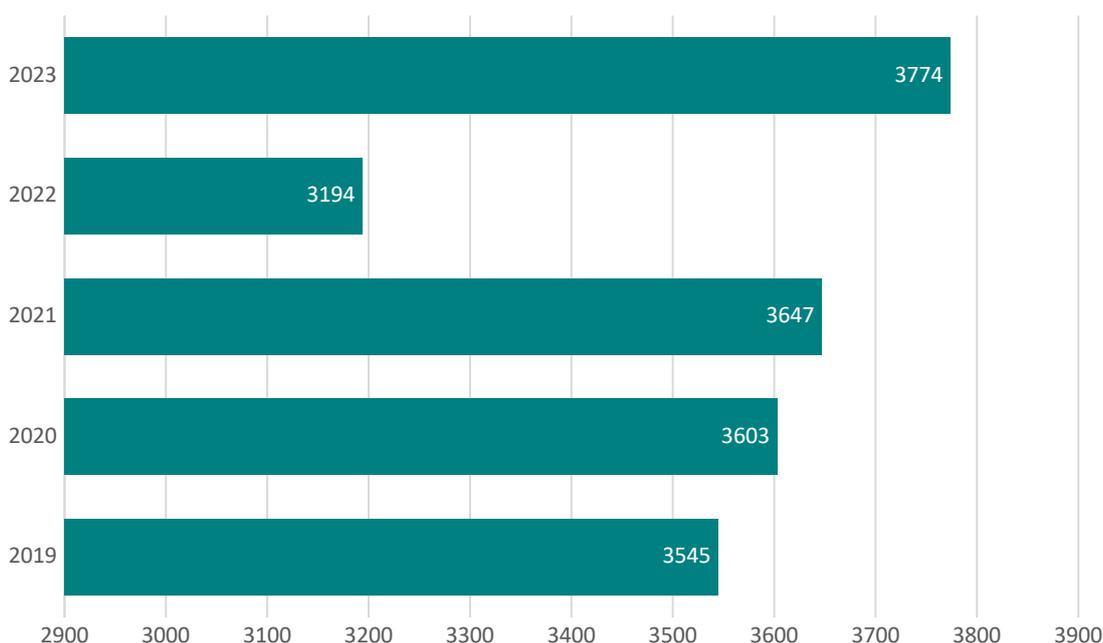
Em Síntese:

- ▶ O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Valença, tem vindo a aumentar gradualmente desde 2018 até 2023 (1680 e 1723, respetivamente)
- ▶ A diminuição do número de crianças e jovens é observada nos diferentes sub-grupos etários (0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos);
- ▶ Em 2023, Valença registou um Índice de Dependência de Jovens de 19,9%, o qual é inferior ao registado a nível nacional e superior às Regiões Norte e Alto Minho;
- ▶ Nos anos 2021,2022,2023 a média do volume processual da CPCJ de Valença foi de 140 processos, com tendência a aumentar.
- ▶ A maioria dos processos refere-se a situações de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos de idade;
- ▶ Entre 2016 e 2018 registou-se um aumento de situações sinalizadas devido a criança ou jovem estar exposta a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento assim como um aumento de situações sinalizadas por exposição a violência doméstica;
- ▶ No ano de 2023, as problemáticas mais frequentes nas sinalizações de crianças e jovens à CPCJ foram: “violência doméstica” e “negligência”.

8.2.3 Pessoas Idosas

Entre 2019 e 2023, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Valença aumentou gradualmente. Estimando-se que no ano 2023 residissem no concelho 3.774 pessoas com esta faixa etária.

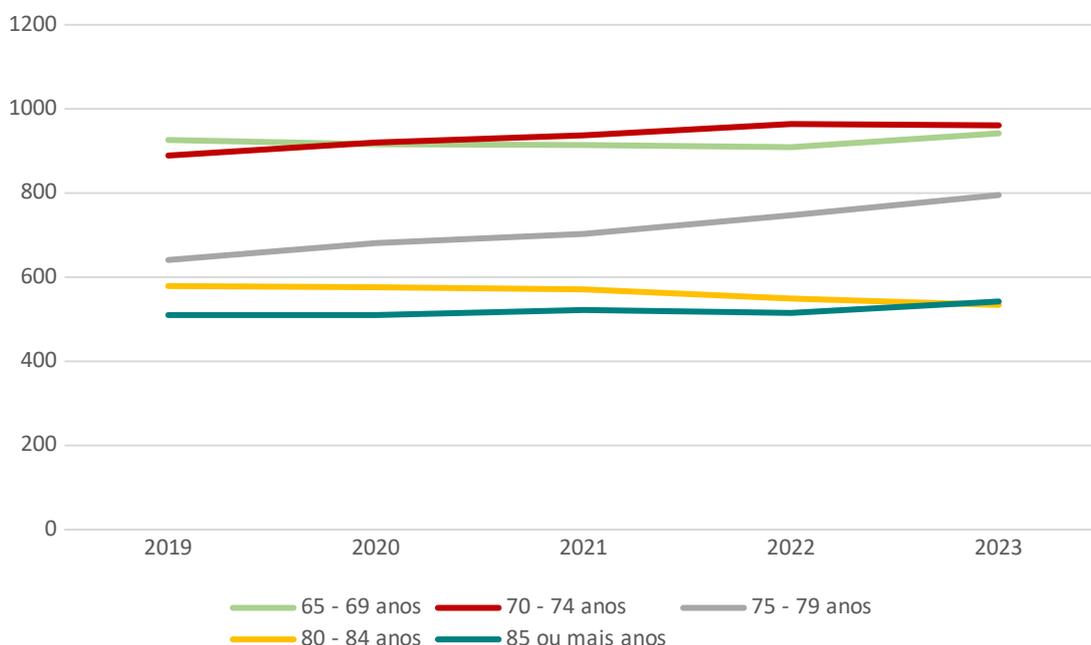
Gráfico 27 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (N.º)



Fonte: PORDATA, INE, Censos 2021

Relativamente à evolução dos vários grupos etários, que integram o grupo das pessoas idosas, constata-se que, apesar de algumas oscilações, desde 2019 que o número de pessoas com idade entre os 80 e os 84 anos tem vindo a diminuir. Entre os 75 e os 79 anos de idade aumentou e as restantes idades não se observam grandes variações.

Gráfico 28 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 (N.º)



Fonte: INE – Última atualização 18 de Junho de 2024

No ano de 2023, o maior aumento populacional deu-se na faixa etária entre os 75 e 79 anos de idade.

Tabela 61 – Variação percentual da população residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário

	65–69 anos	70–74 anos	75–79 anos	80– 84 anos	85 e + anos
2019 - 2021	-1,29	5,4	9,6	-1,38	2,3
2022 - 2023	3,63	-0,31	6,4	-2,73	5,2

Fonte: PORDATA

Segundo os dados dos Censos 2021, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino (2085 e 1529, respetivamente). Este facto também se verificou em todas as freguesias do concelho.

No ano 2023, o número de pessoas idosas com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos foi inferior ao número de pessoas idosas com idade igual ou superior a 75 anos.

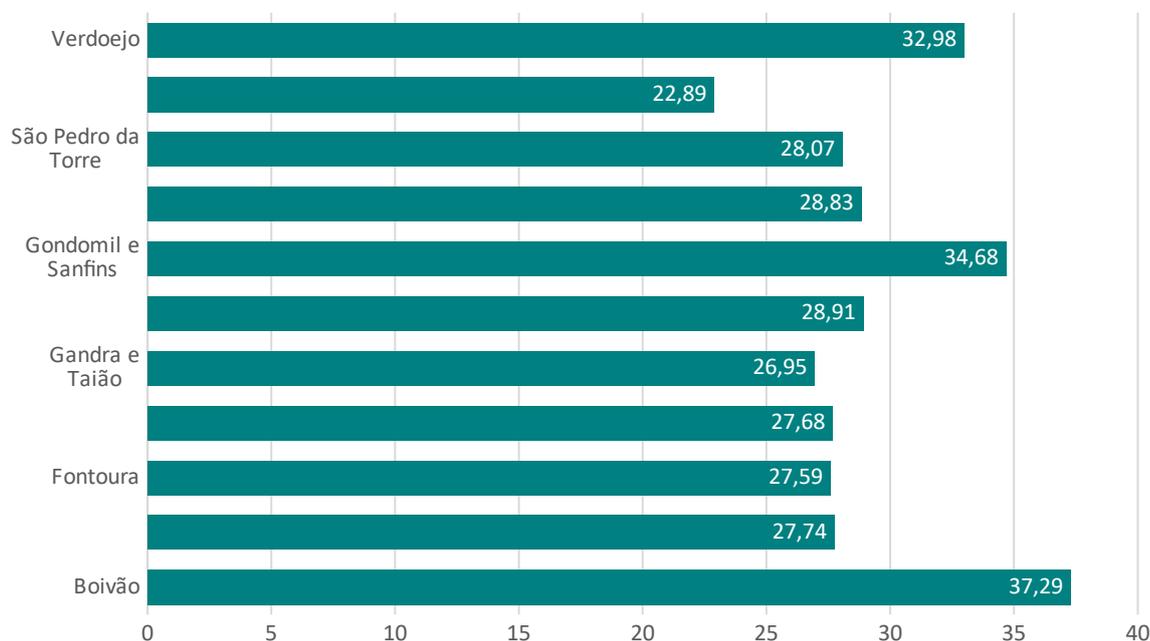
Tabela 62 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário, por freguesia (N.º) (2021)

	Total (+65)		Total	
	N.º	% da pop. da freg.	M	F
Valença (concelho)	3614	26,52	1529	2085
Boivão	69	37,29	21	48
Cerdal	430	27,74	187	243
Fontoura	189	27,59	82	107
Friestas	142	27,68	64	78
Gandra e Taião	375	26,95	169	206
Ganfei	349	28,91	161	188
Gondomil e Sanfins	145	34,68	56	89
São Julião e Silva	173	28,83	75	98
São Pedro da Torre	349	28,07	140	209
Valença, Cristelo Covo e Arão	1204	22,89	493	711
Verdoejo	189	32,98	81	108

Fonte: INE, Censos 2021 – última atualização 18 junho 2024

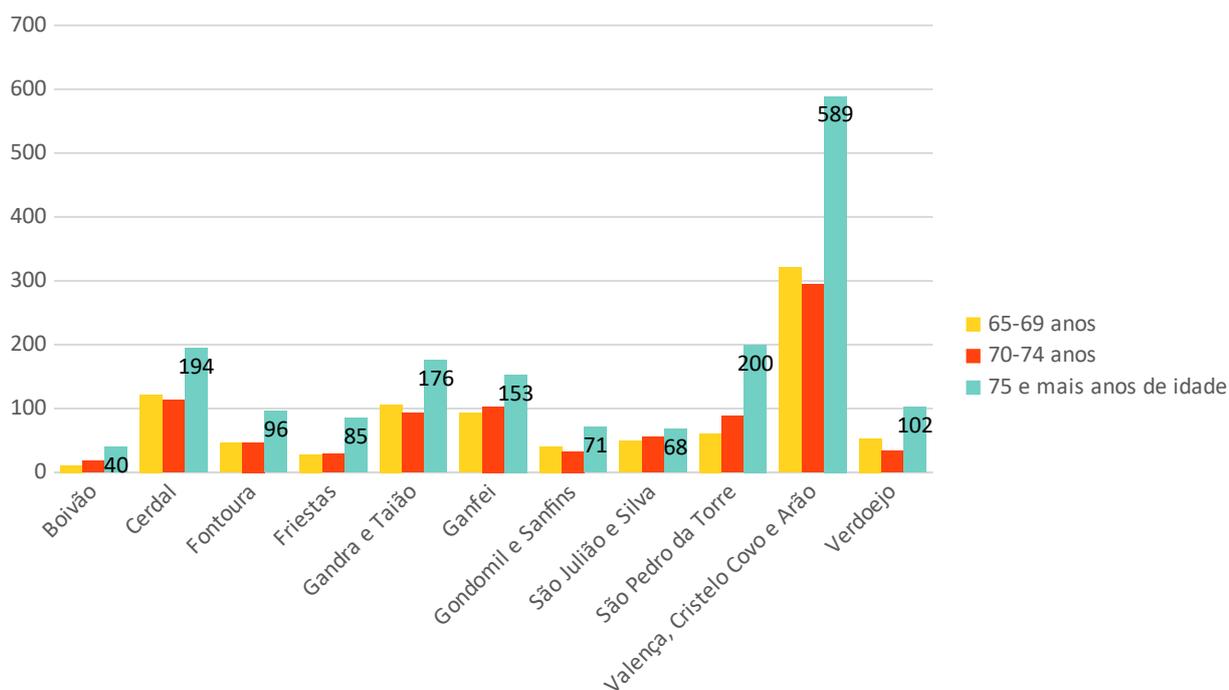
O concelho de Valença, apresentava em 2021, 26,52% da sua população com mais de 65 anos. Ao nível das freguesias as que apresentavam uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, eram: Boivão (37,29%), Gondomil e Sanfins (34,68%), e Verdoejo (32,98%).

Gráfico 29 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2021) (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 30 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos de idade, segundo o grupo etário, por freguesia (N.º) (2021)



Fonte: INE, Censos 2021

O Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar desde o ano 2021, tendo registado valores sempre superiores aos da média nacional e ligeiramente inferiores à média da Região do Alto Minho. Valença é, ainda assim, o quarto município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, estimando-se que no ano 2023, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente 43 residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2021. O concelho de Valença, registou nos três anos referidos, valores superiores aos registados a nível nacional e na Região Norte. No ano 2023, estima-se que, por cada cem residentes com menos de 15 anos existam, aproximadamente, duzentas e dezanove pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 63 – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2021, 2022, 2023) (%)

Território	Índice de Dependência de Idosos ³¹			Índice de Envelhecimento ³²		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	37,3	37,8	38,2	181,3	184,4	188,1
Norte	35,4	36,3	37,1	185	191	197,4
Alto Minho	47,1	47,7	48,2	252	258,1	263
Arcos de Valdevez	66,3	67	66,8	385,3	396,4	397,1
Caminha	50,5	57,5	51,2	270,4	271,8	276,5
Melgaço	87,8	87,7	88,3	568,2	581	582,7
Monção	61,9	62,1	61,8	349	351,3	357,4
Paredes de Coura	53,4	53,1	52,9	282,8	295,6	300,3
Ponte da Barca	50,7	51	51,1	285,6	289,9	292,2
Ponte de Lima	38,9	39,3	39,6	209,5	214,6	219,9
Valença	43,1	43,1	43,6	214,8	215,8	219
Viana do Castelo	40,8	42	43	211,1	218,9	224,6
Vila Nova de Cerveira	43,6	43,5	43,4	230,1	235,4	242

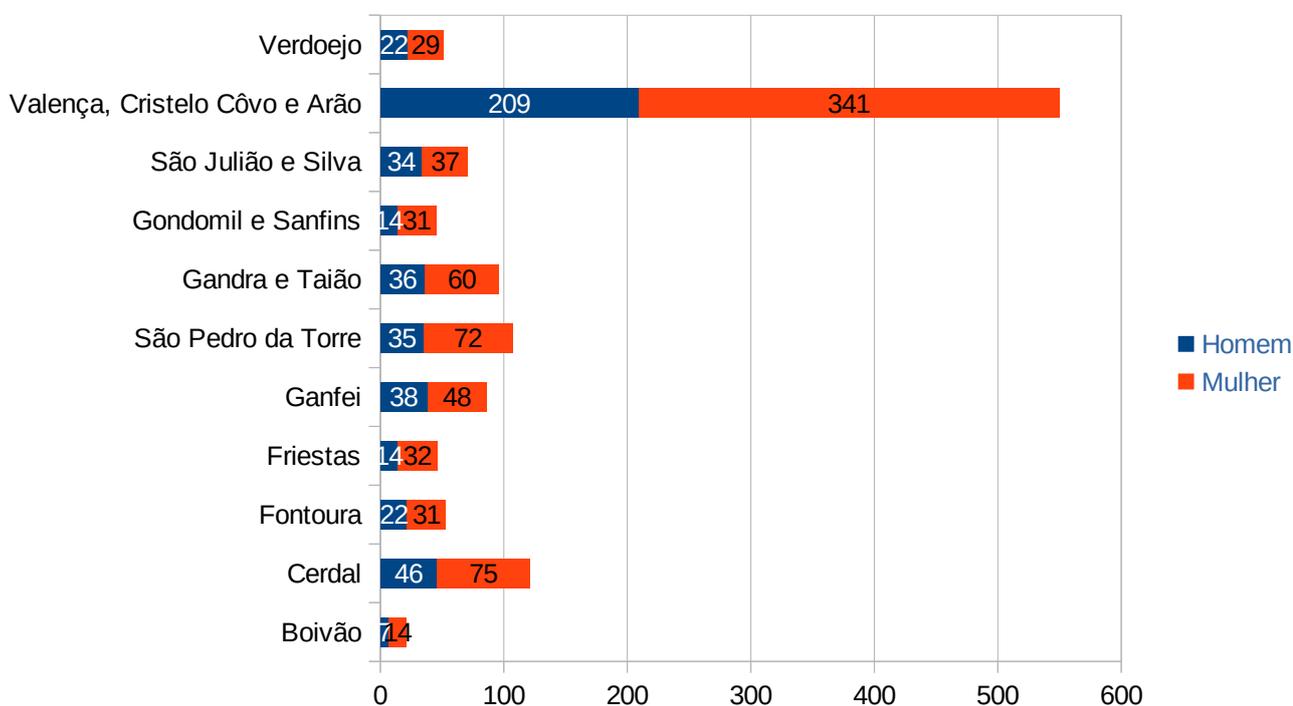
³¹ **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

³² **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE). Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2021 – 18 de Junho de 2024

No ano de 2021, encontravam-se a residir no concelho de Valença 3.614 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 34,5% (1247 pessoas) residiam sós.

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós são do sexo feminino (21,3%), e encontravam-se na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (341 pessoas) seguida da freguesia de Cerdal (75 pessoas).

Gráfico 31 – População residente no concelho de Valença, com 65 ou mais anos, a residir só (2024) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021- Última atualização destes dados: 10 de abril de 2024

Em Síntese:

- ▶ O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2019. Em 2023, eram 3.774 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário;
- ▶ A maior variação positiva registada dentro deste grupo etário, verificou-se ao nível da população com idade entre os 75 e os 79 anos, entre os anos de 2019 e 2023
- ▶ Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino;
- ▶ O concelho de Valença, apresentava em 2021, 26,52% da sua população com mais de 65 anos. Ao nível das freguesias as que apresentavam uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, eram: Boivão (37,29%), Gondomil e Sanfins (34,68%), e Verdoejo (32,98%).
- ▶ O Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar desde o ano 2021, tendo registado valores sempre superiores aos da média nacional e ligeiramente inferiores à média da Região do Alto Minho. Valença é, ainda assim, o quarto município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, estimando-se que no ano 2023, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente 43 residentes com idade igual ou superior a 65 anos.
- ▶ A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar gradualmente desde 2021.
- ▶ No ano de 2021, encontravam-se a residir no concelho de Valença 3.614 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 34,5% (1247 pessoas) residiam sós.

8.2.4 Migrantes e Minorias

O concelho de Valença tem registado valores oscilantes no que respeita ao seu saldo migratório desde 2001. Em conformidade com o que se registou a nível nacional, verificou-se um acentuado decréscimo deste saldo entre 2001 e 2012, ano em que registou um saldo negativo de 59 (ou seja, o número de pessoas que emigrou foi superior ao número de pessoas que o concelho acolheu). A taxa de crescimento efetivo da população foi positiva (0,44%) pelo quarto ano consecutivo. O acréscimo populacional verificado em 2022, a nível nacional, resultou do aumento da taxa de crescimento migratório, para 0,83%, valor mais alto observado desde 2017, já que a taxa de crescimento natural se manteve negativa, correspondente a (-0,39%).

Valença é o quinto concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório em 2023 (295), de destacar que na região do Alto Minho todos os concelhos apresentam um saldo migratório com valor positivo, invertendo a tendência apresentada em 2018.

Tabela 64 – Saldo migratório dos municípios da Região do Alto Minho, nos anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023

Território	Saldo migratório ³³				
	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	67.163	57.768	72.079	(R)136.194	(R)155.701
Norte	16.098	14.544	20.843	(R) 42.820	(R) 44.600
Alto Minho	1.543	2.284	1.236	(R) 2.520	(R) 3.042
Arcos de Valdevez	213	244	128	(R) 269	(R) 403
Caminha	94	199	213	(R) 370	(R) 332
Melgaço	55	1	25	(R) 89	(R) 134
Monção	176	311	140	(R) 256	(R) 310
Paredes de Coura	91	112	52	(R) 89	(R) 115

³³ **Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

“Como a maioria dos países não possui valores exactos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afectadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (metainformação – Eurostat).”

Ponte da Barca	56	73	61	(R) 144	(R) 161
Ponte de Lima	88	257	8	(R) 187	(R) 276
Valença	164	260	204	(R) 226	(R) 295
Viana do Castelo	468	730	248	(R) 640	(R) 822
Vila Nova de Cerveira	138	97	157	(R) 250	(R) 194

Fonte: INE - Última atualização: 18-06-2024 - © Dados retificados pela entidade responsável

Tabela 65 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2025 – 2035)

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-2556	18815	39414	-16513	5264	26453	-7205	14949	36463
Norte	-4110	2556	8935	-8677	-1873	4678	-6567	391	7093
Centro	-861	3800	8287	-3773	901	5445	-1691	3083	7718
AML	1071	6692	12132	-905	5949	12704	2459	9247	15897
Alentejo	629	1769	2878	-833	204	1211	-501	639	1744
Algarve	1529	3204	4844	-384	878	2118	435	1786	3109

Fonte: INE, Projeções da população residente – Atualização 31 Março 2020

Segundo as projeções realizadas pelo INE, o saldo migratório tenderá a ter uma evolução positiva com o decorrer do tempo, ainda que na Região Norte este permaneça em valores negativos nos cenários baixo e central até 2035.

Antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no concelho de Valença é importante referir que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica nº 1/2024) (que contribuiu para o aumento do número de nacionalizações e reagrupamentos familiares, isto é, membro da família que está em Portugal há mais de 2 anos, tem a possibilidade de reagrupar a família, estando no país de origem e o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde e Asilo.

Atualmente só tem autorização de entrada em Portugal, para morada permanente, quem requerer visto de procura de trabalho ou visto de trabalho.

Tabela 66 – População residente no concelho de Valença segundo a naturalidade da população (2021) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europ.	África	América	Ásia
		N.º	%				
Valença (concelho)	13623	1836	13,47	767	227	774	68
Boivão	185	9	4,86	5	0	4	0
Cerdal	1550	116	7,48	69	12	34	1
Fontoura	685	65	9,48	46	6	13	0
Friestas	513	45	8,77	15	13	15	2
Gandra e Taião	1391	172	12,36	107	18	41	6
Ganfei	1207	105	8,69	54	20	26	5
Gondomil e Sanfins	418	24	5,74	10	3	11	0
São Julião e Silva	600	75	12,5	43	6	16	10
São Pedro da Torre	1243	134	10,78	76	22	25	11
Valença, Cristelo Covo e Arão	5258	1032	19,62	298	119	582	33
Verdoejo	573	59	10,29	44	8	7	0

Fonte: INE, Censos 2021

No ano de 2021, residiam no concelho 1836 indivíduos com naturalidade estrangeira (13,47% da população residente em Valença), dos quais 41,77% eram naturais de países da Europa.

Esta população concentrava-se, na sua maioria, na União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (19,62% da população residente nesta União de freguesias era estrangeira) e na freguesia de Gandra e Taião (12,36%).

Tabela 67 – População estrangeira residente no concelho de Valença, por nacionalidade e grupo etário (2021) (N.º)

Território	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Valença	13623	1630	8379	3614
Estrangeira	1836	200	1542	94
Europa	767	78	632	57
África	227	5	201	21
América	774	115	643	16
Ásia	68	2	65	0

Fonte: INE, Censos 2021

A população estrangeira residente no concelho, no ano de 2021, encontrava-se maioritariamente entre os 15 e os 64 anos de idade. Os residentes estrangeiros são na sua maioria provenientes do continente Americano, seguindo-se o continente Europeu.

Tabela 68 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com estatuto legal de Residência (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022,) (N.º)

Território	População estrangeira				
	2018	2019	2020	2021	2022
Distrito de Viana do Castelo	3675	4774	6166	7505	9187
Arcos de Valdevez	232	273	299	344	393
Caminha	329	421	513	625	747
Melgaço	92	108	120	149	182
Monção	441	568	733	876	1014
Paredes de Coura	77	105	150	184	208
Ponte da Barca	73	97	126	142	163
Ponte de Lima	315	383	446	548	669
Valença	437	546	845	1057	1263
Viana do Castelo	1449	1977	2473	2991	3815
Vila Nova de Cerveira	230	296	461	589	733

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística) - Última atualização destes dados: 20 de Setembro de 2023

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o número de estrangeiros residentes no concelho de Valença, com estatuto legal de residência, tem vindo a aumentar, de forma considerável, nos últimos anos (2019 e 2022). Esta é também a tendência verificada em todo o distrito de Viana do Castelo.

Tabela 69 – Residentes no concelho de Valença, segundo nacionalidade (2019, 2020, 2021 e 2022) (N.º)

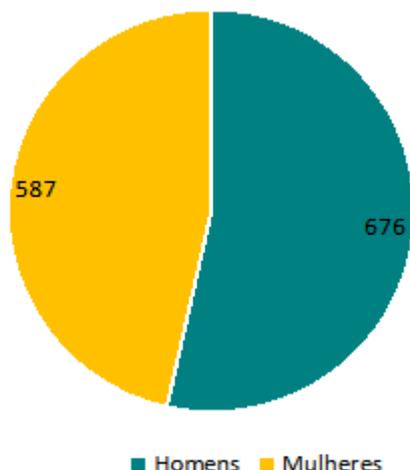
	2019	2020	2021	2022
Valença (concelho)	644	1042	1300	1262
Brasil	227	363	471	559
Espanha	99	198	245	--
Angola	5	5	6	5
Ucrânia	25	22	23	19
Roménia	19	19	19	16
Reino Unido / Irlanda Norte	30	31	27	32
Moldávia	1	1	1	1
China	11	11	11	12
Cabo Verde	15	18	20	21
São tomé e Príncipe	6	3	3	6
Outros países	206	371	474	591

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística) – INE - Última atualização destes dados: 20 de Setembro de 2023

Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que, são os nacionais de países como o Brasil e de outros países, que estão em maior número no território. Desde 2019, verifica-se que nacionalidades como a Brasileira, Reino Unido e Cabo Verde, tem vindo a aumentar.

Inversamente, o número de residentes estrangeiros naturais de países do Leste da Europa, como Ucrânia e Roménia, tem vindo a sofrer um decréscimo.

Gráfico 32 – População estrangeira residente no concelho de Valença, com Título de Residência, segundo o género (2021) (nº)



Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística) / INE - Última atualização destes dados: 20 de Setembro de 2023

Analisando os dados por género, verifica-se uma diferença numeral entre residentes Homens e Mulheres (676 e 587, respetivamente).

Comunidade Cigana no Concelho de Valença

Atualmente, estima-se que resida no município de Valença uma comunidade cigana de 121 elementos (representa até um máximo de 0,7% da população residente), distribuída por um máximo de 34 agregados familiares³⁴. De forma a melhor se caracterizar a comunidade cigana residente no concelho, destacamos a seguinte informação:

Tabela 70 – Caracterização da comunidade cigana residente no concelho de Valença (2020- 2024)

	N.º de agregados familiares	N.º médio de elementos por agregado	N.º total de pessoas	N.º total de homens	N.º total de mulheres
Ano 2020	22	5	101	47	54
Ano 2024	34	4	121	60	62

Fonte: CM Valença (Julho de 2024)

³⁴ IHRU (Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Valença)

Segundo informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Valença, relativamente à comunidade cigana, em 2024 encontravam-se caracterizados 34 agregados familiares, que totalizavam aproximadamente 122 pessoas, 62 das quais mulheres e 60 homens, apresentando um número superior ao de 2020.

A maioria da população de etnia cigana tem entre 19 e 50 anos (58 pessoas) e até 12 anos de idade (39 crianças). Ao nível da escolaridade podemos concluir que esta população tem baixas qualificações, sendo que a maioria obteve o 1º CEB (42). Existem ainda, 19 elementos da população total, que não estão em idade escolar.

Tabela 71 – Grupo etário e qualificações da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (Julho de 2024)

Grupo etário (n.º)				Nível de escolaridade da população (n.º)				
<12	13-18	19-50	>50	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Sec.
39	15	58	10	8	42	17	23	14

Fonte: CM Valença (fevereiro de 2024)

Ainda, relativamente à situação laboral, 4 indivíduos estão integrados no programa CEI+, já no que respeita à prestação de RSI, beneficiam desta 113 elementos, dos quais 61 se encontram desempregados e 2 empregados.

Tabela 72 – Situação face ao emprego da população de etnia cigana residente no concelho de Valença (Julho de 2024) (N.º)

Integrado/ através de CEI	Beneficiário/a de RSI	Desempregado/a	Reformado/a	Empregados
4	113	61	3	2

Fonte: CM Valença (Julho de 2024)

Relativamente à situação habitacional, a maioria dos agregados reside em habitações rudimentares (16 barracas), e em habitação social (11).

Tabela 73 – Situação habitacional dos agregados de etnia cigana residentes no concelho de Valença (Julho de 2024) (N.º)

Barracas	Habitação social	Casa própria	Casa arrendada	Garagem
16	11	3	3	1

Fonte: CM (Julho de 2024)

Em Síntese:

- ▶ Em 2021, Valença é o terceiro concelho da Região do Alto Minho com maior saldo migratório (295);
- ▶ No ano de 2021, a população estrangeira representava 13,21% da população residente no concelho;
- ▶ Em 2021, a freguesia com maior % de população estrangeira residente era a União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (19,62%), seguida da Freguesia de Gandra e Taião (12,36%)
- ▶ De acordo com informação estatística do SEF (atual AIMA), o número de estrangeiros residentes no concelho (com título de residência) tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2022 residiam no concelho 1263 pessoas estrangeiras com título de residência;
- ▶ Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que, são os nacionais de países como América Latina, África e de países da Europa, que estão em maior número no território. Desde 2022, verifica-se que nacionalidades como a Brasileira, Reino Unido e Cabo Verde, tem vindo a aumentar.
- ▶ Residem no concelho de Valença aproximadamente 122 pessoas de etnia cigana, 62 das quais mulheres e 60 homens, apresentando um número superior ao de 2020 (mais dois agregados, n= 22). A maioria habita na União de Freguesias de Valença, Cristelo covo e Arão. Os indicadores apresentam resultados que podem condicionar a sua integração social e laboral na comunidade, nomeadamente ao nível da educação, emprego e habitação.

8.2.5 Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

Nos Censos 2021, tal como em 2011, foram medidas incapacidades da população ao nível dos seguintes domínios universais de funcionalidade: “visão”, “audição”, “mobilidade”, “cognição/memória” (determinam a incapacidade), “realização de cuidados pessoais”, “comunicação” (considerados complementares). De acordo com os dados publicados, 10,9% da população total residente (com 5 ou mais anos) em Portugal, isto é, 1,1 milhões de pessoas, tem pelo menos uma incapacidade nestes domínios. Note-se que, ainda que nos Censos 2011 este peso tenha sido de 17%, estes dados não são diretamente comparáveis, conforme informação veiculada pelo INE(1). No que diz respeito ao universo de incidência, a presença de uma incapacidade continua a afetar principalmente as mulheres, que representam 62,2% desse universo no último Censos. Na tipologia de “incapacidades”, a dificuldade em andar/ subir degraus é prevalente, afetando 6,1% da população com 5 ou mais anos. Logo a seguir, 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/ memória, e 3,0% têm dificuldade em concretizar cuidados pessoais (tomar banho ou vestir-se sem apoio). Menos de 3% têm dificuldades em ouvir (2,8%) e em comunicar (compreender os outros ou fazer-se compreender (1,5%)

Desta forma, nos Censos 2021, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

Tabela 74 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2021) (N.º)

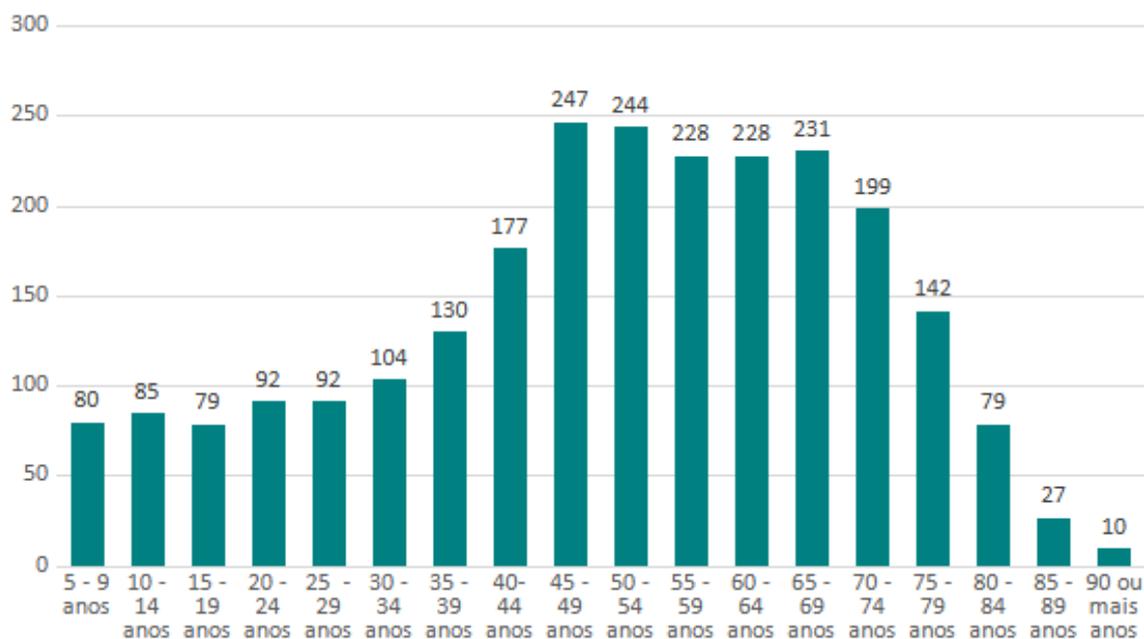
Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Valença (concelho)	14.159	2474	1118	1356	17,47%
Boivão	67	23	11	12	34,32%
Cerdal	705	310	143	167	43,97%
Fontoura	313	136	65	71	43,45%
Friestas	250	95	51	44	38,00%
Gandra e Taião	615	248	117	131	40,32%
Ganfei	504	235	95	140	46,62%

Gondomil e Sanfins	163	70	34	36	42,94%
São Julião e Silva	288	116	51	65	40,27%
São Pedro da Torre	538	223	88	135	41,44%
Valença, Cristelo Covo e Arão	2027	909	418	491	44,84%
Verdoejo	265	109	45	64	41,13%

Fonte: INE, Censos 2021

No ano de 2021, cerca de 2.474 residentes no concelho de Valença, referiram ter pelo menos uma dificuldade. Foram na sua maioria mulheres (n= 1.356) sendo que homens (n= 1.118) e com idade compreendida entre os 45 e os 54 anos de idade.

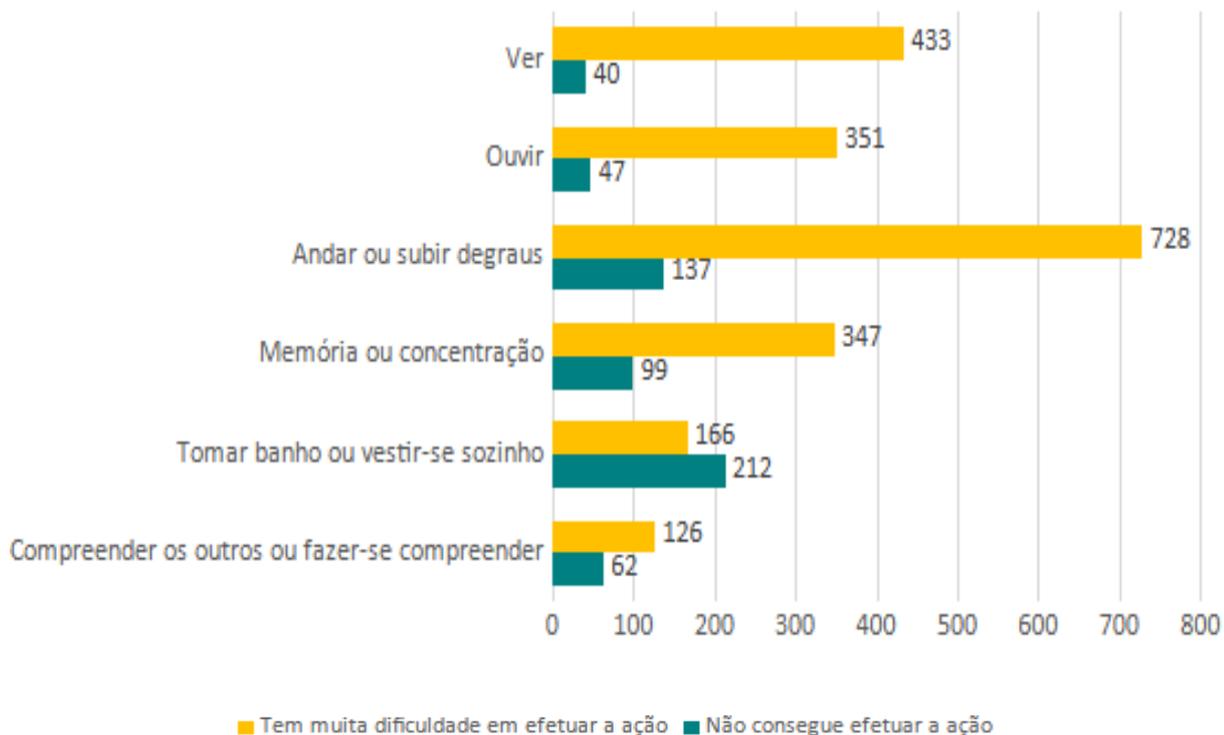
Gráfico 33 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021- última atualização 19 Março de 2024

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de memória ou concentração e de audição.

Gráfico 34 – População residente no concelho de Valença, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2021) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2021- última atualização 19 de Março de 2024

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao auto-cuidado (tomar banho e vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

Tabela 75 – População residente no concelho de Valença, **com pelo menos uma dificuldade**, que **não consegue efetuar a ação**, por freguesia e por tipo de dificuldade (2021) (N.º)

Território	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concent.		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se comp.	
	Total	N	Total	N	Total	N	Total	N	Total	N	Total	N
Valença (concelho)	40	7	47	5	137	2	99	6	212	3	62	1
Boivão	0	0	0	1	2	0	3	0	3	3	2	1
Cerdal	2	1	5	0	15	0	9	0	19	0	6	0
Fontoura	0	0	1	0	6	0	1	0	11	0	1	0
Friestas	4	1	3	0	7	0	7	0	10	0	4	0
Gandra e Taião	7	0	10	3	13	1	9	0	12	0	2	1
Ganfei	1	0	6	0	16	0	12	0	26	2	10	0
Gondomil e Sanfins	1	0	0	0	6	0	1	0	8	0	3	0
São Julião e Silva	0	0	2	1	4	0	7	2	11	0	5	0
São Pedro da Torre	8	1	5	0	12	0	9	2	20	0	6	0
Valença, Cristelo Covo e Arão	16	4	12	0	48	0	37	2	81	1	20	0
Verdoejo	1	0	3	0	8	1	4	0	11	0	3	0

Fonte: INE, Censos 2021 - Última atualização destes dados: 19 de Março de 2024

No concelho de Valença, a incapacidade para “andar e subir degraus”, para “memória e concentração” e “tomar banho ou vestir-se sozinho” surgem como dificuldades que foram referidas em maior número pelos residentes, contudo podemos analisar as incapacidades referidas pelos residentes por freguesia, sendo possível destacar: nas freguesias de Valença, Cristelo-Covo e Arão a incapacidade para “tomar banho e vestir-se sozinho” surge com uma maior percentagem de população do que as questões de memória ou mobilidade. Também na freguesia de Verdoejo surge com uma percentagem mais elevada do que a dificuldade de andar ou subir degraus.

Não se aferiu o número total e percentagem de população residente com incapacidade no concelho e por freguesia, devido poder existir a possibilidade de coexistência de incapacidade para mais do que uma ação.

Tabela 76 – População residente no concelho de Valença, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Valença (concelho)	753	100,00%
Trabalho	109	14,47%
Reforma / Pensão	3	0,39%
Subsídio de desemprego	259	34,39%
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	1	0,13%
Rendimento social de inserção	28	3,71%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	3	0,39%
Rendimento da propriedade ou da empresa	2	0,26%
Apoio social	5	0,66%
A cargo da família	267	35,45%
Outro	76	40,37%

Fonte: INE, Censos 2011 - Última atualização destes dados: 20 de novembro de 2012

No que concerne ao principal meio de vida, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontra-se a cargo da família (35,45%) seguindo-se as que se encontram com subsídio de desemprego (34,39%) e as que se encontram a trabalhar (14,47%). Neste ponto não existem dados mais recentes desde 2012.

Em Síntese:

- ▶ No ano de 2021, existiam cerca de 2.474 residentes no concelho de Valença com pelo menos uma dificuldade, na sua maioria mulheres (54,81%) e 45,18% homens, que corresponde a 118 indivíduos.
- ▶ Em 2021, e face ao número total de residentes nas freguesias e Uniões de freguesias, destaca-se que foi na freguesia de Ganfei que se registou maior percentagem de população com pelo menos uma dificuldade (46,62%), seguida da freguesia de Valença, Cristelo-Côvo e Arão (44,84%);
- ▶ As questões associadas ao auto-cuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória e concentração são as que são referidas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportam;
- ▶ Em 2021, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se a cargo da família, (35,45%);
- ▶ No 2021, existiam no concelho 165 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade identificada.

9. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo procuraremos identificar as principais áreas de intervenção no concelho de Valença, numa análise cruzada de dados estatísticos com a perceção dos atores. Pretende-se assim apresentar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social, mas também aquelas que são as atuais respostas, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

9.1 Habitação

A dimensão “Habitação” não deve ser vista como uma área isolada, mas sim contextualizada com as restantes dimensões do território. Assim, e de uma forma sumária apresentam-se alguns dados que podem contribuir para um melhor entendimento e caracterização da habitação no concelho de Valença.

Do ponto de vista territorial, o concelho encontra-se limitado a norte e noroeste pela Galiza (município de Tui), a sul pelo concelho de Paredes de Coura, a oeste pelo concelho de Vila Nova de Cerveira e a leste pelo município de Monção, estando inserido numa região fronteiriça com grande dinâmica de transferências e movimentação de bens, serviços e população.

Tal como é destacado no Plano Diretor Municipal “a Rede de Cidades e Vilas do Norte Atlântico revela a condição periférica de Valença relativamente à área central Sul (Porto - Braga - Viana) da mesma forma que revela o seu carácter periférico em relação à área central Norte (Vigo - Corunha - Santiago). Mas é, justamente, esta dupla condição periférica que confere, a Valença, um estatuto inequivocamente central.” A centralidade e periferia simultâneas, de Valença, com as áreas central Norte e Sul apresentam-se como cruciais para potenciar o desenvolvimento, não só económico, como também social do concelho.

Valença tem no seu território diversas áreas e recursos que promovem o emprego, o empreendedorismo, o investimento e a fixação da população, destacando-se o parque empresarial, a plataforma logística, a zona industrial de São Pedro e a Fábrica do Empreendedor. Também em áreas como o comércio e a agricultura é possível verificar a existência de associações e cooperativas, as quais podem facilitar e apoiar os empresários e

investidores nestas áreas. O turismo, é também uma das áreas económicas de aposta do concelho de Valença, tendo sido definido como área prioritária de ação no Diagnóstico e Plano de Ação da Agenda 21 de Valença, onde se encontram definidos os seguintes objetivos:

- Elaboração do Plano de Turismo Sustentável para Valença do Minho;
- Elaboração do projeto de valorização turística de Valença;
- Promover a animação da fortaleza e zona envolvente.

Estas áreas de atratividade pretendem contribuir para a estratégia definida para a Região do Alto Minho no documento: “Estratégia & Plano Global de Ação: Visão, eixos temáticos e metas. Alto Minho 2020”, no qual as temáticas da competitividade, atratividade, conetividade e resiliência são orientadoras e basilares de todo o Plano.

As alterações demográficas que se têm vindo a observar no território também se refletem ao nível do parque habitacional. A diminuição gradual do número de residentes no concelho ao longo dos últimos anos, bem como, o envelhecimento da população residente têm contribuído, segundo a perceção dos atores locais, para a degradação do parque habitacional, quer pela incapacidade financeira dos proprietários em realizar obras de reabilitação do edificado, quer pela existência de habitações que não são de primeira habitação e que não são colocadas no mercado de arrendamento.

Esta realidade é também transversal a outros territórios do nosso país. Segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2015), nas últimas duas décadas foram construídas em Portugal um milhão e meio de habitações, no entanto continuam a persistir problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos antigos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, especificamente no arrendamento.

A área da habitação foi considerada pelos atores locais como sendo prioritária do ponto de vista da intervenção social, já que é uma das áreas cruciais para o desenvolvimento social do concelho, nomeadamente através dos grupo de trabalho realizados realizados.

Com base nos diferentes momentos de recolha de perceções dos atores sociais e também do cruzamento com dados estatísticos relevantes, é possível identificar os seguintes problemas associados à área da habitação.

O problema que assume maior relevância, tendo sido identificado com maior frequência pelos atores locais, encontra-se relacionado com a dificuldade de acesso a habitação no concelho,

a custos controlados e adequados (quer para aquisição ou arrendamento). Segundo estes, a pouca oferta habitacional (para arrendamento ou venda), para além de se encontrar relacionada com as causas referidas anteriormente (degradação do parque habitacional, existência de habitações devolutas e desabitadas), pode também estar associada ao aumento da população migrante e flutuante no concelho (ex.: estudantes), com a não adesão dos proprietários ao mercado de arrendamento (por receio de incumprimento do pagamento de rendas e da deterioração do imóvel pelos arrendatários), bem como, com o diminuto investimento na área da construção (verificou-se um aumento de cerca de 108 alojamentos familiares clássicos, entre os anos 2018 e 2021), que acrescem aos cerca de 150 entre 2011 e 2018, segundo fonte do INE.

Como consequência tem-se assistido a um aumento significativo do valor das rendas e do valor do m² no território. Nesse sentido, é de referir que o valor mediano das rendas de alojamentos familiares com novos contratos de arrendamento tem vindo a aumentar no concelho de Valença, no primeiro semestre de 2024 foi de 4,3€/m², sendo que em 2019 era de 3,18 €/m² (INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local).

O aumento significativo do valor das rendas dos alojamentos disponíveis, os valores elevados para aquisição de imóveis, ambos incompatíveis com a evolução dos rendimentos das famílias e as fracas condições de habitabilidade dos alojamentos para arrendar existentes no concelho, têm sido apontados pelos atores locais como fatores que contribuem para a saída de população jovem para outros territórios.

Assim, o abandono dos centros urbanos para outras localizações, fora do perímetro urbano ou mesmo para outro concelho, foi uma das consequências decorrentes destes fatores, apontadas pelos atores locais bem como a sobrelotação das habitações ou a utilização de habitações sem condições de habitabilidade.

Outro dos fatores identificados pelos atores locais que poderá contribuir para a saída da população mais jovem no concelho, por motivos relacionados com a habitação, prende-se com a pouca oferta de habitação social e com a pouca rotatividade de beneficiários da mesma, bem como, com o desconhecimento de programas de apoio ao arrendamento e à reabilitação de habitações.

O número de pedidos de habitação social municipal no início do ano 2024 é de 60.

Outro dos problemas prioritários, ao nível da habitação, identificados pelo atores, prende-se com a dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas

habitacionais, esta necessidade é reflexo da inexistência de respostas de emergência, para os diferentes grupos vulneráveis, e que é identificada a nível concelhio, regional e nacional.

Os grupos vulneráveis, apontados pelos atores locais, que necessitam de respostas habitacionais de emergência, são pessoas que vivenciam situações complexas decorrentes de fatores como o desemprego, violência doméstica, patologias de saúde mental, comportamentos aditivos, desestruturação familiar, falta de redes de suporte, entre outras e que necessitam de uma intervenção sistémica e pluridisciplinar. A resposta habitacional de emergência é assim encarada como uma resposta necessária de entre outras no seio da intervenção a desencadear.

Neste âmbito foi aprovada uma candidatura ao programa PARES, por parte da APPACDM para a implementação de uma área residencial para 20 pessoas com deficiência e incapacidade, mas que ainda assim, não responde a outras populações mais vulneráveis.

O município está atento à Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), nomeadamente, as Estratégias Locais de Habitação e o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, pelo que já se encontram a ser implementadas no território.

Sistematizando os dados, no concelho de Valença observa-se a seguinte situação habitacional:

- Os alojamentos familiares clássicos predominam na estrutura habitacional do município;
- A ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual é maioritariamente feita pelo proprietário (75,64%) sendo apenas 18,10% dos alojamentos arrendados;
- Em 2021 registavam-se 14,29% dos alojamentos familiares vagos no concelho. A União de freguesias de Gondomil e Sanfins continua a ser a que apresenta uma maior percentagem de alojamentos vagos no seu território, 20,39%, seguida da freguesia de Boivão, com 18,01%;
- No primeiro semestre de 2022, Valença contava com 8.399 alojamentos familiares clássicos e com 7.064 edifícios de habitação familiar clássica;
- Constata-se a permanência de alojamentos não clássicos, principalmente na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão (16 alojamentos não clássicos, no ano de 2021). Os alojamentos coletivos representam 0,2% do total de alojamentos do concelho (sendo na sua maioria de natureza hoteleira: 85%);

- O número de alojamentos com proprietário ocupante (n=4.099) é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário (n=977);
- De acordo com os Censos de 2021, o índice de envelhecimento dos edifícios do concelho era de 393,04;
- 2,13% dos edifícios que constituem o parque habitacional do concelho apresentam-se muito degradados e 34,1% têm necessidade de grandes reparações, valores aumentaram em relação ao verificado em 2011;
- No 1º semestre de 2024, o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento, no concelho de Valença, era de 4,3€;
- Em 2024, existem no total 83 fogos de habitação social em Valença;
- Em 2024 residiam em habitação social 230 pessoas, maioritariamente de nacionalidade portuguesa;
- Ao nível de respostas habitacionais de emergência para grupos vulneráveis, verifica-se a inexistência de qualquer resposta no município neste âmbito.

Ainda assim, importa sistematizar algumas das medidas tomadas pela Câmara Municipal de Valença nos últimos anos, no que concerne à área da habitação e planeamento do território, com impacto positivo nas condições de vida da população:

Revisão do PDM do concelho de Valença (publicado no Diário da República em Junho de 2010);

- Alteração ao regulamento municipal de urbanização e edificação (última versão de 2011);
- Definição do plano de urbanização AC (2016);
- Plano pormenor do parque empresarial (2014);
- Definição das Áreas de reabilitação urbana: centro histórico de Valença, área central de Valença ;
- Integração de Valença nas cidade e vilas de excelência ao nível das políticas de mobilidade;
- Definição do Regulamento Municipal para Recuperação de Habitações Degradadas de estratos sociais desfavorecidos (medida de apoio à execução de obras de recuperação e conservação de habitações degradadas);

- Concede anualmente 15 plantas sociais a agregados familiares carenciados, como incentivo à auto-construção e reabilitação de habitações.

Em síntese e em relação à área da habitação, pode-se destacar que, transversalmente ao território nacional, Valença necessita de um investimento na requalificação do parque habitacional (recuperação e reabilitação) e da melhoria do acesso a habitação a custos controlados.

Na perspetiva dos atores, estes consideram que Valença se debate atualmente com a necessidade premente de encontrar respostas habitacionais a custos controlados, na medida em que no território o seu número é reduzido. Neste sentido, a reabilitação do património habitacional degradado poderá contribuir para o aumento do número de fogos passíveis de serem arrendados.

O desfasamento entre os valores de aquisição de imóveis e de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da especulação imobiliária a que se assiste nos últimos anos e do número reduzido de habitações para arrendar (privado e social) e para compra existentes no território.

Importa ainda referir que a percentagem significativa de alojamentos vagos e outros que apresentam marcadas condições de degradação, identificados nos Censos de 2021, leva a pensar que a solução não deverá apenas passar pela construção de novos alojamentos, mas pela capacidade de regeneração do edificado de forma a proporcionar uma maior igualdade de oportunidade no acesso ao mercado da habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível face aos rendimentos das famílias. Desta forma, e de acordo com as perceções recolhidas, parece tratar-se sobretudo da necessidade de definir novas políticas de habitação e ordenamento no concelho de Valença, com vista a uma resposta adequada não só às necessidades das famílias, como às características sociais, económicas e ambientais do território.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

Constrangimentos	Indicadores	Recomendações
Dificuldade de acesso à habitação, rendas elevadas	Elevado valor €/m ² de fogos para arrendamento; N.º de habitações sociais vs n.º de pedidos;	Levantamento e caracterização dos edifícios disponíveis (devolutos ou não). Facilitar a integração habitacional da população migrante.
Dificuldade de acesso a habitação social ou a	Diminuição do n.º de novos contratos de arrendamento;	Construção de habitação a baixo custo.

<p>custos controlados</p> <p>Habitções antigas e sem qualificação</p>	<p>Aumento alojamentos familiares clássicos;</p> <p>Índice de envelhecimento e necessidade de obras dos edifícios;</p> <p>Parque habitacional degradado</p>	<p>Revisão do PDM para disponibilizar mais terrenos para construção.</p> <p>Maior divulgação do programa municipal de apoio ao arrendamento e dos apoios existentes para a requalificação do edificado.</p> <p>Subsídio para a requalificação de habitações desocupadas.</p> <p>Apoio específico a população mais vulnerável (rendas controladas).</p> <p>Diagnóstico das carências habitacionais.</p> <p>Programa Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana.</p> <p>Revisão da política de habitação social do concelho (adequação dos fogos às famílias/supervisão dos Bairros Sociais melhorar a gestão dos bairros sociais).</p>
<p>Dificuldade de integração de pessoas em situação de emergência social em respostas habitacionais</p> <p>(Vítimas de violência doméstica; acolhimento temporário a crianças e jovens; situações de doença mental; pessoas em situação de sem-abrigo; outras situações de vulnerabilidade social; pessoas com deficiência/incapacidade)</p>	<p>N.º de vítimas de violência doméstica;</p> <p>N.º de crianças e jovens em perigo;</p> <p>N.º de situações de doença mental sem suporte de apoio;</p> <p>N.º de pessoas em situação de sem-abrigo; que chegam ao concelho em grande número por se tratar de um concelho fronteiriço;</p> <p>N.º de pessoas com deficiência/incapacidade sem suporte de apoio</p>	<p>Apoio na reconstrução / reabilitação de edifícios devolutos nas freguesias e de edifícios públicos (casas dos cantoneiros, guardas florestais, escolas primárias, casas de leite) para situações de emergência;</p> <p>Criação de uma estrutura de acolhimento de emergência para dar resposta às situações de emergência pontuais (com equipa multidisciplinar que promova a autonomização).</p>

9.2 Saúde mental

A saúde é um domínio complexo, dependente de múltiplos fatores, biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais. Desta forma, a responsabilidade da promoção da saúde envolve todos os setores e é crucial no planeamento e desenvolvimento social dos territórios.

A área da saúde foi identificada como uma das mais importantes ao nível da intervenção social no território, tendo 100% dos atores sociais, no âmbito dos grupos de trabalho

realizados, que responderam identificado esta área entre a primeira e segunda mais importantes de intervir. Todos, referiram que as problemáticas existentes em diagnósticos anteriores, se mantêm, sendo prioritário encontrar soluções ajustadas à realidade do concelho.

Contudo, e tendo em conta as recomendações do feitas no diagnóstico participado com os atores sociais, para quem necessite de cuidados de saúde como reabilitação e tratamentos cuidados de saúde especializados existe a unidade de convalescença, no centro de saúde de valença, desde que reúna os critérios de admissão.

Relativamente aos cuidadores informais, está em curso um plano para a capacitação de cuidadores informais e recomenda-se a criação de uma bolsa de cuidadores informais.

Os problemas associados a esta área identificados como de intervenção prioritária, foram as questões associadas à saúde mental, seguido da falta de recursos físicos, humanos e ao nível das instalações, também os comportamentos aditivos foram, referenciados por todos os atores sociais, como sendo uma questão problemática no território.

Quadro 35 - Problemas identificados pelos atores locais como prioritários de intervenção na área “Saúde” e “Saúde Mental”

Necessidades /Problemas	Evidências	Recomendações
<ul style="list-style-type: none"> • Respostas inexistentes face às necessidades ao nível da saúde mental para pessoas Idosas. • Aumento do n.º de pessoas com perturbações mentais e do comportamento; • Insuficiência das respostas comunitárias de acompanhamento regular; assim como a falta de articulação entre os parceiros que intervêm na área. • Sobrecarga dos cuidadores informais; • Existência de fatores como: Índice de Envelhecimento elevado, consumo de droga e álcool, situações de vulnerabilidade económica e isolamento social que podem potenciar situações de 	<p>Incapacidade de resposta pelas entidades locais</p> <p>Nº de situações/atendimentos pela equipa de SAAS e RSI; com perturbações de ansiedade, demência ou depressão; (entre 1500 a 2000 utentes);</p> <p>Nº de agregados em acompanhamento (265, com cerca 765 elementos)</p> <p>Nº de pessoas isoladas e/ou a viver sozinhas;</p> <p>Nº de situações sinalizadas à Comissão de Proteção de Pessoas</p>	<p>Criação de respostas para internamento e tratamento adequado de fácil acesso à população com vista ao tratamento.</p> <p>Melhorar a agilização do diagnóstico junto do centro de saúde, aquando do pré internamento em ERPI.</p> <p>Fomentar equipamentos com respostas para esta população (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc)</p> <p>Dar continuidade às ações de sensibilização/ informação desenvolvidas para cuidadores formais e informais, pela UCC.</p>

<p>maior vulnerabilidade ao nível da saúde e da saúde mental em particular;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação / iliteracia em saúde mental; • Insuficiente rede de transportes públicos que garantam o acesso aos serviços de saúde. 	<p>Idosas e dependentes com demência;</p> <p>Nº de informações remetidas e recebidas, do Serviço Social ao Ministério público e vice-versa, com processo de Maior acompanhado;</p> <p>(2024: 10 processos com resposta positiva);</p> <p>Elevado número de consultas de Psiquiatria realizadas no centro de saúde de Valença;</p>	<p>Reorganização da rede de cuidados continuados com vista à integração desta tipologia de utentes.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Grupo de trabalho realizado aos parceiros do CLAS de Valença.

A dimensão saúde é abrangente e incorpora múltiplos campos de intervenção e análise. No âmbito do processo de levantamento de problemas e necessidades associadas a este domínio, os atores sociais destacaram nos grupos realizados a área da saúde mental como área de intervenção prioritária.

A saúde mental é uma parte inseparável da saúde geral e do bem-estar do indivíduo, bem como é uma das áreas de maior relevância para a saúde das populações, sendo priorizada a nível nacional mediante o Programa Nacional para a Saúde Mental da DGS e, a nível regional, pelo Plano estratégico 2017-2019 da ARS do Norte, e do Perfil de Saúde 2019 com extensão 2020, o tem como linha estratégica “Garantir o acesso aos cuidados de saúde, considerados adequados à satisfação das necessidades da população da região norte”. O primeiro objetivo estratégico remete para o cumprimento dos programas prioritários do Plano Nacional de Saúde, nomeadamente através de:

- Prevenir a depressão e o suicídio através da referenciação e acompanhamento das pessoas mais velhas que vivem sós;
- Melhorar a informação disponível nos CSP sobre perturbações depressivas.

O concelho de Valença a nível de respostas para a área da saúde mental, tem como hospital de referência o Hospital de Santa Luzia, situado em Viana do Castelo, com serviço de internamento, hospital de dia de Psiquiatria e consulta externa; existe ainda a equipa de saúde mental comunitária de Valença, a qual funciona no Centro de Saúde de Valença. Localmente existem consultas descentralizadas de Psicologia e Psiquiatria do Hospital de Santa Luzia. A Equipa Local de Intervenção tem uma psicóloga na equipa, que acompanha

as crianças até aos 6 anos referenciadas. Os utentes da Equipa de Cuidados Continuados Integrados têm apoio psicológico ao abrigo de um protocolo com o município. Apesar destes recursos, os atores sociais identificam que as mesmas não conseguem dar resposta adequada às necessidades existentes na população, sendo claramente insuficientes.

Nesta área, a Região Norte, onde Valença se integra, tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas. Na maioria dos anos compreendidos entre 2016 e 2021, a região Norte registou proporções mais elevadas de utentes com os três tipos de perturbações mentais, comparativamente o nível nacional. O número de utentes com registo de perturbações depressivas é mais evidente em mulheres do que em homens embora exista um elevado número de utentes com perturbações de ansiedade e demência e que também tem vindo a aumentar ao longo dos anos, como sendo o aumento dos óbitos por transtornos mentais e comportamentais.

Tabela 77 - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Perturbações depressivas						
Norte	5,42	6,61	8,03	8,86	9,23	9,83
Centro	6,88	7,88	9,06	9,73	10,29	11,14
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	5,74	6,63	7,50	8,00
Alentejo	6,05	7,23	8,74	9,62	10,30	11,13
Algarve	2,40	3,34	4,43	5,04	5,69	6,79
Portugal Continental	5,34	6,85	8,01	8,98	8,69	9,32
Demência						
Norte	0,44	0,55	0,68	0,75	0,74	0,79
Centro	0,51	0,60	0,71	0,78	0,79	0,87
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,55	0,64	0,68	0,73
Alentejo	0,56	0,70	0,90	1,01	1,00	1,09
Algarve	0,19	0,28	0,42	0,49	0,53	0,63
Portugal Continental	0,40	0,53	0,67	0,72	0,73	0,79

Perturbações da ansiedade						
Norte	3,34	4,16	5,08	5,65	6,00	6,46
Centro	4,27	4,94	5,79	6,32	6,74	7,35
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,21	3,81	4,45	4,96
Alentejo	4,14	4,97	6,04	6,70	7,20	7,86
Algarve	1,44	2,09	2,96	3,45	3,95	4,71
Portugal Continental	3,51	3,77	4,49	5,07	5,54	6,06

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental – 2017 – extensão 2020

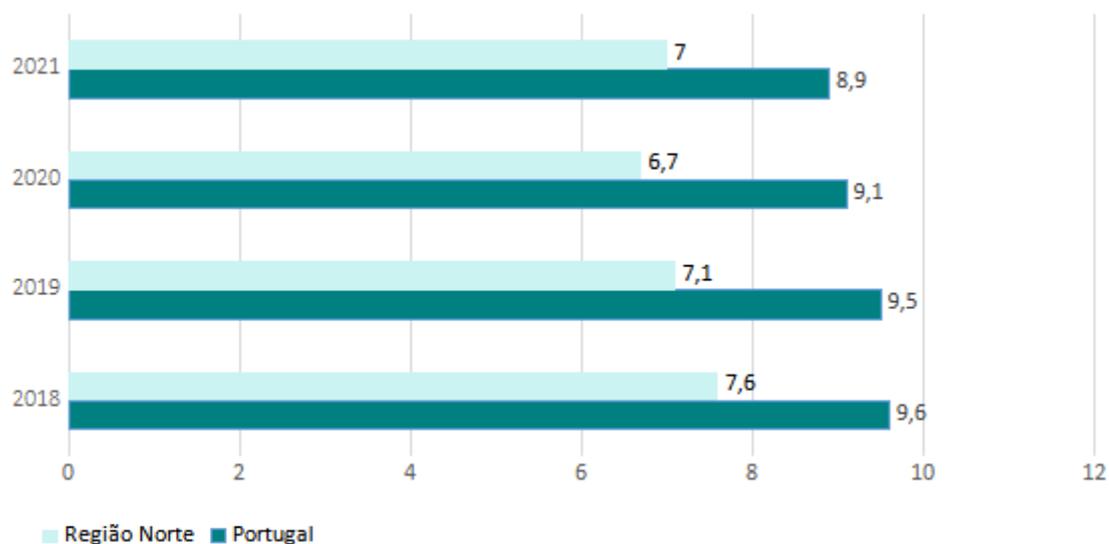
Mais concretamente em relação ao concelho de Valença, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, um maior número de pessoas com demência, associado ao gradual envelhecimento da população no concelho.

Não dispondo de dados relativos à população afetada por doenças mentais ou psiquiátricas (em acompanhamento), o que constitui uma fragilidade evidente no sentido do conhecimento fundamentado acerca da evolução do número de doentes, verifica-se, de acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, que a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2017 e 2021, na Região do Alto Minho tem vindo a aumentar, situando-se acima da taxa do continente e da Região Norte. Analisando o Perfil Local de Saúde 2019, com extensão 2020, as perturbações depressivas foram o terceiro problema de saúde mais registado ao nível dos CSP, na ULSAM.

Os dados do INE (Estatísticas da Saúde, 2017), relativamente ao número de consultas externas hospitalares na Região do Alto Minho, no ano de 2020, de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, não se encontram disponíveis. Ainda assim, no ano 2017, a Região Norte registou 207.687 consultas de Neurologia, 311.839 consultas de Psiquiatria e 53.887 consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Considerando em específico a Região Norte, a taxa de mortalidade por suicídio da população residente nesta área diminuiu entre 2021 e 2024, apresentando valores abaixo da média nacional, como se pode verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 36 – Taxa de mortalidade padronizada por suicídio, por 100 000 habitantes na Região Norte (%)



Fonte: INE – Óbitos por causas de morte 2021 - Última atualização destes dados: 23 de maio de 2023

A dificuldade de acesso a respostas sociais e de saúde preventivas e de acompanhamento para a população ao nível da saúde mental foi fortemente identificada pelos atores sociais como um problema no concelho de Valença.

De acordo com as perceções recolhidas, esta é uma problemática transversal a todo o território municipal, traduzindo-se na existência de poucas respostas e serviços nesta área, em particular no que diz respeito à prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com doença mental em contexto comunitário/residencial, quer ao nível das equipas de intervenção comunitária, quer ao nível de equipamentos/estruturas físicas.

Neste sentido, os atores consideram que as principais dificuldades ocorrem devido à insuficiência de recursos humanos e de respostas estruturais, que origina uma sobrecarga ao nível das respostas existentes e com impacto nas famílias / cuidadores informais, que em muitos casos não estão capacitadas e/ou não têm disponibilidade para tal, uma vez que trabalham, e/ou não têm capacidade económica para garantir uma resposta adequada no setor privado. Desta forma, criam-se situações de grande desproteção das pessoas com doença mental.

No que respeita às causas apontadas para estes problemas, são referidas pelos intervenientes i) falta de capacidade das estruturas de saúde existentes para assegurar a regularidade requerida pela maioria das situações de doença mental; ii) insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e inexistência de respostas concelhias de acompanhamento estruturadas; iii) dificuldade de rede familiar assegurar os cuidados adequados (inexistência e envelhecimento da rede de cuidadores); iv) insuficiência económica da população que impede o acesso a respostas/serviços privados; v) falta de informação da comunidade, mas também falta de formação nesta área para profissionais e cuidadores informais; vi) pouco investimento em iniciativas de prevenção / literacia em saúde na área da saúde mental e vi) isolamento social a que alguns grupos estão sujeitos.

De acordo com os atores, verifica-se em algumas situações uma desproteção destas pessoas manifestando-se num agravamento da doença/estado de saúde psicológico; um desgaste/sobrecarga dos cuidadores que muitas vezes se sentem incapazes de dar resposta adequada às problemáticas; isolamento dos doentes ou a sua integração em respostas pouco adequadas, assim como a falta de diagnóstico aquando de integração em Instituições.

A prevalência de sintomatologia depressiva é superior em pessoas mais idosas, que se encontrem em situação de desemprego, inativas e ainda com níveis de escolaridade mais baixos (INE, 2016). Esta é também a perceção dos atores sociais do concelho de Valença, pelo que propõem uma intervenção ao nível da prevenção em grupos populacionais com idade igual ou superior a 55 anos, com baixos rendimentos e que se encontram em situação de isolamento e desproteção social e familiar.

No caso particular do aumento do número de pessoas diagnosticadas com “demência”, para o qual tem contribuído o envelhecimento da população, acresce para além dos aspetos anteriormente referidos, o desfasamento existente entre as respostas disponibilizadas pelos serviços de saúde e sociais e as necessidades crescentes desta população, o que segundo os atores sociais, reflete o pouco investimento para a criação de respostas nesta área.

Em linha com estes dados está o facto de nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e

morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

De acordo com informação da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (2016), Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas, sendo que mais de um quinto dos portugueses sofre com estas patologias. As perturbações mentais e do comportamento representam 11,8% da carga global das doenças em Portugal, sendo apenas ultrapassadas pelas doenças cérebro-cardiovasculares (13,7%).

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregados, e grupos com maior dependência (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

Apesar de se registarem avanços positivos no âmbito das respostas de saúde e sociais nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psico-social, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destaca-se:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas

também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017- extensão 2020).

Ainda assim, apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. No entanto, existem algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), a implementação de unidades de saúde mental comunitária (USMC), as respostas existentes nas unidades de saúde familiar e nas unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais.

A necessidade de se implementarem programas locais, que envolvam os diversos atores (autarquias, saúde, segurança social, instituições de solidariedade social, entre outros) é de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental.

O município tem trabalhado essas questões com as seguintes ações:

- Desde há 10 anos que existe a consulta descentralizada de psiquiatria no Centro de Saúde de Valença.
- Também, como forma de minimizar a iliteracia neste assunto, o Município realiza, anualmente, um seminário temático, no mês de Setembro, denominado “Conversas em Torno da Mente”.
- No que respeita à problemática do isolamento das pessoas idosas e a situações de vulnerabilidade social, entrou em funcionamento o projeto Radar Social – criação de equipas para projeto piloto, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo objetivo passa por sinalizar todas as situações de pessoas que vivem isoladas ou que vivam sozinhas e prestar o apoio/encaminhamento necessário.
- Ao longo de todo o ano e tendo em vista a melhoria das condições de saúde das pessoas que vivem mais isoladas, são realizadas atividades de sensibilização de educação para a saúde, inter-institucionais, dedicados à temática.

9.3 Ação Social, Família e Comunidade

A Ação Social assume, no âmbito do desenvolvimento social, um eixo de intervenção prioritário. Esta dimensão é indissociável das restantes, e não pode ser entendida sem ter em consideração domínios como a educação, a saúde, a habitação, o emprego e a segurança, entre outros. Assim, as alterações demográficas, políticas, sociais, económicas, culturais e tecnológicas que se fazem sentir de forma acelerada na nossa sociedade, encontram-se também refletidas nas famílias.

Devido ao facto de a área “Ação Social, Família e Comunidade” ser muito abrangente iremos centralizar a análise nos problemas e necessidades identificados pelos atores sociais. Assim, a fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais das famílias sinalizadas e a necessidade de um maior envolvimento e participação dos pais na vida escolar dos filhos foram as questões mais referidas pelos atores, no âmbito dos *Grupos de trabalho* realizados.

Desde a sua génese que, o “ser” mãe e o “ser” pai, se constituem como uma sequência de processos que correspondem a transições, com desafios e oportunidades, e para os quais concorrem uma diversidade de fatores internos, externos, pessoais e sociais. De acordo com Cardoso, Silva e Marín (2015), o nascimento de um filho, para além de representar mudança na vida de uma família, é também um evento crítico caracterizado pela reorganização individual, conjugal e social.

Entende-se que a parentalidade pode representar quatro dimensões: assumir a responsabilidade do exercício efetivo do papel; otimizar o crescimento e o desenvolvimento da criança; integrar a criança na família e agir de acordo com os comportamentos esperados de alguém que é mãe/pai (International Council of Nurses, 2011).

A dimensão competência remete para o conjunto de conhecimentos teóricos ou práticos que uma pessoa domina, de requisitos que preenche e são necessários para um dado fim e como uma qualidade de quem é capaz de resolver determinados problemas ou de exercer determinadas funções (Cardoso, Silva e Marín, 2015).

No entanto existem duas sub-dimensões a considerar: competência e competências. A primeira é entendida como a mobilização apropriada de diversos recursos cognitivos (saberes, informações, valores, atitudes, habilidades, inteligência, esquemas de perceção, avaliação e raciocínio) para resolver um problema. A segunda remete para o conjunto de conhecimentos, comportamentos (habilidades) e disposições (atitudes) que permitem realizar

uma ação com êxito, e que indicam formas de agir ou pensar, podendo ser melhoradas à medida que a pessoa aprende e se ajusta ao ambiente (Fleury & Fleury, 2001, citados por Cardoso, Silva e Marín, 2015).

Aplicando os conceitos à esfera parental, entende-se por competências parentais, o conjunto de conhecimentos, de comportamentos e de atitudes que facilitam e otimizam o desempenho do papel parental, garantindo o potencial máximo de crescimento e desenvolvimento da criança (Cardoso, Silva e Marín, 2015). Ainda no âmbito da parentalidade, os conhecimentos e os comportamentos parentais podem ser entendidos como: a compreensão do desenvolvimento da criança e a familiaridade com as tarefas parentais, relacionadas com as decisões em torno dos cuidados, com a capacidade de avaliar e de interpretar os comportamentos da criança, com o desempenho das tarefas parentais e com a interação com a criança (Ribas & Bornstein, 2005; Ribas, Moura & Bornstein, 2007).

A negligência parental surge desta forma associada à falta de conhecimento ou competência parental para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores (Camilo e Garrido, 2013).

De acordo com a perceção dos atores sociais, a falta ou fragilidade das competências parentais, sociais e pessoais tem-se refletido em situações de negligência ao nível da higiene pessoal dos filhos, da realização de uma alimentação adequada, bem como, do pouco envolvimento que têm no percurso educativo dos menores, o que tem reforçado uma atitude de desvalorização da educação pelos próprios, culminando até em situações de insucesso, absentismo e abandono escolar.

As situações de negligência de crianças e jovens continuam a ser as principais situações de perigo sinalizadas em Portugal. Apesar de se ter registado uma diminuição do número de processos abertos por este motivo no ano 2018, face ao ano anterior, estes representaram 43,1% das situações sinalizadas (Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 2019). As situações de negligência mais prevalentes (47%) incidem ao nível psicoafetivo, educativo, da saúde e face a comportamentos da criança / jovem.

Na CPCJ de Valença, as situações acompanhadas por negligência têm vindo a aumentar nos últimos três anos, tendo registado um considerável aumento entre 2022 e 2023. Neste último ano, foram a primeira problemática mais prevalente entre os processos acompanhados.

Segundo Delgado (1996), negligência significa descuido e falta de cuidado, sendo considerada uma forma frequente de mau trato infantil que se traduz na dificuldade ou na incompetência dos pais para salvaguardarem a saúde e o bem-estar da criança.

As situações de negligência perante as crianças e jovens podem manifestar-se em diferentes áreas, de forma consciente ou inconsciente, pontual ou permanente, nomeadamente ao nível da provisão das necessidades básicas (como a alimentação, higiene, vestuário), no acompanhamento da sua situação de saúde, ao nível educativo (omissões parentais no acompanhamento escolar), ao nível psico-afetivo (afetando diretamente o desenvolvimento e saúde mental da criança), por falta de supervisão e acompanhamento familiar (omissões a nível dos cuidados com a segurança física, socialização, estimulação e acompanhamento) e face a comportamentos da criança e do jovem (Calheiros, 2006).

De acordo com diversos estudos realizados, foram identificadas como consequências da negligência alterações ao nível da saúde física (por exemplo, má nutrição, infeções respiratórias ou gastrointestinais, problemas auditivos, visuais ou auto-mutilação da criança), em âmbito escolar (elevados níveis de absentismo e abandono escolar), no desenvolvimento moral e social da criança (falsa maturidade, dificuldades nas relações sociais, isolamento) e da sua própria segurança (ameaça à integridade física decorrente de falta de supervisão).

A revisão de literatura suporta as perceções dos atores locais sobre o reflexo da falta de competências parentais. Segundo os atores, as situações de negligência parental refletem-se em comportamentos de indisciplina das crianças, dificuldades de aprendizagem, baixos resultados escolares, outros problemas de comportamento, bem como abandono, absentismo e insucesso escolar. De acordo com informação da CPCJ de Valença, no ano 2024, a segunda causa mais frequente pela qual as crianças/ jovens foram sinalizados, poderá refletir comportamentos negligentes dos pais ao nível do acompanhamento dos seus filhos (“criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada”) sendo que a primeira está relacionada com a violência doméstica (44 casos em 2023).

De acordo com a literatura, existem alguns modelos teóricos que nos podem ajudar a compreender melhor o fenómeno da negligência, nomeadamente o Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1997), o Modelo de Belsky (1993) e o Modelo Transacional de Cicchetti e Rizley (1981). Estes modelos perspetivam a negligência como resultante de um processo de interação entre o sistema pais-criança-meio, contemplando

igualmente fatores de risco. Segundo estes modelos, os fatores de vulnerabilidade podem ser constantes (quando incluem fatores a longo termo, de ordem biológica, histórica, psicológica ou ecológica) ou flutuantes (quando as condições indutoras de stress na família que podem levar os pais ao mau trato ou negligência, são transitórias) (Camilo e Garrido, 2013).

Outra das causas que poderá contribuir para situações de negligência parental, prende-se com falhas ou enviesamentos no processamento de informação, podendo assim decorrer da incapacidade dos cuidadores em perceber os sinais e estados da criança, interpretar corretamente estes sinais e selecionar e implementar uma resposta adequada (Camilo e Garrido, 2013).

Existem, no entanto, fatores que por si só podem ser potenciadores ou compensatórios de negligência parental. Seguidamente destacamos os fatores que podem potenciar situações de negligência parental:

- Fragilidade económica das famílias (escassez de recursos financeiros e materiais; dificuldade em suprir as necessidades básicas). É importante referir que a pobreza não tem relação direta com a negligência, esta surge sim associada a fatores de risco decorrentes da situação de pobreza, que aumentam a experiência de situações geradoras de stress e de desgaste psicológico;
- Condições de habitação desadequadas;
- Instabilidade no emprego ou desemprego;
- Isolamento social;
- Baixa inserção sócio-cultural;
- Exposição a situações de violência doméstica;
- Abuso de substâncias por parte dos cuidadores (são considerados como indutores de padrões de interação negativos, baixos níveis de competência parental e problemas graves de saúde);
- Psicopatologia dos cuidadores;
- Ambientes caóticos (ambientes organizados e com rotinas padronizadas tendem a promover o desenvolvimento de competências cognitivas adequadas).

As práticas parentais negligentes podem também ser prevenidas ou mitigadas, pela existência de fatores compensatórios e que potenciam os pontos fortes das famílias, nomeadamente:

- Promoção de adequado desempenho parental;
- Suporte social (formal ou informal) – tem como função “amortecer” os sentimentos de stress experienciados pelos pais;
- Estrutura familiar (maior probabilidade de ocorrerem práticas negligentes em famílias monoparentais e numerosas; ativação da relação intergeracional);
- Ambiente familiar organizado (com definição de rotinas);
- Padrões de vinculação segura com o cuidador principal;
- Características da personalidade da própria criança (capacidade de auto-regulação, gestão de emoções e resolução de problemas).

Segundo os atores sociais, a falta de competências parentais não é exclusiva das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica, no entanto, referem como estando associados a negligência parental, a fragilidade económica (“pobreza”) rotinas desajustadas que se refletem ao nível da educação e da gestão familiar e doméstica, a exposição a situações de violência doméstica (44 situações sinalizadas à CPCJ no ano 2023) e as baixas expectativas que têm sobre o percurso escolar dos seus filhos, o que se encontra em linha com os fatores de risco já referidos.

No âmbito da negligência ao nível educativo, um dos aspetos que os atores sociais destacam como de maior relevo é a necessidade de maior envolvimento e participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.

No âmbito da intervenção, e considerando a manutenção da criança na sua família de origem, é fundamental equacionar respostas de intervenção integradas na família, que por um lado possam providenciar recursos relacionados com as necessidades básicas, mas também possam responder às necessidades psicossociais e educativas.

É também crucial na intervenção ter um olhar sobre as competências e potencialidades existentes nas famílias, não descurando os fatores de risco existentes. Se evidenciarmos uma perspetiva fundada na ideia de disfuncionalidade, encontraremos mais facilmente um cenário pessimista. As famílias podem enfrentar crises sucessivas, mais ou menos

duradouras no tempo, mas vão conseguindo seguir em frente com mais ou menos facilidade e sucesso (Dinis, Ribeiro e Francisco, 2014).

Seguindo o modelo preconizado no âmbito do desenvolvimento social e da intervenção social, será tão mais bem sucedida a intervenção que promover o desenvolvimento e capacitação dos indivíduos, colocando à sua disposição serviços e recursos que possam ser potenciadores de mudança.

As perspetivas ecológicas contribuíram assim para que os serviços centrados na família diversificassem o tipo de intervenções considerando diversos níveis de influências contextuais que interagem entre si, e com as características da criança, na construção dos seus percursos desenvolvimentais (Melo e Alarcão, 2009).

Outros exemplos de intervenções centram-se em programas de intervenção intensiva para a preservação da família, programas compreensivos e multimodais, programas de treino de competências parentais, intervenções de suporte social, programas de prevenção focados na família e que visam o seu fortalecimento, entre outros.

As pistas de intervenção referidas pelos atores sociais, enquadram-se no modelo de capacitação das famílias, pelo que sugerem programas de educação parental e um acompanhamento individualizado e de proximidade às famílias. São também referidas pelos atores, estratégias que potenciem um trabalho articulado e multidisciplinar (educação, saúde, emprego), de forma a promover um acompanhamento regular e concertado.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção:

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Falta ou fragilidade de competências parentais, sociais e pessoais na população (sinalizadas na CPCJ, e serviço de	N.º de situações de negligência parental	Promoção de uma intervenção integrada, multidisciplinar que potencie as competências das famílias e que previna / contribua para mitigar os fatores de risco em situações de negligência parental; Programas de desenvolvimento de
	Nº de situações de alcoolismo e outros consumos	

<p>atendimento e acompanhamento social (SAAS)</p> <p>Elevado nº de pessoas que não têm conhecimento dos direitos sociais e comunitários</p>	N.º de situações de violência doméstica	<p>competências parentais / formação parental a famílias sinalizadas pelas entidades de 1ª linha;</p> <p>Programas de prevenção e formação em saúde em meio escolar; e em violência doméstica e igualdade de género e no namoro;</p> <p>Ações de formação no âmbito da gestão familiar, doméstica e salubridade habitacional. Promoção da participação das famílias e encarregados de educação em ações de âmbito</p>
	N.º de situações de doença mental	
	Fragilidade económica das famílias	
	Nº de atendimentos presenciais (entre 2000 a 2500 utentes /ano); e nº de agregados em acompanhamento (450 a 500)	
<p>Insuficiente participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educados</p>	Nº de visitas domiciliárias	<p>Diagnóstico sobre os motivos para a participação insuficiente dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos;</p> <p>Promoção da participação das famílias e Encarregados de Educação em ações de âmbito escolar;</p> <p>Desenvolver estratégias de comunicação e interação entre os diferentes atores locais ao nível da infância;</p> <p>Sensibilização das entidades patronais para a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos (ex.: flexibilidade do horário de trabalho);</p> <p>Desenvolvimento de ações dirigidas a famílias sobre a importância da escolaridade para o futuro das crianças e jovens. Integração de crianças e jovens de famílias mais vulneráveis na oferta desportiva local a custo mais reduzido.</p>
	Nº de atendimentos telefónicos	
	Desvalorização do percurso escolar pelas famílias	
	Absentismo e abandono escolar	
	Situação laboral dos Encarregados de Educação (ex.: trabalho por turnos)	
Conceções negativas da escola sobre a família		
Conceções negativas da família sobre a escola		

9.4 Pessoas Idosas

O concelho de Valença tem vindo a assistir a uma diminuição da sua população residente verificando-se contudo, tal como já foi referido anteriormente, um aumento da população com 65 ou mais anos. **Percentual de Idosos (65+)**: em 2021 cerca de 26,52% da população, que é comum em muitas regiões de Portugal com populações envelhecidas.

O Índice de Dependência e o Índice de Envelhecimento também têm vindo a aumentar no concelho. O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2019. Em 2023, eram 3.774 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário.

Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino.

Ao nível das freguesias as que apresentavam uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, eram: Boivão (37,29%); Gondomil e Sanfins (34,68%), e Verdoejo (32,98%). O isolamento social, a dificuldade de acesso a respostas sociais na rede solidária, a adequação das respostas sociais às necessidades das pessoas idosas são, entre outros, os fatores que se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

Portugal é, a par de Itália, o **país da União Europeia (UE) com maior percentagem** de população idosa, existindo quase dois **idosos** por cada jovem, (PORDATA. Jul 11, 2024)

O declínio da fecundidade e o aumento da longevidade são os dois fatores que se encontram na génese do envelhecimento populacional. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e o aumento da população idosa (65 e mais anos de idade). O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população. Em Valença a maior variação positiva registada dentro deste grupo etário, verificou-se ao nível da população com idade entre os 75 e os 79 anos, entre os anos de 2019 e 2023.

Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em

2017, para 0,9 milhões; o número de idosos aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

Tabela 78 – Indicadores de população (Portugal)

	2018	2023
Taxa bruta de natalidade	8,5‰	8,10%
Índice de envelhecimento	157,4%	188,10%
Índice de longevidade	48,4%	49,10%
Taxa de fecundidade	37,9‰	38,60%

Fonte: PORDATA / INE 2023

O envelhecimento da população também contribuiu de forma determinante para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Segundo os censos 2021, 44,87% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, o número de população inativa com 55 anos ou mais, no final de julho de 2023 foi de 110 pessoas.

Em Portugal, o risco de pobreza na população idosa continua sem diminuir, ao contrário das restantes faixas etárias. Do inquérito de 2021, realizado pelo INE, sobressai a seguinte caracterização da população abaixo do limiar de **pobreza**: 55% são mulheres; 57% têm entre 18 e 64 anos, 25% têm 65 anos ou mais e 18% são crianças; 47.5% da população dos 18 aos 64 anos estava inserida no mercado de trabalho, sendo que 1/3 era composta por TCO.

Segundo o portal estatístico do INE, a taxa de risco de pobreza aumentou para 17,0% em 2022 – 2023 (27 de novembro de 2023)

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2022, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7 095 euros (591 euros por mês).

O aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior). A taxa de risco de

pobreza dos adultos em idade ativa aumentou 0,4 p.p e a da população idosa aumentou 0,1 p.p.

O crescimento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres (mais 0,9 p.p., de 16,8% em 2021 para 17,7% em 2022) do que os homens (mais 0,3 p.p., de 15,9% em 2021 para 16,2% em 2022).

Em 2022, 22,7% da população que apenas tinha concluído o ensino básico era pobre, um valor significativamente superior às proporções de 13,5% para a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e de 5,8% para a população que tinha concluído o ensino superior.

A taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu de 10,3% em 2021 para 10,0% em 2022, mas aumentou para a população desempregada, de 43,4% para 46,4%.

As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social, contribuíram para a redução do risco de pobreza em 4,2 p.p. (de 21,2% para 17,0%), um contributo inferior ao do ano anterior (5,1 p.p.).

Em 2023 (rendimentos de 2022), em Portugal, 2 104 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social foi 20,1%, mantendo-se o valor do ano anterior.

A desigualdade na distribuição dos rendimentos aumentou em 2022, principalmente comparando os 10% da população com maiores recursos e os 10% da população com menores recursos, para o que se obtém um rácio S90/S10 de 9,7, superior ao registado no ano anterior (8,4). Também o Coeficiente de Gini registou um aumento significativo, tendo-se situado em 33,7% e aumentado 1,7 p.p. em relação a 2021 (32,0%). O rácio S80/S20, que compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, aumentou de 5,1 em 2021 para 5,6 em 2022.

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e

serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

De acordo com a Carta Social (2024), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

No total, são 4 as respostas para pessoas idosas, na sua maioria da rede solidária

Tabela 79 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Valença (concelho)	5	2	2	1	1	0
S. Pedro da Torre	1	1	0	0	0	0
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	1	1	0	1	1	0
Verdoejo	1	0	1	0	0	0
Fontoura	1	0	1	0	0	0
São Mamede (Friestas)	1	1	0	0	0	0

Fonte: Carta Social (2024)

Tabela 80 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º (Cont.))

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	ERPI			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Valença (concelho)	2	2	0	3	2	1
S. Pedro da Torre	0	0	0	0	0	0
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	2	2	0	2	2	0
SÓNIA	0	0	0	1	0	1

Fonte: Carta Social (2024)

O conjunto dos equipamentos apresenta uma capacidade de resposta para 397 pessoas idosas: 112 em Centro de Convívio, 35 em Centro de Dia, 110 em SAD e 150 em ERPI.

Atualmente a ocupação nos equipamentos da rede solidária, para o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 80%, sendo a ocupação do equipamento da rede privada de 0% de acordo com a carta social.

Tabela 81 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território/Instituição	Respostas sociais para pessoas idosas			
	Centro de Convívio		Centro de Dia	
	Rede solidária		Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Valença (concelho)	75	70	35	27
S. Pedro da Torre	30	30		
UF Valença, Cristelo Covo e Arão	20	15	35	27
Verdoejo	25	25		
Fontoura	12	10		
São Mamede (Friestas)	25	15		

Fonte: Carta Social (2024)

Tabela 82 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Valença (N.º)

Território/ Instituição	Respostas sociais para pessoas idosas				
	SAD			ERPI	
	Rede solidária		Privada	Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Valença (concelho)					
Santa Casa Misericórdia	30	28		63	64
Cruz Vermelha Portuguesa	45	39		75 (60 protocoladas e 15 privadas)	75
SONIA		0	35	0	0

Fonte: Carta Social (2024)

Os atores sociais identificam como uma das principais necessidades e fragilidades a dificuldade de acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades e a insuficiência das respostas existentes.

Outra das situações mais referidas pelos atores sociais prende-se com a adequação das respostas sociais às necessidades das pessoas idosas. Segundo estes, o número de pessoas diagnosticadas com demência e o número de pessoas com situações de dependência e incapacidade tem aumentado e defendem uma maior adaptação/ ajustamento do serviço de SAD às reais necessidades. Devido à inexistência de respostas adequadas à sua situação no território, à carência económica e à fragilidade do apoio de cuidadores informais, estas pessoas encontram-se integradas nas respostas sociais típicas, que segundo os atores sociais, não respondem de forma adequada às suas necessidades, ou ficam isoladas e sem o apoio necessário à sua situação. Acrescentam que devido à existência de problemas de mobilidade/deslocação, as pessoas idosas não procuram os devidos apoios e defendem a aposta na promoção de atividades descentralizadas dirigidas a todas as idades de forma a prevenir o flagelo das demências, parcerias com os serviços públicos no âmbito das acessibilidades e mobilidade (serviços de táxi por ex:), criação de centros de noite para aqueles que sendo válidos não têm condições de ficar sozinhos de noite e criação de uma bolsa de voluntários nas freguesias para fazer companhia.

Através dos dados da Carta Social é possível constatar que, para além do Centro de Dia cuja taxa de ocupação é de 100%, a resposta de ERPI é a que apresenta uma taxa de ocupação mais elevada (cerca de 90%), seguida de Centro de Convívio (85,34%). Estes dados podem ser reflexo da impossibilidade ou incapacidade da rede de suporte familiar em assegurar os cuidados da pessoa idosa, do agravamento do estado de geral de saúde, levando a situações de maior dependência e incapacidade, ou até mesmo pelo abandono das pessoas com mais idade pelos familiares, sendo o afastamento de familiares em busca de uma maior qualidade de vida associada à procura de melhores oportunidades de trabalho, uma das causas mais apontadas para o isolamento da população idosa de Valença.

As questões relacionadas com o isolamento dos idosos também foram identificadas como sendo prioritárias pelos atores sociais, nomeadamente no grupo de trabalho realizado, e transversais em todo o território. Estes reconhecem que, devido a ausência de suporte familiar e de rede social aliada ao aumento de dependência, doenças crónicas, problemas de saúde mental, carência económica, respostas sociais insuficientes e rede de transportes públicos deficitária, aumenta o risco de isolamento social nesta população. Este problema interfere com a saúde física e mental, afetando negativamente a sua qualidade de vida.

No concelho de Valença, em 2024, eram 598 os idosos que viviam em situação de vulnerabilidade social (18,7% da população idosa). Sendo na União de freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão que se concentrava maior número de idosos a residir sozinhos.

De acordo com os dados fornecidos pela GNR, referentes ao ano 2024, encontram-se no território de Valença 54 idosos que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas. Dos idosos identificados, 8 vivem isolados e 37 sozinhos. Analisando por freguesia verifica-se que há um maior número de sinalizações na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, seguida da União de Freguesias de São Julião e Silva.

Podemos observar que desde 2020, tendo em conta os números apresentados, o número de pessoas idosas nesta situação reduziu de forma significativa, muito devido à intervenção da rede social na sinalização e encaminhamento destas situações para instituições de acolhimento como sendo, ERPI, CD, Centro de Convívio e famílias de acolhimento. Encontra-se também em fase de conclusão a construção de uma nova ERPI, em São Pedro da Torre com capacidade para 50 utentes, vislumbrando uma resposta para situações que se encontram em lista de espera.

Tabela 83 – Pessoas idosas que vivem em situação vulnerável, sozinhas e/ou isoladas, identificadas pela GNR

	sozinhos		Isolados		Sozinhos e Isolados		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Boivão	3	8,1	0	0	0		3
Cerdal	5	13,51	1	12,5	2	22,22	8
Fontoura	0	0	0	0	0	0	0
Friestas	1	2,7	0	0	1	11,11	2
Gandra e Taião	1	2,7	3	37,5	1	11,11	5
Ganfei	1	2,7	0	0	0	0	1
Gondomil e Sanfins	1	2,7	2	25	3	33,33	6
São Julião e Silva	7	18,91	1	12,5	2	22,22	10
São Pedro da Torre	4	10,81	1	12,5	0	0	5
Valença, Cristelo Covo e Arão	11	29,72	0	0	0	0	11
Verdoejo	3	8,1	0	0	0	0	3
Total	37	100	8	100	9	100	54

Fonte: GNR – Escola Segura (Julho 2024)

Apesar do anteriormente dito, estes valores permitem fundamentar e validar a preocupação dos atores sociais face ao risco de isolamento social. Para além dos idosos que não se encontram integrados em nenhuma resposta social, aqueles que frequentam o Centro de Dia ou que recebem apoio do SAD, encontram-se sozinhos durante um período de tempo alargado. Com a entrada em funcionamento do Projeto Radar Social, vai ser possível a realização de um mapeamento das situações de isolamento social, para que se possa elaborar um Plano direcionado para a área do envelhecimento no concelho, tal como sugerido pelos atores sociais, no diagnóstico elaborado em 2020.

É importante destacar que, para além dos serviços prestados pelas respostas sociais anteriormente referidas, existem no território “programas”, tanto do município como privados, que intervêm com a população idosa e que têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social, nomeadamente e ao nível do Município;

- **Programa “Vida Activa”** – Aulas de atividade Física e Ginástica de manutenção;
- **Cartão Sénior:** medida promovida pela Câmara Municipal de Valença, para munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou pessoas reformadas por invalidez e que o seu rendimento *per capita* seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional. Este cartão permite o acesso a espetáculos e exposições promovidos pelo Município de forma gratuita, bem como a utilização das piscinas municipais no período da manhã; permite também a redução de taxas e pagamentos;
- **Teleassistência:** medida promovida pela Câmara Municipal de Valença, para munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou pessoas reformadas por invalidez e que o seu rendimento *per capita* seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional.
- **Comissão de Proteção e Promoção de Pessoas Idosas e Adultos Dependentes do Concelho de Valença:** tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida dos idosos e adultos dependentes do concelho. Esta comissão é composta por representantes do município, segurança social e saúde, bem como elementos de vários organismos que atuam nesta área;
- **Universidade Sénior** – Dinamizada pelo Rotary Clube de Valença, esta universidade destina-se a maiores de 50 anos e em situação de inatividade profissional, aposentados ou reformados, com qualquer grau de escolaridade;
- **Encontro Inter-redes** - Encontro anual de idosos institucionalizados dos Concelhos de Valença, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Monção e Melgaço;

- **Olimpíadas Sénior:** As Olimpíadas Sénior em Valença são eventos desportivos organizados especialmente para a população idosa da cidade e região. Estes eventos têm como objetivo promover a atividade física, o convívio social, e o bem-estar entre os idosos, proporcionando uma oportunidade de participação e competição em várias modalidades desportivas adaptadas às capacidades físicas dessa faixa etária. As Olimpíadas Sénior em Valença não apenas promovem a saúde física e mental dos idosos, mas também fortalecem a coesão social e a identidade comunitária. Esses eventos são uma oportunidade valiosa para reconhecer e celebrar os idosos como membros ativos e importantes da sociedade, encorajando um envelhecimento ativo e saudável.
- **Outras atividades lúdico-recreativas:** Intercâmbios intergeracionais; Passeio dos Idosos; Festas e Convívios Temáticos (Natal, Páscoa, dia dos Avós, etc) Estas atividades são promovidas pela Câmara Municipal e outras através de parcerias com outros municípios para a população municipal com mais de 65 anos.

Assim, as necessidades mais prementes relativamente à área das pessoas idosas, no concelho de Valença, centram-se na dificuldade do acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades (quer por inexistência ou insuficiência das mesmas, quer pelo funcionamento e serviços oferecidos por estas se encontrarem desajustados face às reais necessidades da população), bem como na existência de pessoas idosas em situação de isolamento social, as quais não conseguem aceder a serviços e respostas que lhes permitam ter maior qualidade de vida.

Os organismos do poder local, bem como, as instituições que prestam apoio a esta população têm vindo a desenvolver projetos e respostas complementares que contribuem para responder a necessidades imediatas, no entanto, são insuficientes face às reais necessidades. O planeamento e reorganização de serviços de apoio às pessoas idosas, que contemplem as reais necessidades das mesmas, bem como a optimização da rede de transportes e a criação de estratégias alternativas de cuidados informais, poderão ser essenciais para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

Necessidades/ Problemas	Indicadores	Recomendações
Pessoas idosas sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades	<p>Aumento do n.º de pessoas idosas;</p> <p>Agravamento de situações de dependência e diagnóstico de demência;</p> <p>Vagas insuficientes em respostas sociais;</p> <p>Suporte familiar insuficiente;</p>	<p>Promoção de estratégias no âmbito das políticas de envelhecimento ativo;</p> <p>Reforço da capacidade dos equipamentos, respostas sociais da rede, bem como, adequação do seu funcionamento (horários) e serviços face às necessidades identificadas (situações de demência e de maior dependência);</p> <p>Desenvolver estratégias de articulação entre as instituições que prestam serviços de apoio a pessoas idosas, e as equipas hospitalares e dos cuidados de saúde primários de forma a assegurar uma melhor qualidade de vida no domicílio;</p> <p>Desenvolver rede de cuidadores informais e formais;</p>
	<p>Cuidadores formais e informais sem formação e conhecimento específico ao nível do envelhecimento e patologias associadas;</p> <p>Cuidadores formais sem valorização da sua profissão;</p> <p>Situações de desadequação dos cuidados prestados a pessoas em situação maior dependência;</p>	<p>Sensibilização e formação dos cuidadores informais e trabalhadores em respostas sociais;</p> <p>Maior investimento no trabalho de parceria e em rede que permita prevenir, detetar, denunciar e corrigir situações anómalas no âmbito da prestação de cuidados à pessoa idosa;</p>
<p>Isolamento social das pessoas idosas</p> <p>Mobilidade/ Deslocação</p>	<p>Rede de transportes insuficiente;</p> <p>Ausência de respostas locais;</p> <p>Suporte familiar insuficiente</p>	<p>Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades;</p> <p>Promover atividades Descentralizadas por forma a prevenir o flagelo das demências;</p> <p>Resposta descentralizada ao nível da saúde (ex: consultas nas juntas de freguesia);</p> <p>Continuar a dinamizar rede de “Teleassistência” de cuidado diário com a população isolada;</p> <p>Criação de rede de voluntariado;</p>

9.5 População de Etnia Cigana

A integração da população de etnia cigana assume-se como área prioritária para o desenvolvimento social do concelho de Valença. Apesar de ser uma comunidade pouco representativa no território (estima-se que represente 0,4%-0,5% da população residente, em 2024), é percecionada como sendo uma população que apresenta características, em diversas áreas, que comprometem a sua integração na comunidade.

Os atores locais identificam questões culturais que condicionam a integração da comunidade cigana ao nível do emprego, da habitação e da educação, bem como reconhecem que existe, pela própria comunidade maioritária, estereótipos e preconceitos que também influenciam essa mesma integração. Seguidamente iremos explorar as dimensões do problema, tentando, sempre que possível, fundamentá-las com dados objetivos.

As comunidades ciganas encontram-se radicadas em Portugal há mais de quinhentos anos, sendo que as primeiras referências da sua existência no território datam do século XV. De acordo com as últimas estimativas do IHRU, I.P., de 2015, estima-se que residam em Portugal cerca de 37.000 mulheres e homens portuguesas/es ciganas/os que, à semelhança do concelho de Valença, representam aproximadamente 0,4% da população portuguesa.

Apesar de se sentir uma ligeira evolução nos últimos anos relativamente à perceção da população em geral sobre a comunidade cigana, continuam a persistir sentimentos e práticas de racismo e discriminação que se traduzem em desigualdades sociais no acesso aos principais direitos de cidadania (Conselho da Europa, 2012). Não obstante da implementação de medidas de política social para promover a integração social, como por exemplo, os realojamentos habitacionais, a escolaridade obrigatória e o rendimento social de inserção, os ciganos continuam a ser acusados de não se quererem integrar, continuando a viver em micro sociedades e a reger-se por regras e leis próprias (Mendes, Magano e Candeias, 2014). Acresce ainda o facto de, os estudos que se têm produzido com o objetivo de refletir novos olhares sobre os ciganos, nem sempre têm provocado uma mudança efetiva no modo como se entende e intervém junto dos ciganos portugueses.

Segundo a Estratégia Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas (ENICC), continuam a registar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de muitas pessoas ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas.

Os dados que se encontram disponíveis fundamentam a existência de vulnerabilidades acrescidas das pessoas ciganas no exercício dos seus direitos fundamentais, nomeadamente ao nível da educação, habitação e emprego.

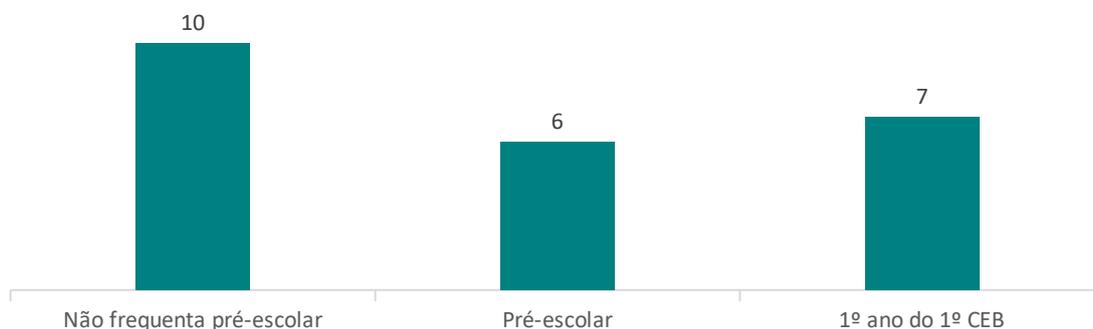
Educação

As trajetórias escolares dos ciganos são geralmente muito curtas, marcadas pelo absentismo, insucesso e abandono escolares. As raparigas apresentam níveis de escolaridade inferiores aos dos rapazes, sendo que estes raramente ultrapassam o 2º CEB. No entanto, tem-se vindo a observar um aumento na frequência do ensino pré-escolar (no ano letivo 2016/2017, 60% das crianças ciganas que entraram para o 1º CEB já tinham frequentado a educação pré-escolar).

Relativamente à comunidade cigana residente no concelho de Valença³⁵, os dados são congruentes com o panorama nacional no que respeita aos níveis de escolaridade. Das 68 pessoas com idade superior a 18 anos, 23 estudaram até ao 3º CEB, sendo que a maioria tem apenas o 1º CEB completo (42 pessoas).

No que respeita às 16 crianças em idade pré-escolar (até aos 6 anos de idade, inclusive) é possível concluir que a maioria frequenta o ensino pré-escolar (6 crianças, 54%), 7 crianças (30%) já se encontram no 1º ano do 1º CEB e 10 crianças não frequentam nenhum equipamento escolar.

Gráfico 37 – Nível de escolaridade das crianças de etnia cigana, em idade pré-escolar, residentes no concelho de Valença (N.º)

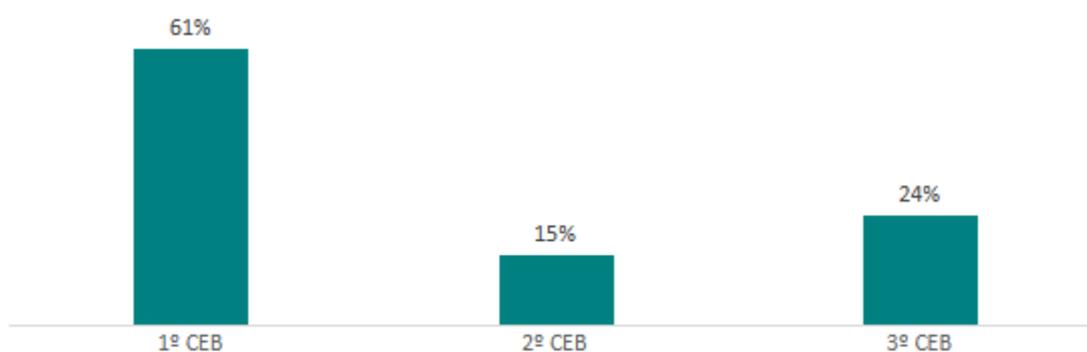


Fonte: CM Valença (Fevereiro 2020)

³⁵ Informação facultada pela Câmara Municipal de Valença (fevereiro 2024) – Caracterização da comunidade cigana

Ao analisar as taxas de escolarização dos alunos de etnia cigana, é possível verificar que, no 1º e no 2º CEB, se encontram em 76%, o que poderá ser reflexo de retenções de alunos nestes dois ciclos, facto que também é comprovado pela baixa taxa de escolarização no 3º CEB.

Gráfico 38 – Taxas de escolarização no 1º, 2º e 3º CEB das crianças e jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença



Fonte: CM Valença (Fevereiro 2024)

Em suma, os dados apontam para um aumento significativo da frequência pré-escolar e escolar das crianças e dos jovens de etnia cigana, comparativamente com anos anteriores, sendo um dado importante no que respeita à integração social deste grupo populacional. No entanto, e tal como referido pelos atores locais no âmbito dos grupos de trabalho realizados, as situações de discriminação e os conflitos continuam a subsistir na escola.

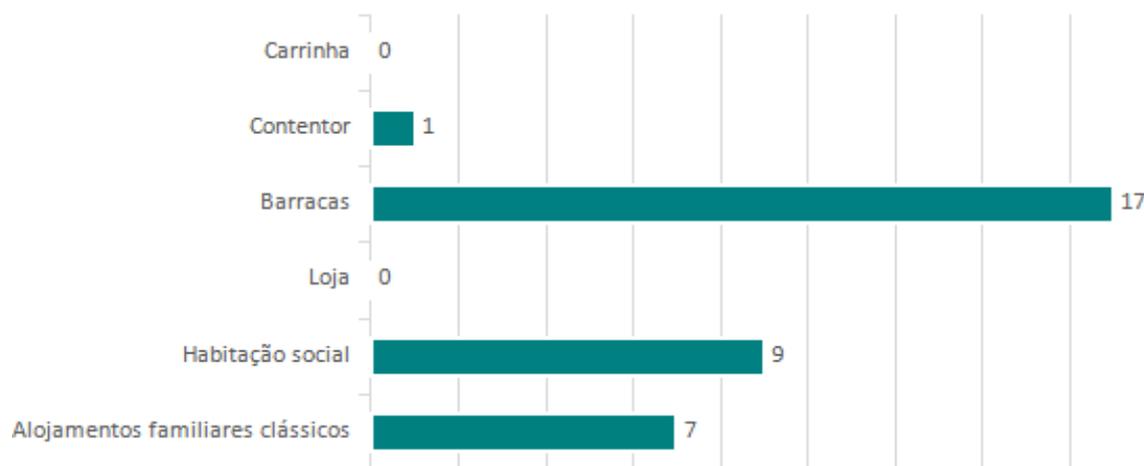
Habitação

Muitas das comunidades ciganas residentes em Portugal continuam a viver sem as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higiene, o que acentua ainda mais a sua situação de exclusão social.

De acordo com informação do IHRU, de 2015, 45% de todos os alojamentos não clássicos (barraca, acampamento ou alojamento móvel) em Portugal eram habitados por famílias ciganas, 32% das famílias ciganas residia em alojamentos não clássicos e 46% das famílias ciganas residiam em habitação social (ENICC).

No concelho de Valença, a maioria das famílias ciganas (nº de agregados) reside da seguinte forma: barracas (16), habitação Social (11); casa própria (3), casa arrendada (3) e em garagem (1). Desde 2022 que ninguém vive em carrinhas ou contentores.

Gráfico 39 – Distribuição das famílias de etnia cigana residentes no concelho de Valença por tipo de alojamento (N.º)



Fonte: CM Valença (Fevereiro 2024)

Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, os agregados familiares caracterizam-se por serem compostos por 3 pessoas, embora possam atingir os 15 elementos.

Relativamente aos 34 agregados familiares residentes em Valença, constata-se que a maioria é composta por 3 a 4 elementos, existindo apenas 1 família com 7 ou mais elementos.

Tabela 84 – Composição dos agregados familiares por número de elementos que os constituem (N.º)

N.º de elementos que constituem o agregado familiar	1 - 2	3 - 4	5 - 6	+ de 7
N.º de agregados	8	18	7	1

Fonte: CM Valença (Fevereiro 2024)

No que respeita à composição dos agregados familiares, a maioria são famílias nucleares (casal com filhos), seguidas de famílias alargadas (famílias com mais do que um núcleo familiar). Segundo os dados de 2016 da Agência para os Direitos Fundamentais da União

Europeia relativos a Portugal, 75% das pessoas ciganas, com 16 e mais anos, declararam ter sido discriminadas por serem ciganas no acesso à habitação, nos últimos 5 anos (ENICC).

Emprego

Os ciganos são tendencialmente considerados pela população em geral como desempregados ou então como vendedores ambulantes. Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, a principal fonte de rendimento dos agregados familiares são “o apoio da família” (33,8% dos inquiridos) e o “Rendimento Social de Inserção” (33,5% dos inquiridos). Em termos de género existem diferenças significativas, a proporção de homens a trabalhar é superior à proporção de mulheres, havendo uma maior proporção de mulheres a viver do RSI.

Os dados de 2016, da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, indicam que em Portugal:

- 52% dos/as jovens ciganos/as, entre os 16 e os 24 anos não trabalhavam, não estudavam e não estavam em formação (67% das mulheres e 37% dos homens);
- A taxa de trabalho remunerado das mulheres e homens ciganos, entre os 20 e os 64 anos (incluindo atividades por conta própria e trabalho ocasional ou trabalho) nas últimas 4 semanas, era de 35%.

No concelho de Valença, dos 122 residentes, 113 recebem a prestação social RSI, 61 estão desempregados, 2 empregados, 3 estão reformados e 4 encontram-se inseridos no mercado de trabalho através de Contratos de Emprego Inserção.

Dos jovens entre os 16 e os 24 anos, residentes em Valença, 85,71% não estão inseridos em atividades formativas nem laborais, 7,14% encontra-se em CEI ou a estudar.

Tabela 85 – Distribuição dos jovens de etnia cigana residentes no concelho de Valença, por ocupação (N.º)

	Desempregados	RSI	CEI
N.º de jovens	61	113	4

Fonte: CM Valença (Fevereiro 2024)

Resumindo, existe uma elevada percentagem de pessoas de etnia cigana, a nível nacional e no concelho de Valença, que são beneficiárias de RSI, o que alimenta uma tendência para reproduzir ciclos de pobreza aliados a uma incapacidade para se fazer a rutura com vivências de pobreza e de exclusão social. A venda ambulante é ainda o seu principal meio de sustento, mas também se verificam situações de desocupação e desemprego.

Segundo a perceção dos atores locais, prevalecem comportamentos de discriminação ao nível das entidades empregadoras do território para com a comunidade cigana, o que limita a integração profissional desta população.

Indicadores demográficos

A comunidade cigana caracteriza-se por ser uma comunidade jovem, encontram-se maioritariamente casados ou residem em união de facto, de acordo com a “lei cigana” e com cônjuges ciganos. Os casamentos ocorrem, frequentemente, em idades muito precoces (entre os 13 e os 15 anos) (Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas).

Na comunidade cigana residente no concelho de Valença, a maioria dos casais residem em união de facto. A idade média dos casais situa-se entre os 19 e 50 anos de idade.

Em média, cada casal tem 2,6 filhos, variando entre 1 e 4 filhos por casal, embora maioritariamente tenham 3 filhos. Verifica-se que, na sua grande maioria, foram pais muito jovens.

A relação entre a comunidade maioritária e a comunidade cigana

Apesar de já existir um caminho, com resultados encorajadores ao nível da integração da comunidade cigana, ainda persistem no território nacional comportamentos discriminatórios para com a mesma. Segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, os preconceitos e os estereótipos encontram-se presentes nos discursos individuais e institucionais. Estes sentimentos e comportamentos, são muitas das vezes condicionantes à participação e utilização de serviços públicos ou privados, afetando de forma direta a integração desta comunidade.

Segundo os atores locais, existe no concelho de Valença, a perceção de que a comunidade pratica comportamentos desajustados e de segregação da população de etnia cigana.

Um dos fatores que também poderá contribuir para a fragilidade da relação entre a comunidade não cigana e a comunidade cigana, prende-se com os aspetos culturais da mesma. A cultura cigana, as suas tradições e costumes, podem em certa medida, pela diferença que apresentam, condicionar e influenciar o relacionamento com a restante comunidade local.

Face os diversos aspetos descritos anteriormente, conclui-se que a comunidade cigana apresenta diversos indicadores de vulnerabilidade que podem condicionar a sua integração na comunidade. Desta forma é fundamental equacionar uma intervenção adequada e que fomente a inclusão e, simultaneamente, o respeito pela sua individualidade.

Devido à necessidade e pertinência de uma intervenção orientada por políticas nacionais surge, em 2013, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. A ENICC, revista no ano 2018, pretende “fomentar mudanças estruturais nas condições de vida das pessoas ciganas, através da definição de objetivos e medidas concretas, com um alcance temporal mais alargado, que visam o reforço da escolarização e da integração profissional e a melhoria das condições de habitação das pessoas ciganas em situação de exclusão social, bem como o reconhecimento e o reforço da intervenção em mediação intercultural, a melhoria da informação e do conhecimento e o combate à discriminação contra as pessoas ciganas”.

Seguidamente apresentam-se algumas das recomendações produzidas pelo Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas e pela ENICC, para a intervenção com a comunidade cigana:

- Conceção e implementação de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas;
- Promover um maior conhecimento da comunidade cigana local - realização de um diagnóstico específico da população cigana;
- Desenvolvimento de projetos locais, a médio e longo prazo, visto a duração limitada dos mesmos ser uma condicionante à mudança de mentalidades e hábitos;
- Direcionar os programas e projetos para a comunidade em geral, e não especificamente para a comunidade cigana, o que poderia provocar ainda mais o isolamento e segregação desta população;
- Desenvolver um trabalho mais sistematizado e estruturado com as famílias e pessoas ciganas;

- Divulgar a cultura cigana, nomeadamente música, dança e moda, enquanto estratégia de aproximação e de melhor inserção dos ciganos na sociedade local e de promover a auto-estima e valorização da cultura cigana;
- Promoção da (re)integração, o que decorre da necessidade de se superar práticas de concentração, segregação e discriminação decorrentes dos processos de realojamento;
- Sensibilizar para o cumprimento das regras de funcionamento das instituições e dos serviços, bem como dos horários escolares e laborais, por parte da população cigana.

Ciente da necessidade de intervenção neste âmbito, o município de Valença já encetou contactos com especialistas na área da mediação comunitária em comunidades ciganas. Os atores locais, aquando da realização do *grupo de trabalho* destacaram como possíveis medidas de intervenção, a realização de um diagnóstico específico da comunidade cigana, a elaboração Programas Locais de Integração da Comunidade Cigana, a nomeação de um líder / mediador comunitário e a promoção de um trabalho de proximidade e de articulação entre a comunidade cigana, instituições e atores sociais do município.

Apresentamos em seguida, uma síntese da perceção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção:

Necessidades/ Problemas	Indicadores	Recomendações
Dificuldade de integração da população de etnia cigana na comunidade	Nível de escolaridade	Realização de diagnóstico local sobre a comunidade cigana residente no concelho (caraterização, problemas, necessidades e potencialidades); Conceção de um Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas; Criação e implementação de uma resposta comunitária, de proximidade, que intervenha ao nível da integração da população de etnia cigana (ex.: mediador local); Campanhas com os <i>media</i> locais para combater os estereótipos Ações de sensibilização no âmbito da integração da comunidade cigana direcionados para a comunidade em geral e para serviços públicos e privados;
	Condições habitacionais	
	Situação laboral	
	Condições económicas	
	Abandono e absentismo escolar	
	Perceção da comunidade maioritária sobre a comunidade cigana	
	Perceção da comunidade cigana sobre a comunidade maioritária	

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

- Administração Regional de Saúde do Norte, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Norte.
- Administração Regional da Saúde do Norte, IP (2014). Plano Regional de Saúde 2014-2016. ARS Norte
- Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2018-2022.
- Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2019). Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas. Lisboa: ACM
- Baranyai, B. et. al (2014). Guia Prático dirigido a ONGs para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas. Pardedós.
- Câmara Municipal de Valença do Minho (2008). Diagnóstico e Plano de Acção da Agenda 21 de Valença.
- Câmara Municipal de Valença do Minho (2010). Plano Diretor Municipal Valença – Relatório do Plano.
- Câmara Municipal de Valença. Conselho Local de Ação Social de Valença (2014). Diagnóstico Social do Concelho de Valença – 2014-2016. Valença: CM Valença.
- Calheiros, M. M. (2006). A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Camilo, C. & Garrido, M. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*. 3 (XXXI), 245-268.
- Cardoso, A., Silva, A. & Marín, H. (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*, série IV, 4, 11-20.
- Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (2013). Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018). Relatório Anual 2018 – Avaliação da Atividade das CPCJ. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Valença – Informação relativa a caracterização processual 2016, 2017, 2018.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Delgado, A. (1996). Grandes síndromes en pediatría: Maltrato en el niño. Bilbao: Imprenta Boan.

Dinis, C., Ribeiro, M.T. & Francisco, R. (2014). Promoção de competências parentais: adesão das famílias involuntárias. In M. T. Ribeiro, P. T. Matos & H. R. Pinto (Eds.), Mediação Familiar: Contributos de investigações realizadas em Portugal (pp. 110-124). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Ed.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Fundación Secretariado Gitano (2007). Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2014). Caracterização das condições de habitação das comunidade ciganas residentes em Portugal. IHRU.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Inquérito à caracterização da habitação social. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito Nacional de Saúde 2014. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito à Formação e Educação de Adultos 2016. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Projeções de população residente 2015-2080. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Anuário Estatístico da Região Norte 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Estatísticas de Rendimentos da Habitação ao nível local - 2017. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Inquérito às condições de vida e rendimento 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Retorno de Informação Personalizada dos Municípios. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Estatísticas da Saúde 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Causas de morte 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Melo, A. & Alarcão, M. (2009). Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Proposta de um Modelo Global de Organização. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 55-64.

Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidade Ciganas. Lisboa: ACM.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Morais, C., Sousa-Pereira, F, e Rodrigues, F. (2018). Projeto “Família e Escola: co-construção de percursos de relação em torno dos educandos – Avaliar para melhor intervir”. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2018.

Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação (2017).

Rede Social de Valença (2007). Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Ribas Jr., R. & Bornstein, M. (20015). Parenting knowledge: Similarities and differences in brazilian mothers and fathers. *Interamerican Journal of Psychology*, 39 (1), 5-12.

Ribas Jr., R., Moura, M. & Bornstein, M. (2007). Cognitiones maternas acerca da maternidade e do desenvolvimento humano: Uma contribuição ao estudo da psicologia parental. *Revista Brasileira de Crescimento & Desenvolvimento Humano*, 17 (1), 104-113.

Unidade Local de Saúde Alto Minho. Perfil Local de Saúde 2017.

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Sites consultados:

<https://www.ine.pt>

www.cartasocial.pt

<https://www.pordata.pt>

<https://www.cm-valenca.pt/>

<http://www.inr.pt>

<https://www.sns.gov.pt/>

<https://www.bportugal.pt>

<https://infoeuropa.euroid.pt>

<https://www.portaldahabitacao.pt>

11. ANEXOS

Anexo I – Listagem de entidades parceiras do CLAS que participaram nos *workshops* de diagnóstico

Focus group realizado no dia 23/07/2024 (período da manhã)

Entidade	Nº de elementos
Câmara Municipal de Valença	7
Delegação de Valença da Liga Portuguesa Contra o Cancro	1
Adriminho	1
Núcleo Interparoquial da Cáritas	1
CAVVD – Centro de Atendimento Víctima de Violência Doméstica	1
Junta de Freguesia Valença, Cristelo-covo e Arão	1
Junta de Freguesia de Friestas	1
Santa casa da Misericórdia de Valença	1
CPCJ	1
CAVI – Centro de Apoio para a Vida Independente – Viana do Castelo	1
Centro Social de São Pedro da Torre	1
Comunidade Associativa Arcanjos S. Miguel e S. Gabriel	1
ESCE – IPVC	1
Fundação AMA	1
Centro de Saúde de Valença	2
Íris Inclusiva	1
APPACDM	1
Centro de Convívio Verdoejo	1
SÓNIA – Serviços Otimizados nas Idades Avançadas	1
GNR	1
São Mamede Silidário – Associação Social e Cultural	1
Methamorphys – “Fora do casulo”	1
Santa casa da Misericórdia de Valença	1
C.A. Arcanjos SMSG	1
Cruz Vermelha Portuguesa	1
Total	32

